NOTA TÉCNICA Nº 001/2025 – UCI/FAPEAM

Assunto: Informações/Orientações acerca da Resolução nº 15/2024 do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas – TCE/AM.

I. INTRODUÇÃO

1. A presente Nota Técnica foi elaborada em atendimento ao **Memorando nº 146/2025-GAB/FAPEAM**, que encaminhou o **Ofício Circular nº 027/2025-GCG/CGE**, contendo instruções sobre a atuação das Unidades de Controle Interno no processo de orientação e avaliação da **Prestação de Contas Anual (PCA)**, conforme **Resolução nº 15/2024 do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas – TCE/AM** (Anexo I), a qual regulamenta o envio das prestações de contas anuais pelas unidades gestoras sob a jurisdição do TCE/AM.
2. A referida norma revogou, entre outras, a Resolução nº 04, de 16 de março de 2016, visando modernizar procedimentos, padronizar a forma de envio e ampliar o escopo para todas as prestações de contas anuais de governo e gestão.
3. Dessa forma, seguem as considerações em cotejo com a legislação que ampara a matéria.

II. PRINCIPAIS DISPOSIÇÕES DA RESOLUÇÃO Nº 15/2024-TCE/AM

4. Com o intuito de facilitar a compreensão e aplicação prática das mudanças trazidas pela Resolução nº 15/2024 frente à Resolução nº 04/2016, esta Unidade de Controle Interno – UCI/FAPEAM elaborou quadro comparativo entre as referidas normas, consolidando os principais pontos de alteração quanto à abrangência, prazos, classificação das entidades, documentos, exigências formais e responsabilidades.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://edoc.amazonas.am.gov.br/CFDF.335F.1684.1785/869AAE16
Código verificador: **CFDF.335F.1684.1785** CRC: **869AAE16**

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

5. O referido quadro segue anexo a esta Nota Técnica (Anexo II – Quadro 1) e poderá ser utilizado como material de apoio pelos setores da Fundação na organização e apresentação da Prestação de Contas Anual. Ressalta-se que a Resolução nº 15/2024 também segue anexa (Anexo I), e que o quadro comparativo não substitui a necessidade de consulta direta à norma para esclarecimento de quaisquer dispositivos.

Abrangência e prazos

6. A Resolução nº 15/2024 foi publicada no Diário Oficial do TCE/AM no dia 18 de dezembro de 2024, com o objetivo de dispor sobre a composição, elaboração e apresentação das prestações de contas anuais de governo do Governador do Estado e dos Prefeitos, bem como, das prestações de contas anuais de gestão dos dirigentes dos órgãos e entidades da Administração Pública, conforme seu art. 1º.
7. A prestação de contas anual se refere à gestão, não sendo meramente contábil. Esta deve ser entregue exclusivamente mediante Domicílio Eletrônico de Contas – DEC, **até o dia 31 de março do exercício subsequente.**
8. O envio somente será aceito se a unidade gestora estiver **adimplente com as prestações de contas mensais**.

Classificação da entidade

9. A FAPEAM é uma Fundação Pública estadual e integra o **Grupo 08 (oito)**, conforme artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 15/2024.
10. O Fundo Estadual para o Desenvolvimento Científico, Tecnológico e de Inovação – **FUNECTI** integra o **Grupo 03 (três)**, conforme o art. 10, inciso III, da referida Resolução, sendo obrigatória a elaboração de prestações de contas individualizadas para cada grupo.

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
https://edoc.amazonas.am.gov.br/CFDF.335F.1684.1785/869AAE16
Código verificador: **CFDF.335F.1684.1785** CRC: **869AAE16**

Formato e organização dos documentos

11. As prestações de contas devem ser entregues pelos titulares ou seus sucessores, organizadas no formato definido no **Anexo IV da Resolução nº 15/2024**, que impõe as seguintes especificações:

a) Formato eletrônico (PDF/XML);
b) Arquivo com limite de até 100 MB (megabytes), cada;
c) Digitalização com resolução entre 100 e 200 dpi, em preto e branco, salvo se fotos de obras e/ou serviços de engenharia, que devem ser em cores;
d) Devem obedecer a ordem listada no Anexo IV;
e) Assinatura digital obrigatória do gestor, por meio de certificado digital válido, vinculado ao Cadastro de Pessoa Física (e-CPF) expedido por autoridade certificadora credenciada à Infraestrutura de Chaves Públicas – ICP Brasil;
f) Assinatura do contador responsável, quando houver peças e demonstrações contábeis;
g) Nomenclatura do arquivo no formato AA-NN-ID em numeração ordinal, seguindo o exemplo: "08-03-RelatórioFinanceiro.pdf" (para grupo 08, item 03, relatório financeiro), onde:

- AA – número do grupo a que se refere a prestação de contas;
- NN – número do item a que se refere o documento; e
- ID – nome de identificação do documento estabelecido para o item, quando houver a denominação.

12. Em caso de digitalização de documentos, esta deverá ser realizada pela FAPEAM, que será responsável pela qualidade e/ou legibilidade do que for anexado ao sistema do TCE-AM.

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
https://edoc.amazonas.am.gov.br/CFDF.335F.1684.1785/869AAE16
Código verificador: **CFDF.335F.1684.1785** CRC: **869AAE16**

13. No Anexo II – Quadro 2, foram listados os documentos exigidos pela Resolução nº 15/2024-TCE/AM, abrangendo tanto o Grupo 3 (Fundos Especiais – FUNECTI) quanto o Grupo 8 (Fundações Públicas). Ressalta-se que tal quadro tem caráter de apoio e não substitui a necessidade de consulta direta à Resolução (Anexo I) para esclarecimento completo dos dispositivos e exigências.

Validação e Formalização da Entrega

14. Para que as prestações de contas anuais sejam consideradas oficialmente entregues ao Tribunal, deverão conter devidamente formalizadas:

- Todas as peças exigidas na Resolução nº 15/2024;
- A adimplência do gestor em todas as prestações de contas mensais do exercício, uma vez que, em caso de inadimplência, o sistema bloqueará automaticamente a entrega;
- Certificado de Auditoria e Parecer Técnico Conclusivo emitido pela UCI, conforme o Anexo IV da referida Resolução;
- Pronunciamento expresso e indelegável do gestor, acerca das contas e do parecer da UCI;
- A apresentação de declaração negativa justificada e assinada digitalmente, em caso de inexistência de quaisquer documentos ou informações.

15. O sistema eletrônico do TCE-AM gera recibo eletrônico automático da entrega.

Sanções e responsabilizações

16. O não envio da prestação de contas anual, a entrega fora do prazo, ou a ausência de documentos obrigatórios poderá acarretar:

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://edoc.amazonas.am.gov.br/CFDF.335F.1684.1785/869AAE16
Código verificador: **CFDF.335F.1684.1785** CRC: **869AAE16**

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

- **Multa**, quando:

    - Houver omissão no dever de prestar contas nos termos dos artigos 7º e 16 da Resolução nº 15/2024;
    - Entregar a prestação de contas anual fora do prazo;
    - Infringir qualquer norma da referida Resolução.

- **Bloqueio automático** do sistema em caso de inadimplência;
- **Suspensão** da Certidão de Adimplência junto ao TCE/AM;
- **Instauração de tomada de contas** em até 30 dias, nos casos de ação e omissão, conforme art. 15 da Resolução 15/2024-TCE e art. 194, inciso I, alínea "*a*" do Regimento Interno do TCE (Resolução nº 04/2002-RITCEAM) e Manual de Tomada de Contas Especial da CGE.

17. Se na gestão anterior houver pendências, o atual deverá:

- Instaurar processo de tomada de contas do gestor anterior junto ao Tribunal;
- Comunicar o Ministério Público Estadual para apuração de responsabilidade administrativa, civil e penal cabível; e
- Adotar medida judicial para busca e apreensão de documentos ausentes.

18. A sanção prevista no art. 20, inciso I, da Resolução nº 15/2024, será atribuída ao gestor obrigado a prestar contas, sem prejuízo da desaprovação das contas do gestor seguinte cuja ação ou omissão tenha concorrido para a situação de inadimplência, com a consequente aplicação da sanção respectiva.
19. A Unidade de Controle Interno poderá ser responsabilizada solidariamente caso omita graves falhas ou deixe de orientar o gestor.
20. De forma individual, poderão ser responsabilizados os fiscais de contratos, setor de patrimônio e responsáveis pela atestação de despesas (pagamentos realizados

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
https://edoc.amazonas.am.gov.br/CFDF.335F.1684.1785/869AAE16
Código verificador: **CFDF.335F.1684.1785** CRC: **869AAE16**

de forma irregular), em analogia ao disposto no art. 70, parágrafo único, da CF/88 e art. 39, parágrafo único da Constituição Estadual do Amazonas.

21. As informações prestadas são de responsabilidade exclusiva do gestor.
22. Há possibilidade de responsabilização administrativa, civil e penal do gestor e demais envolvidos.

III. CONCLUSÃO

23. As mudanças introduzidas pela Resolução N.º 15/2024 do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas – TCE/AM estabeleceram regras claras e padronizadas para o processo de fiscalização, reforçando a transparência, a responsabilidade e a eficiência, por meio da utilização de sistemas eletrônicos.
24. Nesse contexto, tornam-se necessárias adequações na forma de apresentação das Prestações de Contas Anuais (PCA), de modo a assegurar conformidade com os requisitos técnicos, formais e de conteúdo exigidos pelo TCE/AM.
25. Assim, e em cumprimento à função preventiva, esta Unidade de Controle Interno – UCI/FAPEAM encaminha a presente Nota Técnica como forma de orientação acerca da Resolução em epígrafe, destacando a importância de serem adotadas providências que favoreçam a regularidade, a tempestividade e a plena conformidade da Prestação de Contas Anual da Fundação perante o TCE/AM.

Desta forma, **SUGERIMOS:**

a) **À Presidência**, que a presente Nota seja encaminhada aos setores da FAPEAM para ciência quanto as exigências da Resolução N.º 15/2024, especialmente quanto a prazos, formatos e a obrigatoriedade das assinaturas digitais (ICP-Brasil);

b) **Às Diretorias Administrativo-Financeira – DAF/FAPEAM e Técnico-Científica – DITEC/FAPEAM**, a realização de revisão de rotinas e fluxos

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://edoc.amazonas.am.gov.br/CFDF.335F.1684.1785/869AAE16
Código verificador: **CFDF.335F.1684.1785** CRC: **869AAE16**

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

internos, adequando-os ao Anexo IV da Resolução N.º 15/2024, bem como orientação contínua aos setores responsáveis pela elaboração da documentação e instituição de cronograma interno de conferência e envio das informações/documentos, garantindo o cumprimento tempestivo das obrigações e a mitigação de riscos de não conformidade e inadimplência.

Manaus, 26 de setembro de 2025.

É a Nota Técnica. À apreciação superior.

Ellen Caroline da Silva Seixas
Assessora da Unidade de Controle de Interno
Assinado digitalmente via SIGED
Decreto nº. 42.727 - 08/09/2020

De acordo:

Knef Santana Reis
Coordenadora da Unidade de Controle Interno
Assinado digitalmente via SIGED
Decreto nº. 42.727 - 08/09/2020

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
https://edoc.amazonas.am.gov.br/CFDF.335F.1684.1785/869AAE16
Código verificador: **CFDF.335F.1684.1785** CRC: **869AAE16**

ANEXO I

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
https://edoc.amazonas.am.gov.br/CFDF.335F.1684.1785/869AAE16
Código verificador: **CFDF.335F.1684.1785** CRC: **869AAE16**

de Extintores e o Teste Hidrostático das Mangueiras de Incêndio, de acordo com as NBR 12962 (Inspeção, Manutenção e Recarga em Extintores de Incêndio) e NBR 12779 (Mangueiras de Incêndio – Inspeção, Manutenção e Cuidados), no Programa de Trabalho: **01.122.0056.2466** (Manutenção da Unidade Administrativa), Natureza de Despesa: **33.90.30.24, 33.90.39.16, 44.90.52.24**, Fonte de Recursos: **1.759.285**.

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES
Conselheira-Presidente

RESOLUÇÃO

RESOLUÇÃO N. 15/2024

Regulamenta o envio das prestações de contas anuais pelas unidades gestoras sob a jurisdição do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas e revoga disposições anteriores e contrárias.

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais, constantes na Lei Estadual n° 2.423, de 10 de dezembro de 1996, a Lei Orgânica, e na Resolução TCE n° 04, de 23 de maio de 2002, o Regimento Interno;

Considerando a necessidade de aprimorar a transparência e a eficiência na prestação de contas públicas das unidades gestoras sob jurisdição do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas;

Considerando o dever constitucional e legal de fiscalização e controle externo exercido pelo Tribunal de Contas, conforme estabelecido na Lei Orgânica do TCE-AM;

Considerando a importância de padronizar e racionalizar os procedimentos e documentos relacionados às prestações de contas anuais, promovendo maior clareza e uniformidade no processo;

Considerando o impacto positivo da adoção de tecnologias e sistemas eletrônicos no envio, processamento e análise das informações das prestações de contas, garantindo maior celeridade e integridade dos dados;

Considerando o papel crucial das prestações de contas anuais na avaliação da legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência e eficácia da gestão pública, conforme previsto na legislação pertinente;

Considerando a necessidade de integrar os resultados das prestações de contas anuais ao planejamento estratégico e às ações governamentais, de modo a assegurar a efetividade das políticas públicas em benefício da sociedade.

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

RESOLVE:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Dispor sobre a composição, elaboração e apresentação das prestações de contas anuais de governo do Governador do Estado e dos Prefeitos, bem como, das prestações de contas anuais de gestão dos dirigentes dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta.

Art. 2º Para efeito desta Resolução considera-se:

I - Contas de Governo: conjunto de demonstrativos, documentos e informações de natureza contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacional que permita avaliar a gestão política do chefe do Poder Executivo, expressando os resultados da atuação governamental, submetido ao Tribunal de Contas para apreciação e emissão de parecer prévio com vistas a auxiliar o julgamento pelo Poder Legislativo.

II - Contas de Gestão: conjunto de demonstrativos, documentos e informações de natureza contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacional, que alcança os atos praticados pelos dirigentes dos órgãos e entidades, que permitam ao Tribunal de Contas o julgamento técnico na forma regimental realizado em caráter definitivo sobre as contas prestadas, examinando, dentre outros aspectos, a legalidade, a legitimidade, a economicidade, a eficiência, a eficácia, a efetividade, a razoabilidade e a proporcionalidade dos atos de gestão e das despesas deles decorrentes, da aplicação de subvenções e dos demais atos sujeitos ao controle externo.

III - Prestação de Contas Anual: instrumento de demonstração da regularidade da gestão pública que terá por base o exercício financeiro anterior ao da apresentação, guardando consonância com os documentos previstos nesta Resolução e deverá ser elaborada, divulgada e encaminhada de acordo com as normas específicas aplicáveis ao Poder, órgão ou entidade responsável pela elaboração.

I**V – Unidade Gestora**: a unidade orçamentária ou administrativa investida de poder para gerir créditos orçamentários e/ou recursos financeiros, abrangendo os órgãos, os fundos e as unidades administrativas vinculados à administração direta, possuidores de competência para ordenar despesas; as entidades autárquicas e fundacionais; as empresas públicas, as sociedades de economia mista e suas controladas; e os consórcios públicos.

CAPÍTULO II

DAS CONTAS ANUAIS DE GOVERNO

Seção I

Das Contas Anuais de Governo do Governador

Art. 3º As contas referentes ao exercício anterior serão apresentadas pelo Governador, concomitantemente, à Assembleia Legislativa e ao Tribunal, dentro de 60 (sessenta) dias, após a abertura da sessão legislativa.

§ 1º As contas prestadas pelo Governador do Estado serão constituídas dos documentos relacionados no Anexo I desta Resolução.

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

§ 2º As contas prestadas pelo Governador do Estado evidenciarão o desempenho da arrecadação em relação à previsão de todas as receitas tributárias e não tributárias de competência do Estado, conforme o caso, destacando as providências adotadas para efeito de fiscalização das receitas e de combate à sonegação, as ações de recuperação de créditos nas instâncias administrativa e judicial, bem como, as demais medidas para incremento das receitas.

§ 3º Nos casos de substituição do Governador durante o exercício financeiro, deverá ser incluído na prestação de contas anual balancete com os saldos contábeis existentes na data da substituição, quantas vezes esta ocorrer.

Seção II

Das Contas Anuais de Governo do Prefeito

Art. 4º Até o dia 31 de março de cada ano, ou o primeiro dia útil subsequente, o Prefeito remeterá ao Tribunal de Contas as contas anuais referentes ao exercício anterior, exclusivamente em meio eletrônico mediante a utilização de sistema disponibilizado aos jurisdicionados especificamente para este fim.

Art. 5º As contas prestadas pelo Prefeito incluirão os resultados da gestão anual do Poder Executivo, englobando-se os órgãos da administração direta e as entidades da administração indireta, inclusive dos seus respectivos fundos especiais, bem como, do Poder Legislativo Municipal e serão constituídas dos documentos e modelos relacionados nos Anexos II e III desta Resolução, caso que não exime os gestores de cada órgão do encaminhamento das prestações de contas sob sua responsabilidade.

§ 1º As contas prestadas pelo Prefeito evidenciarão o desempenho da arrecadação em relação à previsão de todas as receitas tributárias e não tributárias de competência do Município, conforme o caso, destacando as providências adotadas para efeito de fiscalização das receitas e de combate à sonegação, as ações de recuperação de créditos nas instâncias administrativa e judicial, bem como, as demais medidas para incremento das receitas.

§ 2º Caso o Município participe de consórcio público, a prestação de contas do Prefeito deverá consolidar a movimentação relativa aos respectivos rateios e valores executados.

§ 3º Na hipótese de mais de um ocupante do cargo de Prefeito em um mesmo exercício financeiro, a prestação de contas deverá evidenciar a execução orçamentária, financeira e patrimonial dos períodos respectivos.

Art. 6º O Chefe do Poder Legislativo Municipal deverá encaminhar ao Poder Executivo, para fins da consolidação disposta no caput do art. 5º, os dados relativos ao resultado da gestão anual da Câmara Municipal até sessenta dias antes do término do prazo de apresentação das contas ao Tribunal de Contas.

Parágrafo único. O Chefe do Poder Legislativo Municipal deverá remeter simultaneamente ao Tribunal de Contas os dados de que trata o caput e o respectivo comprovante de entrega ao Poder Executivo.

Art. 7º A ausência de prestação de Contas Anuais de Governo do Prefeito ou o seu envio em desacordo com a forma e o prazo previstos nesta Resolução configura omissão do dever de prestar contas, hipótese em que o Tribunal emitirá parecer prévio pela sua desaprovação, sendo-lhe aplicada a multa respectiva, nos termos da Lei Orgânica do TCEAM.

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

CAPÍTULO III

DAS CONTAS ANUAIS DE GESTÃO

Art. 8º As contas anuais de gestão aplicam-se aos titulares da Assembleia Legislativa, das Câmaras Municipais, do Tribunal de Justiça, da Procuradoria Geral de Justiça, da Defensoria Pública no âmbito do Estado do Amazonas, dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta estadual e municipal e das demais unidades jurisdicionadas estaduais e municipais.

§1º As Contas Anuais previstas no caput aplicam-se, ainda, ao Governador e aos Prefeitos quando desempenhem a função de ordenador de despesas praticando atos de gestão, sem prejuízo da prestação de Contas Anuais de Governo, prevista na Lei Orgânica do TCEAM e nesta Resolução.

§ 2º. No caso descrito no parágrafo anterior, as contas de governo e de gestão comporão somente um processo, observadas as regras da Resolução TCE nº 08/2024.

§3º O Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas encaminhará sua prestação de Contas Anuais de Gestão à Assembleia Legislativa, nos termos da Lei Orgânica do TCE-AM.

Art. 9º As contas anuais de gestão deverão ser apresentadas em meio eletrônico, através do sistema disponibilizado pelo Tribunal, pelos titulares de que trata o art. 8º ou por seus sucessores, organizadas na forma, conteúdo e prazo definidos nesta Resolução, devendo abranger a totalidade do exercício a que se refere a gestão.

Art. 10. As contas anuais de gestão deverão ser apresentadas ao Tribunal de Contas até o dia 31 de março do exercício subsequente, observada a distribuição dos jurisdicionados nos seguintes grupos:

I – Grupo 01: Tribunal de Justiça, Procuradoria Geral de Justiça, Assembleia Legislativa e Defensoria Pública;

II – Grupo 02: Secretarias de Estado, Órgãos em Regime Especial e Unidades Jurisdicionadas Estaduais não especificadas nos demais grupos;

III – Grupo 03: Fundos Especiais regidos pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e similares para jurisdicionados estaduais;

IV – Grupo 04: Prefeituras Municipais, exceto a Prefeitura de Manaus;

V – Grupo 05: Câmaras Municipais;

VI – Grupo 06: Secretarias Municipais, Órgãos em Regime Especial e demais Unidades da Administração Direta do Município do Manaus;

VII – Grupo 07: Fundos Especiais regidos pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e similares para jurisdicionados municipais;

VIII – Grupo 08: Autarquias e Fundações Públicas estaduais e municipais;

IX – Grupo 09: Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista estaduais e municipais; e

X – Grupo 10: Consórcios Públicos.

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

Art. 11. O conteúdo das contas anuais de gestão a serem prestadas por cada grupo de jurisdicionados está previsto no Anexo IV, sendo facultada a utilização dos modelos estabelecidos no Anexo V.

Art. 12. As contas anuais de gestão dos grupos de jurisdicionados referidos no art. 10 desta Resolução deverão ser prestadas de forma individualizada por unidade gestora.

Parágrafo Único. Estão excetuadas da regra prevista no caput as prestações de contas dos jurisdicionados referidos do Grupo 04, as quais deverão conter a movimentação contábil e demais informações das respectivas unidades gestoras municipais de forma consolidada em apenas uma prestação de contas.

Art. 13. Os responsáveis por órgão ou entidade que estiver em processo de extinção, liquidação, transformação, fusão, incorporação ou desestatização permanecem obrigados à apresentação das prestações de contas anuais de gestão até a conclusão do processo.

Art. 14. Ficam obrigados a apresentar as prestações de contas anuais de gestão os responsáveis pelas unidades jurisdicionadas que surgirem após a entrada em vigor desta Resolução.

Art. 15. A ausência de prestação de contas anuais de gestão após o transcurso do prazo fixado no regimento interno, ou o seu envio em desacordo com a forma prevista nesta Resolução, configura omissão do dever de prestar contas que implicará na abertura de processo de tomada de contas, nos termos da Lei Orgânica e Regimento Interno do TCE-AM.

§ 1º No processo de tomada de contas será apurada a responsabilidade de quem deu causa à omissão com aplicação de multa e demais sanções cabíveis no mesmo processo.

§ 2º O controle interno do órgão também terá sua responsabilidade apurada caso não tenha adotado as medidas necessárias para evitar o atraso ou a omissão.

CAPÍTULO IV

DA ORGANIZAÇÃO E DA APRESENTAÇÃO DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS

Art. 16. Os arquivos dos documentos previstos no Anexo IV desta Resolução deverão ser apresentados exclusivamente na forma eletrônica, via sistema disponibilizado pelo Tribunal.

§ 1º O envio de todo e qualquer documento da prestação de contas anuais deverá observar o disposto a seguir:

I - formato conforme definido no Anexo IV;

II - tamanho máximo de 100 MB (Megabytes) por arquivo;

III - no caso de necessidade de digitalização, a resolução dos documentos deve ser no mínimo 100 dpi e no máximo 200 dpi, apresentados em preto e branco, e, apresentados em colorido se os documentos se referirem a registros fotográficos de obras e/ou serviços de engenharia;

IV - estar livre de vírus e outras ameaças que possam comprometer a confidencialidade, disponibilidade e integridade do sistema eletrônico do Tribunal de Contas; e

V - a digitalização de documentos deverá ser realizada pelo próprio jurisdicionado, que detém exclusiva responsabilidade pela qualidade e/ou legibilidade do que for anexado ao sistema do TCE-AM.

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

§ 2º Todos os documentos que integram as prestações de contas anuais deverão conter assinatura digital do gestor responsável pelo seu encaminhamento, por meio de certificado digital válido, vinculado ao Cadastro de Pessoa Física (e-CPF) do gestor responsável, expedido por autoridade certificadora credenciada à ICP Brasil, sendo que as peças e demonstrações contábeis referentes às contas anuais de governo deverão conter, além da assinatura digital do gestor responsável pelo encaminhamento, a assinatura digital do contabilista responsável técnico por sua elaboração.

§ 3º Os documentos e modelos relacionados nos Anexos I a V desta Resolução poderão ser alterados, quando necessário, por Portaria emitida pelo Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas.

Art. 17. A disposição dos documentos constantes das prestações de contas anuais deverá obedecer a ordem em que foram listados no Anexo IV.

Parágrafo único. O nome de cada arquivo enviado ao sistema do TCE-AM deverá ser escrito no formato AA-NN-ID, em numeração ordinal, (exemplo: 04-03-NOME DE IDENTIFICAÇÃO), onde:

I - AA – número do grupo a que se refere a prestação de contas;

II - NN – número do item a que se refere o documento; e

III - ID – nome de identificação do documento estabelecido para o item, quando houver a denominação.

Art. 18. As prestações de contas anuais somente serão consideradas entregues oficialmente ao Tribunal de Contas se contiverem todas as peças exigidas nesta Resolução, devidamente formalizadas.

§ 1º A adimplência da prestação de conta anual somente será efetivada se por ocasião de sua entrega o gestor estiver adimplente com as prestações de contas mensais.

§ 2º Considerar-se-á inadimplente o gestor que não tiver entregado as prestações de contas mensais das competências do exercício em referência até a data da entrega das prestações contas anuais, não importando em inadimplência eventual deferimento de reabertura de competência.

§ 3º O sistema do TCE-AM bloqueará automaticamente a entrega da prestação de contas anual se, por ocasião de sua entrega, houver inadimplência das prestações de contas mensais, bem como não receberá conjunto incompleto de documentos, não sendo possível realizar envios parciais das prestações de contas.

§ 4º No caso de inexistência de quaisquer documentos ou informações, o responsável deverá apresentar declaração negativa, devidamente justificada e assinada digitalmente, por meio de campo específico disponibilizado no sistema do Tribunal, sem prejuízo de que o Tribunal de Contas possa considerar a justificativa apresentada não consistente ou insuficiente, sujeitando o jurisdicionado a sofrer as sanções por omissão do dever de prestar contas previstas no art. 20.

§ 5º Recebido o conjunto de documentos, o Corpo Técnico do Tribunal de Contas realizará verificação preliminar, podendo o jurisdicionado sofrer as sanções por omissão do dever de prestar contas previstas em Lei e no art. 20 desta Resolução nos casos em que forem constatadas incompatibilidades quanto ao conteúdo e à forma exigidos nesta Resolução.

Art. 19. Está excetuada das disposições do presente Capítulo, quanto à organização e à forma de apresentação, a prestação de Contas Anuais de Governo do Governador a que se refere o art. 3º desta Resolução.

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

CAPÍTULO V

DA APLICAÇÃO DE SANÇÕES

Art. 20. Sem prejuízo de outras sanções administrativas, civis e penais previstas em legislação específica, compete ao Tribunal de Contas:

I - aplicar multas, na forma da Lei Orgânica do TCE-AM, nos casos de:

a) omissão no dever de prestar contas, nos termos dos arts. 7º e 16 desta Resolução;

b) apresentação intempestiva da prestação de contas anuais de governo ou de gestão;

c) não envio para fins de consolidação das contas anuais de governo do prefeito pelo Chefe do Poder Legislativo Municipal ao Poder Executivo dos dados relativos ao resultado da gestão anual da Câmara Municipal no prazo previsto nesta Resolução; e

d) infringência a qualquer das demais normas desta Resolução.

II – suspender o fornecimento de Certidão de Adimplência junto ao Tribunal de Contas a órgão e entidade do Estado e de Município do Estado do Amazonas, enquanto permanecer sua intempestividade relativamente à inobservância de prazos fixados nesta Resolução, para o envio das contas anuais de gestão dos gestores dos órgãos e dirigentes das entidades estaduais e municipais e das contas anuais de governo do Governador do Estado ou de Prefeito, sujeitas à emissão de parecer prévio.

Art. 21. A sanção prevista no art. 20, inciso I, desta Resolução, será atribuída ao gestor sobre o qual recaiu a obrigação de prestar contas, sem prejuízo da desaprovação das contas do gestor precedente cuja ação ou omissão tenha concorrido para a situação de inadimplência, com a consequente aplicação da sanção respectiva.

Parágrafo Único. Configurada a hipótese prevista no caput, impõe-se ao gestor responsável pela administração sucessora a comprovação junto a este Tribunal de Contas de haver tomado as seguintes medidas:

I - instauração de procedimento de tomada de contas do administrador faltoso na forma da Lei Orgânica do TCE-AM;

II - representação ao Ministério Público Estadual para apuração de responsabilidade administrativa, civil e penal cabível; e

III - adoção de medida judicial visando à busca e apreensão da documentação faltante.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 22. O sistema do Tribunal de Contas fornecerá ao jurisdicionado recibo eletrônico da remessa de documentos.

Art. 23. As informações prestadas ao Tribunal de Contas, em cumprimento a esta Resolução, são de inteira responsabilidade do gestor, a quem cabe zelar pela autenticidade, integridade e validade jurídica de todos os atos e documentos.

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

Art. 24. A entrega dos documentos e informações consolidadas previstas nesta Resolução não exclui e não se confunde com o envio periódico de dados ao Sistema e-Contas ou outro que vier a substituí-lo para esse fim.

Art. 25. A apresentação da prestação de contas anual será regulada por esta resolução no exercício seguinte à sua aprovação, contanto que sua publicação ocorra até 30 (trinta) dias antes do encerramento do exercício, caso contrário, passará a regulamentar a apresentação das prestações de contas anuais apenas no segundo ano após a data de sua publicação.

Art. 26. Revogam-se as disposições em contrário, em especial, as Resoluções nºs 05/1990; 06/2009; 27/2013; 03/2016 e 04/2016.

Art. 27. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO AMAZONAS, *em Manaus****, 09 de abril de 2024.***

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES
Conselheira-Presidente

LUIS FABIAN PEREIRA BARBOSA
Conselheiro Vice-Presidente

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Conselheiro Convocado

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral

ANEXO I

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS DAS CONTAS ANUAIS DE GOVERNO DO GOVERNADOR

Item	Documento	Formato
1	Ofício de encaminhamento assinado pelo Governador do Estado, contendo sumário da documentação acostada, declarando que apresenta, perante o Tribunal de Contas, em meio físico e em mídia eletrônica, as peças e documentos de sua prestação de contas, responsabilizando-se pelo inteiro teor dessas informações.	PDF
2	Balanço geral consolidado das contas do Estado e de suas autarquias, fundações públicas, empresas estatais dependentes e fundos especiais, o qual, observados os termos do art. 101 da Lei Nacional nº 4.320, de 1964, e de acordo com a última edição vigente do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, será composto da seguinte documentação:	PDF
2.1	Balanço Orçamentário, acompanhado dos seguintes quadros demonstrativos:	PDF
2.1.1	demonstração da receita e despesa segundo as categorias econômicas;	PDF
2.1.2	programa de trabalho;	PDF
2.1.3	programa de trabalho de governo – demonstrativo de funções, programas e subprogramas por projetos e atividades;	PDF
2.1.4	demonstrativo da despesa por funções, programas e subprogramas conforme o vínculo com os recursos;	PDF
2.1.5	demonstrativo da despesa por órgãos e funções;	PDF
2.1.6	comparativo da receita orçada com a arrecadada; e	PDF
2.1.7	comparativo da despesa autorizada com a realizada.	PDF
2.2	Balanço Financeiro.	PDF
2.3	Balanço Patrimonial, acompanhado de:	PDF
2.3.1	demonstração da dívida fundada interna por contrato;	PDF
2.3.2	demonstração da dívida fundada externa por contrato; e	PDF
2.3.3	demonstração da dívida flutuante.	PDF
2.4	Demonstração das Variações Patrimoniais.	PDF
2.5	Demonstração dos Fluxos de Caixa.	PDF
2.6	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a qual será obrigatória apenas para as empresas estatais dependentes e para os entes que as incorporarem no processo de consolidação de contas.	PDF
2.7	Notas Explicativas, as quais indicarão, sem prejuízo de outras informações consideradas relevantes:	PDF
2.7.1	os critérios relativos à avaliação dos elementos patrimoniais, ao cálculo da depreciação, amortização e exaustão e à constituição de provisões para encargos e perdas prováveis na realização de ativos;	PDF

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

Item	Documento	Formato
2.7.2	os montantes dos recursos aplicados na compra, construção ou fabricação de bens de uso comum;	PDF
2.7.3	os investimentos em entidades estatais e empresas do setor privado;	PDF
2.7.4	o aumento de valor de elementos do ativo resultante de novas avaliações;	PDF
2.7.5	os ônus constituídos sobre elementos do ativo, as garantias prestadas a terceiros e outras responsabilidades eventuais ou contingentes;	PDF
2.7.6	as taxas de juros, as datas de vencimento e as garantias das obrigações de longo prazo;	PDF
2.7.7	os ajustes de exercícios anteriores;	PDF
2.7.8	os eventos subsequentes à data de encerramento do exercício que tenham ou possam vir a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial e financeira;	PDF
2.7.9	demonstrativo dos avais concedidos pelo Tesouro Público às entidades da administração indireta, informados, por empresa e contrato, o prazo dos empréstimos e financiamentos avalizados, o valor das amortizações, as taxas de juros, o prazo de carência para os pagamentos e a instituição financiadora;	PDF
2.7.10	relação, por empresa, dos contratos honrados pelo Tesouro Público; e	PDF
2.7.11	as modificações em métodos ou critérios contábeis que possam ter efeitos significativos nas demonstrações contábeis.	PDF
3	As demonstrações contábeis consolidadas devem conter a identificação do Ente, bem como, do gestor e do contabilista responsáveis, fazendo-se obrigatório, relativamente a este último, o nome e o número de inscrição no competente Conselho de Contabilidade.	PDF
4	Relatórios complementares e inventários.	PDF
5	Relatório geral e circunstanciado do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo sobre a execução dos orçamentos previstos no § 4º do art. 106 da CE, o qual deverá ser confeccionado de modo que atenda, obrigatória e completamente, às seguintes disposições:	PDF
5.1	as realizações nas áreas de educação, saúde, assistência social, previdência social, segurança, investimentos em obras públicas, infraestrutura e atendimento às comunidades rurais, política de remuneração, capacitação dos servidores estaduais, com especificações das metas alcançadas com base nos instrumentos de planejamento;	PDF
5.2	considerações sobre as condições econômicas, financeiras, administrativas e sociais predominantes na vida nacional e estadual;	PDF
5.3	descrição analítica das atividades dos órgãos e entidades do Poder Executivo e de cada um dos programas incluídos no orçamento anual;	PDF
5.4	desempenho da economia do Estado no quadro da política econômico-financeira do Governo Federal, e seus efeitos na execução orçamentária;	PDF
5.5	observância às normas constitucionais, legais e regulamentares na execução dos orçamentos públicos estaduais;	PDF
5.6	cumprimento dos programas previstos na lei orçamentária anual quanto à legalidade, legitimidade, economicidade e atingimento de metas, assim como a consonância dos mesmos com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias;	PDF

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

Item	Documento	Formato
5.7	análise da execução dos orçamentos fiscais, da seguridade social e de investimento das empresas em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;	PDF
5.8	balanços e demonstrações da posição financeira e patrimonial do Governo Estadual nas entidades da administração indireta e nos fundos da administração direta;	PDF
5.9	execução da programação financeira de desembolso;	PDF
5.10	demonstração da Dívida Ativa do Estado e dos créditos adicionais abertos no exercício;	PDF
5.11	anexos representativos das demonstrações, quadros comparativos e outras informações pertinentes;	PDF
5.12	notas explicativas que indiquem os principais critérios adotados no exercício, em complementação às demonstrações contábeis;	PDF
5.13	montante de recursos repassados às organizações do terceiro setor, com o detalhamento do andamento da prestação de contas; e	PDF
5.14	dados e informações solicitadas, com antecedência, pelo Conselheiro Relator.	PDF
5.15	Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP, expedido pelo Ministério da Previdência Social, a fim de atestar o cumprimento dos critérios e exigências da legislação pertinente (Lei nº 9.717/1998 e Decreto Federal n° 3.788/2001).	PDF
5.16	Plano de Amortização do Déficit Atuarial com apresentação do Parecer Atuarial (art. 1°, I, da Lei n° 9.717/98).	PDF
5.17	Declaração da existência de uma unidade gestora única do Regime Próprio de Previdência Social do Estado (art. 40, § 20, da CF/1988 c/c art. 1° da Lei n° 9.717/1998).	PDF
6	Documentos da Educação	-
6.1.	Norma instituidora do Conselho a que se refere o art. 33 da Lei nº. 14.113/2020	PDF
6.2.	Parecer do Conselho do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação – FUNDEB	PDF
6.3.	Norma instituidora do Plano de Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação Básica, com atualizações legislativa.	PDF
6.4.	Termo de Convênio celebrado com os fins estabelecidos no art. 22, da Lei nº. 14.133/2020	PDF
6.5.	Extratos das contas bancárias únicas e específicas mantidas pelos Poderes Executivos e vinculada ao respectivo Fundo (Fundeb), relativamente ao mês de dezembro do respectivo exercício de competência.	PDF
6.6.	Extratos das contas bancárias referentes aos recursos da Contribuição (Quota Estadual ou Municipal) do Salário-Educação, relativamente ao mês de dezembro do respectivo exercício de competência.	PDF
6.7.	Relação de todos os contratos vigentes no exercício custeados com recursos do Fundeb, inclusive termos aditivos, mesmo que celebrados em exercícios anteriores, contendo, as seguintes informações: nº do contrato/ano, vigência, valor, notas de empenho vinculadas, objeto resumido, credor com CNPJ ou CPF, nº e modalidade da licitação ou dispensa/inexigibilidade ao qual se vincula e valor anulado, se for o caso, como detalhado no Quadro nº 6.1 do Anexo III desta Resolução.	PDF
6.8	Balanço Financeiro do Fundeb, como detalhado no Quadro nº 6.2 do Anexo III desta Resolução.	PDF
6.9.	Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino-MDE, Anexo 8 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária-RREO do último bimestre de cada exercício, conforme edições atualizadas do Manual da Secretaria do Tesouro Nacional.	PDF
6.10.	Demonstrativo de detalhamento das despesas que compõem o demonstrativo MDE, como detalhado no Quadro nº 6.3 do Anexo III desta Resolução.	PDF
7	Relação de valores recebidos e despesas oriundas de emendas parlamentares (emendas individuais de transferência especial, emendas individuais de transferência com finalidade definida e emendas de bancadas), contendo nº da conta corrente onde se movimentam os recursos e as notas de empenho relacionadas.	PDF

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

ANEXO II

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS DAS CONTAS ANUAIS DE GOVERNO DO PREFEITO

Item	Documento[1]	Formato	Assinado por
1	Ofício de encaminhamento assinado pela autoridade competente, devidamente qualificada, contendo sumário da documentação acostada, declarando que apresenta, perante o Tribunal de Contas, em mídia eletrônica, as peças e documentos de sua prestação de contas, responsabilizando-se pelo inteiro teor dessas informações.	PDF	Gestor/Titular.
2	Balanço Orçamentário (Anexo 12 da Lei Federal nº. 4.320/64), de acordo com orientações da última edição vigente do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.	PDF e XML	Gestor e Contabilista
3	Demonstração da receita e despesa segundo as categorias econômicas (Anexo 01 da Lei Federal nº. 4.320/64), de acordo com orientações da última edição vigente do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.	PDF e XML	Gestor e Contabilista
4	Despesa segundo as categorias econômicas (Anexo 02 da Lei Federal nº. 4.320/64), de acordo com orientações da última edição vigente do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.	PDF e XML	Gestor e Contabilista
5	Programa de trabalho (Anexo 06 da Lei Federal nº. 4.320/64), de acordo com orientações da última edição vigente do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.	PDF e XML	Gestor e Contabilista
6	Programa de trabalho de governo – demonstrativo de funções, programas e subprogramas por projetos e atividades (Anexo 07 da Lei Federal nº. 4.320/64), de acordo com orientações da última edição vigente do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.	PDF e XML	Gestor e Contabilista
7	Demonstrativo da despesa por funções, programas e subprogramas conforme o vínculo com os recursos (Anexo 08 da Lei Federal nº. 4.320/64), de acordo com orientações da última edição vigente do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.	PDF e XML	Gestor e Contabilista
8	Demonstrativo da despesa por órgãos e funções (Anexo 09 da Lei Federal nº. 4.320/64), de acordo com orientações da última edição vigente do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.	PDF e XML	Gestor e Contabilista
9	Comparativo da receita orçada com a arrecadada (Anexo 10 da Lei Federal nº. 4.320/64), de acordo com orientações da última edição vigente do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.	PDF e XML	Gestor e Contabilista
10	Comparativo da despesa autorizada com a realizada (Anexo 11 da Lei Federal nº. 4.320/64), de acordo com orientações da última edição vigente do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.	PDF e XML	Gestor e Contabilista
11	Balanço Financeiro (Anexo13 da Lei Federal nº. 4.320/64), de acordo com orientações da última edição vigente do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.	PDF e XML	Gestor e Contabilista
12	Balanço Patrimonial (Anexo14, previstas na Lei Federal nº. 4.320/64), de acordo com orientações da última edição vigente do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.	PDF e XML	Gestor e Contabilista

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

Item	Documento	Formato	Assinado por
13	Demonstração da dívida fundada interna por contrato (Anexo16 da Lei Federal nº. 4.320/64), de acordo com orientações da última edição vigente do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.	PDF e XML	Gestor e Contabilista
14	Demonstração da dívida fundada externa por contrato.	PDF e XML	Gestor e Contabilista
15	Demonstração da dívida flutuante (Anexo 17 da Lei Federal nº. 4.320/64), de acordo com orientações da última edição vigente do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.	PDF e XML	Gestor e Contabilista
16	Demonstração das Variações Patrimoniais (Anexo 15 da Lei Federal nº. 4.320/64), de acordo com orientações da última edição vigente do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.	PDF e XML	Gestor e Contabilista
17	Demonstração dos Fluxos de Caixa (Anexo 18 de acordo com orientações da última edição vigente do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público).	PDF e XML	Gestor e Contabilista
18	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Anexo19 de acordo com orientações da última edição vigente do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público).	PDF e XML	Gestor e Contabilista
19	Notas Explicativas.	PDF e XML	Gestor e Contabilista
20	Balancete Consolidado da Receita e da Despesa do mês de Dezembro.	PDF	Gestor e Contabilista
21	Relatório circunstanciado do Prefeito sobre as atividades do exercício anterior, indicando, no mínimo: as realizações relativas à educação, saúde e assistência social; os investimentos em obras públicas, destacando as paralisadas ou inacabadas, infraestrutura e atendimento às comunidades rurais e a política de remuneração; capacitação dos servidores municipais, com especificações do alcance das metas previstas nos instrumentos de planejamento os valores repassados ao legislativo; e o desempenho da arrecadação em relação à previsão de todos os tributos da competência do Município conforme o caso, destacando as providências adotadas para efeito de fiscalização das receitas e de combate à sonegação, as ações de recuperação de créditos nas instâncias administrativa e judicial, bem como as demais medidas para incremento das receitas tributárias e de contribuições.	PDF	Gestor/Titular.
22	Relação dos bens de natureza permanente, identificando os móveis, imóveis, industriais e semoventes, incorporados e baixados do patrimônio no exercício, observando-se que, quando a baixa decorrer de alienação, deve ser identificado o número do processo licitatório e, em se tratando de bens imóveis, a respectiva lei autorizativa, indicando-se, ainda, em notas explicativas, o critério de mensuração, avaliação ou reavaliação dos elementos patrimoniais permanentes.	PDF	Gestor e Contabilista
23	Demonstrativo dos restos a pagar inscritos e discriminando os processados e não processados, os pagos e os cancelados no exercício, bem como os inscritos em exercícios anteriores e processados no exercício, aplicando-se em todos os casos a identificação da classificação despesa funcional programática, fontes dos recursos, devendo ser utilizado o modelo constante do Quadro nº 01 do Anexo III desta Resolução.	PDF e XML	Gestor e Contabilista

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

Item	Documento	Formato	Assinado por
24	Relação consolidada dos empenhos **inscritos** em Restos a Pagar Processados e Não Processados, **pagos e cancelados,** por unidade orçamentária, contendo: fonte dos recursos, número do empenho, nome do credor, classificação funcional programática, valor e data da realização do empenho e da liquidação, conforme Quadro nº 2 do Anexo III desta Resolução.	PDF e XML	Gestor e Contabilista
25	Originais dos extratos bancários do mês de dezembro, com saldo, referentes às contas mantidas em instituições financeiras pela Administração Municipal, inclusive os daquelas sem movimentação no período, acompanhados, quando for o caso, das correspondentes conciliações de saldos, cujos saldos deverão ser transcritos para o Quadro nº 3 do Anexo III desta Resolução.	PDF e XML	Gestor e Contabilista
26	Demonstração da origem e aplicação de recursos não consignados no orçamento, de forma detalhada por grupos, modelo do Quadro nº 04 do Anexo III desta Resolução.	PDF e XML	Gestor e Contabilista
27	Discriminação dos responsáveis por adiantamentos, bens ou valores da administração, com posição em aberto em 31 de dezembro, especificando valor total, data de constituição da responsabilidade, nome e matrícula do responsável.	PDF	Gestor e Contabilista
28	Certidão da Câmara de Vereadores enumerando leis complementares e ordinárias, decretos legislativos e resoluções aprovados no exercício, de modo a indicar número, objeto, datas de sanção, de promulgação e de publicação.	PDF	Presidente da Câmara
29	Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD.	PDF	Gestor e Contabilista
30	Cópias de leis e decretos relativos a aberturas de créditos adicionais, acompanhado do Quadro nº 05 do Anexo III desta Resolução e reajuste salarial.	PDF e XML	Gestor e Contabilista
31	Relação dos convênios vigentes e das transferências realizadas no decorrer do exercício, especificando convenentes, objeto, valor, vigência, fonte de recursos, conta bancária específica e movimentação financeira ocorrida no exercício, bem como, quando for o caso, a acumulada até o exercício.	PDF	Gestor e Contabilista
32	Documentos da educação	-	-
32.1	Norma instituidora do Conselho a que se refere o art. 33 da Lei nº. 14.113/2020	PDF	
32.2	Parecer do Conselho do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação – FUNDEB.	PDF	Representante do Conselho
32.3	Norma instituidora do Plano de Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação Básica, com atualizações legislativa	PDF	
32.4	Termo de Convênio celebrado com os fins estabelecidos no art. 22, da Lei nº. 14.133/2020	PDF	
32.5	Extratos das contas bancárias únicas e específicas mantidas pelos Poderes Executivos e vinculada ao respectivo Fundo (Fundeb), relativamente ao mês de dezembro do respectivo exercício de competência.	PDF	
32.6	Extratos das contas bancárias referentes aos recursos da Contribuição (Quota Estadual ou Municipal) do Salário-Educação, relativamente ao mês de dezembro do respectivo exercício de competência.	PDF	
32.7	Relação de todos os contratos vigentes no exercício custeados com recursos do Fundeb, inclusive termos aditivos, mesmo que celebrados em exercícios anteriores, contendo, as seguintes informações: nº do contrato/ano, vigência, valor, notas de empenho vinculadas, objeto resumido, credor com CNPJ ou CPF, nº e modalidade da licitação ou dispensa/inexigibilidade ao qual se vincula e valor anulado, se for o caso, como detalhado no Quadro nº 6.1 do Anexo III desta Resolução.	PDF	

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

Item	Documento	Formato	Assinado por
32.8	Balanço Financeiro do Fundeb, como detalhado no Quadro nº 6.2 do Anexo III desta Resolução	PDF	
32.9	Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino-MDE, Anexo 8 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária-RREO do último bimestre de cada exercício, conforme edições atualizadas do Manual da Secretaria do Tesouro Nacional	PDF	
32.10	Demonstrativo de detalhamento das despesas que compõem o demonstrativo MDE, como detalhado no Quadro nº 6.3 do Anexo III desta Resolução.	PDF	
33	Relação, por ordem cronológica de apresentação, de precatórios judiciais com os respectivos beneficiários, citando os que foram e os que não foram pagos, até o final do exercício.	PDF	Gestor e Contabilista
34	Demonstrativo da aplicação em manutenção e desenvolvimento do ensino, conforme o Quadro nº 06 do Anexo III desta Resolução.	PDF e XML	Gestor e Contabilista
35	Demonstrativo da aplicação nas ações e serviços públicos de saúde, consoante o Quadro nº 07 do Anexo III desta Resolução.	PDF e XML	Gestor e Contabilista
36	Declaração da dívida ativa inscrita, cobrada e prescrita no exercício, especificando os valores alusivos aos créditos de natureza tributária e não tributária.	PDF	Gestor e Contabilista
37	Comprovantes da conta "valores" em 31 de dezembro, emitidos pelas respectivas empresas das quais o município detenha ações.	PDF	Gestor e Contabilista
38	Boletim de caixa e bancos referente ao último dia útil do exercício.	PDF	Gestor e Contabilista
39	Relatório geral e circunstanciado do órgão central de controle interno sobre a execução dos orçamentos previstos no § 4º do art. 106 da Constituição Estadual.	PDF	Responsável pelo controle interno ou Gestor/Titular
40	Demonstrativo de recolhimento das contribuições previdenciárias ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), correspondente ao Quadro nº 08 do Anexo III desta Resolução, com suas subdivisões, devidamente preenchido, englobando as contribuições do Poder Legislativo e dos órgãos e entidades da administração direta e indireta do Poder Executivo.	PDF e XML	Gestor e Contabilista
41	Demonstrativo de recolhimento das contribuições previdenciárias ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), correspondente ao Quadro nº 09 do Anexo III desta Resolução, com suas subdivisões, devidamente preenchido, englobando as contribuições do Poder Legislativo e dos órgãos e entidades da administração direta e indireta do Poder Executivo.	PDF e XML	Gestor e Contabilista
42	Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP, expedido pelo Ministério da Previdência Social, a fim de atestar o cumprimento dos critérios e exigências da legislação pertinente (Lei nº 9.717/1998 e Decreto Federal n° 3.788/2001).	PDF	
43	Plano de Amortização do Déficit Atuarial com apresentação do Parecer Atuarial (art. 1°, I, da Lei n° 9.717/98).	PDF	
44	Declaração da existência de uma unidade gestora única do Regime Próprio de Previdência Social do Município (art. 40, § 20, CF c/c art. 1° da Lei n° 9.717/1998).	PDF	
45	Relação de valores recebidos e despesas oriundas de emendas parlamentares (emendas individuais de transferência especial, emendas individuais de transferência com finalidade definida e emendas de bancadas), contendo nº da conta corrente onde se movimentam os recursos e as notas de empenho relacionadas.	PDF	

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

Nota 1: Os demonstrativos devem ser consolidados, englobando a execução orçamentária, financeira e patrimonial do Poder Legislativo e dos órgãos e entidades da administração direta e indireta do Poder Executivo, inclusive fundos municipais e consórcios públicos.

ANEXO III

MODELOS DE QUADROS EXIGIDOS PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GOVERNO DO PREFEITO

QUADRO Nº01 - DEMONSTRATIVO DE RESTOS A PAGAR - CONSOLIDADO

MUNICIPIO:
PERÍODO DE REFERÊNCIA:

PODER / ÓRGÃO	Fonte de Recursos	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					Saldo Total (a+b)
		inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (A)	inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (b)	
		Em Exercícios Anteriores	Em 31/12/20XX				Em Exercícios Anteriores	Em 31/12/20XX				
EXECUTIVO												
LEGISLATIVO												
TOTAL		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

QUADRO N° 2 - RELAÇÃO CONSOLIDADA DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS NO EXERCÍCIO DE 20XX

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	FONTE DE RECURSOS	N° DO EMPENHO	DATA DO EMPENHO	CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	CREDOR	VALOR PROCESSADO R$	VALOR NÃO PROCESSADO R$
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS INCRITOS							

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	FONTE DE RECURSOS	N° DO EMPENHO	DATA DA INSCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL	CREDOR	VALOR PROCESSADO	VALOR NÃO PROCESSADO R$
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS PAGOS							

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	FONTE DE RECURSOS	N° DO EMPENHO	DATA DA INSCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL	CREDOR	VALOR PROCESSADO	VALOR NÃO PROCESSADO R$
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS CANCELADOS							

QUADRO Nº 03 - SALDOS BANCÁRIOS EM 31/12/AAAA

BANCO	CONTA	FONTE	SALDO		AJUSTES	SALDO TOTAL
			CONTA-CORRENTE	INVESTIMENTOS		
						-
						-
						-
						-
						-

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

						-
						-
						-
						-
SOMA			-	-	-	-

Observação: valores negativos devem ser precedidos do sinal (-).

QUADRO Nº 04 - DEMONSTRAÇÃO DA ORIGEM E APLICAÇÃO DE RECURSOS NÃO CONSIGNADOS NO ORÇAMENTO

TÍTULOS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (a + b - c)
		crição (b)	Baixa (c)	
APLICAÇÕES (Contas do Ativo)				
Adiantamentos				
Outros Valores				
ORIGENS (Contas do Passivo)				
Restos a pagar				
Exercício 1				
Exercício 2				
Depósitos				
Débitos de Tesouraria				

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

Outras Obrigações				

QUADRO Nº 5 – CRÉDITOS ADICIONAIS

BLOCO A – DECRETOS DE ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES – LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL Nº _____

DECRETO Nº	DATA DA PUBLICAÇÃO DO DECRETO	JORNAL DA PUBLICAÇÃO	FONTES DE RECURSO				EXCEÇÕES PREVISTAS NA LOA (nota explicativa)
			SUPERÁVIT	EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	ANULAÇÃO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	
TOTAL - R$							

BLOCO B – LEIS E DECRETOS DE ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS

LEI AUTORIZATIVA Nº/ANO	DECRETO Nº	PUBLICAÇÃO DO DECRETO	JORNAL DA PUBLICAÇÃO	FONTE DE RECURSO				TIPO DE CRÉDITO*
				SUPERÁVIT	EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	ANULAÇÃO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	
TOTAL								

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

BLOCO C – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - MOVIMENTAÇÃO		
DESCRIÇÃO	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**
(1) Orçamento Inicial - LOA		
(2) Créditos Adicionais (2.1+2.2+2.3)		
2.1 - Créditos Suplementares		
2.2 - Créditos Especiais		
2.3 -Créditos Extraordinários		
(3) Anulações de Dotações(deduzir)		
(4) ORÇAMENTO FINAL APURADO (1+2-3)		
Total Contabilizado (Anexo 11 Consolidado)		

Quadro nº 6 – Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE, Anexo 8 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária-RREO do último bimestre de cada exercício.

Observação: o modelo a ser enviado deve observar as edições atualizadas do Manual da Secretaria do Tesouro Nacional, para Estados ou Municípios, conforme o caso.

Quadro nº 6.1 - Relação de contratos com recursos do Fundeb

Relação de Contratos com Recursos do Fundeb							
Nº Contrato/Ano Ou Nº Termo Aditivo ao Contrato/Ano	Vigência	Valor	Notas de Empenho vinculadas	Objeto Resumido	Credor com CNPJ ou CPF	Nº e Modalidade de licitação	Valor Anulado

Assinatura do Servidor Responsável	Assinatura do Gestor

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

Quadro nº 6.2 - Balanço financeiro do Fundeb

Balanço Financeiro - Recursos do Fundeb – Exercício 20xx					
Entidade: xxxxx					
RECEITA			DESPESA		
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	Exercício Anterior – R$	Exercício Atual – R$	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	Exercício Anterior – R$	Exercício Atual – R$
Receita Arrecadada Fundeb			Despesa com Fundeb		
Receita de Transferências do Fundeb - Impostos e Transferências de Impostos			Despes com Transferências do Fundeb - Impostos e Transferências de Impostos		
Receita de Transferências do Fundeb - Complementação da União – VAAF			Despes com Transferências do Fundeb - Complementação da União – VAAF		
Receita de Transferências do Fundeb - Complementação da União – VAAT			Despes com Transferências do Fundeb - Complementação da União – VAAT		
Receita de Transferências do Fundeb - Complementação da União – VAAR			Despes com Transferências do Fundeb - Complementação da União – VAAR		
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA			DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA		
Obrigações em circulação			Obrigações em circulação		
RAP Processado			RAP Processado		
RAP Não-Processado			RAP Não-Processado		
Consignações			Consignações		
INSS/Fundeb			INSS/Fundeb		
Outras operações			Outras operações		
DISPONÍVEL			DISPONÍVEL		
Conta Corrente nº xxx BB			Conta Corrente nº xxx BB		
Conta Corrente nº xxx CEF			Conta Corrente nº xxx CEF		
Conta Corrente nº xxx Outros			Conta Corrente nº xxx Outros		
TOTAL			TOTAL		

Assinatura do Contador/CRC	Assinatura do Gestor

Quadro nº 6.3 - Detalhamento das Despesas Aplicadas na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino contidas no cálculo do art. 212, da CF/88.

I - Remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação

Código de Classificação					Especificação	Despesa Empenhada
Subfunção	Programa	Proj/Ati	Elemento da Despesa	Fonte		

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

Subtotal						

II - Aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino

Código de Classificação					**Especificação**	**Despesa Empenhada**
Subfunção	**Programa**	**Proj/Ati**	**Elemento da Despesa**	**Fonte**		
Subtotal						

III -Uso e manutenção de bens e serviços vinculados ao ensino

Código de Classificação					**Especificação**	**Despesa Empenhada**
Subfunção	**Programa**	**Proj/Ati**	**Elemento da Despesa**	**Fonte**		
Subtotal						

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

IV - Levantamentos estatísticos, estudos e pesquisas visando precipuamente ao aprimoramento da qualidade e à expansão do ensino

Código de Classificação					Especificação	Despesa Empenhada
Subfunção	Programa	Proj/Ati	Elemento da Despesa	Fonte		
Subtotal						

V - Realização de atividades-meio necessárias ao funcionamento dos sistemas de ensino

Código de Classificação					Especificação	Despesa Empenhada
Subfunção	Programa	Proj/Ati	Elemento da Despesa	Fonte		
Subtotal						

VI -Concessão de bolsas de estudo a alunos de escolas públicas e privadas

Código de Classificação					Especificação	Despesa Empenhada
Subfunção	Programa	Proj/Ati	Elemento da Despesa	Fonte		
Subtotal						

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

VII - Amortização e custeio de operações de crédito destinadas a atender ao disposto nos incisos deste artigo

Código de Classificação					Especificação	Despesa Empenhada
Subfunção	Programa	Proj/Ati	Elemento da Despesa	Fonte		
Subtotal						

VIII - Aquisição de material didático-escolar e manutenção de programas de transporte escolar

Código de Classificação					Especificação	Despesa Empenhada
Subfunção	Programa	Proj/Ati	Elemento da Despesa	Fonte		
Subtotal						

IX - realização de atividades curriculares complementares voltadas ao aprendizado dos alunos ou à formação continuada dos profissionais da educação, tais como exposições, feiras ou mostras de ciências da natureza ou humanas, matemática, língua portuguesa ou língua estrangeira, literatura e cultura (incluso na LDB pela Lei nº 14.560/2023).

Código de Classificação					Especificação	Despesa Empenhada
Subfunção	Programa	Proj/Ati	Elemento da Despesa	Fonte		

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

Subtotal	

QUADRO Nº 7 - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

BLOCO A - RECEITAS DA SAÚDE	
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	**VALOR**
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	
Imposto sobre Transmissão *Inter Vivos* - ITBI	
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	
Dívida Ativa Tributária	
Multas, Juros de Mora e AtualizaçãoMonetáriadeImpostoseDívidaAtiva (Proveniente de Impostos).	
Cota Parte do FPM	
Cota Parte do ICMS	
ICMS - Desoneração - LC nº 87/1996	
Cota Parte do IPI-Exportação	
Cota Parte do ITR	
Cota Parte do IPVA	
TOTAL DOS IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS (I)	**-**
Valor a aplicar: 15% de (I) conforme art. 77 do ADCT	-

BLOCO B - DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE	
DESPESAS PRÓPRIA COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	**VALOR**

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

(+) Gastos com Saúde – FUNÇÃO 10	
(+) Restos a Pagar Inscritos em ExercíciosAnteriores e Liquidados no Atual Exercício	
(-) Restos a Pagar Não Processados relativos à Saúde, Inscritos no Exercício	
(-) Inativos e Pensionistas	
(-) Serviços de limpeza e tratamento de resíduos sólidos	
(-) Assistência Médica e Odontológica a Servidores	
(-) Saneamento Básico (Exceto para controle de vetores)	
(-) Despesas Realizadas com Recursos de Transferências Voluntárias	
(-) Outras Ações e Serviços Não Computados (Art. 4º da LC 141/2012)	
(=) Despesas com Recursos Próprios	-
PERCENTUAL APLICADO	**#DIV/0!**
SUPERÁVIT / DÉFICIT DE APLICAÇÃO	-

QUADRO Nº 08 - DEMONSTRATIVO DE RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS AO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL (RPPS)

MUNICÍPIO DE:__EXERCÍCIO DE___

Alíquotas de contribuição, previstas na lei municipal nº_____·, de____/_____/_____:

Servidores Ativos:_% Inativos e Pensionistas: _%

Órgão ou Entidade (contribuição "normal"):_____%

Órgão ou Entidade (contribuição adicional/compromisso especial):__%

Data de repasse das contribuições à Unidade Gestora do RPPS (previsão legal):_____

Diário Oficial Eletrônico de Contas
Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Av. Efigênio Sales, nº 1155 - Parque 10 de Novembro - Manaus – AM - CEP: 69055-736
Horário de funcionamento: 7h - 13h

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://edoc.amazonas.am.gov.br/CFDF.335F.1684.1785/869AAE16
Código verificador: **CFDF.335F.1684.1785** CRC: **869AAE16**

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

BLOCO-A

CONTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES ATIVOS, INATIVOS E DOS PENSIONISTAS (RPPS)

(Demonstrativo consolidado, englobando as contribuições do Poder Legislativo e dos órgãos e entidades da administração direta e indireta do Poder Executivo)

Em R$

BASE DE CÁLCULO		RETIDA (2)	CONTABILIZADA	BENEFÍCIOS PAGOS DIRETAMENTE (3)	RECOLHIDA (4)	DATA DO VENCIMENTO (5)	DATA DO REPASSE (6)
COMPETÊNCIA	VALOR (1)						
Janeiro							
Fevereiro							
Março							
Abril							
Maio							
Junho							
Julho							
Agosto							
Setembro							
Outubro							
Novembro							
Dezembro							
13º Salário							
TOTAL							

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

BLOCO-B

CONTRIBUIÇÃO NORMAL DO MUNICÍPIO (RPPS)

(Demonstrativo consolidado, englobando as contribuições do Poder Legislativo e dos órgãos e entidades da administração direta e indireta do Poder Executivo)

Em R$

BASE DE CÁLCULO		CONTRIBUIÇÃO NORMAL					
COMPETÊNCIA	LOR (1)	DEVIDA	CONTABILIZADA	BENEFÍCIOS PAGOS DIRETAMENTE (3)	LHIDA (4)	DATA DO VENCIMENTO (5)	DATA DO REPASSE (6)
Janeiro							
Fevereiro							
Março							
Abril							
Maio							
Junho							
Julho							
Agosto							
Setembro							
Outubro							
Novembro							
Dezembro							
13º Salário							
TOTAL							

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

BLOCO-C

CONTRIBUIÇÃO DO MUNICÍPIO – COMPROMISSO ESPECIAL (RPPS)

(Demonstrativo consolidado, englobando as contribuições do Poder Legislativo e dos órgãos e entidades da administração direta e indireta do Poder Executivo)

Em R$

BASE DE CÁLCULO		CONTRIBUIÇÃO ADICIONAL/ESPECIAL (7)					
COMPETÊNCIA	ALOR (1)	DEVIDA	CONTABILIZADA	BENEFÍCIOS PAGOS DIRETAMENTE (3)	LHIDA (4)	DATA DO VENCIMENTO (5)	DATA DO REPASSE (6)
Janeiro							
Fevereiro							
Março							
Abril							
Maio							
Junho							
Julho							
Agosto							
Setembro							
Outubro							
Novembro							
Dezembro							
13º Salário							
TOTAL							

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

BLOCO-D

PARCELAMENTO DE DÍVIDA PREVIDENCIÁRIA - DEMONSTRATIVO DE RECOLHIMENTO (RPPS)

Informações Gerais Sobre o Parcelamento (8)

(Demonstrativo consolidado, englobando as contribuições do Poder Legislativo e dos órgãos e entidades da administração direta e indireta do Poder Executivo)

Termo de Parcelamento nº_____, de _____/_____/_____ Contribuições do ente (9): R$_____ _____ Acréscimos legais (11): R$_____

Número total de parcelas:_____

Índice de atualização legal (12): __Origemdadívida:_____ Contribuições dos segurados (10): R$_____

Total confessado: R$__

Data de vencimento de cada parcela: _____.

Discriminação dos Pagamentos

Em R$

NUMERO DE ORDEM DA PARCELA	DATA DO REPASSE (6)	VALOR DA PARCELA	ALDO DA DÍVIDA
1			
2			
3			
4			
5			
6			
7			
8			
(...)			

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

BLOCO-E

COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA EVENTUAL (RPPS)

Em R$

VALOR (13)	DATA DO REPASSE (6)
TOTAL	

NOTAS DOS BLOCOS A, B, C, D, E

Nota 1: Somatório das parcelas sobre as quais incide a contribuição, conforme folha dos servidores vinculados ao RPPS;

Nota 2: Valor descontado em folha (dos servidores ativos, inativos, pensionistas), destinado ao custeio do RPPS;

Nota 3: Benefícios previdenciários pagos diretamente pelo órgão e deduzidos dos repasses à unidade gestora do RPPS. Neste caso, em nota explicativa a este demonstrativo, devem ser listados os benefícios pagos diretamente pela entidade e seus respectivos valores;

Nota 4: Valor repassado à unidade gestora do RPPS;

Nota 5: Data do vencimento para envio das contribuições previdenciárias ao RPPS, prevista na legislação local;

Nota 6: Data em que ocorreu o efetivo repasse (recolhimento) à unidade gestora do RPPS; informar todas as datas, caso o repasse não tenha sido efetuado em parcela única;

Nota 7: Compromisso especial para suprir a existência de déficit, tempo de serviço passado ou demais finalidades não incluídas na contribuição normal, e a sua base de incidência;

Nota 8: Caso haja dois ou mais parcelamentos não consolidados, deve-se elaborar um demonstrativo para cada parcelamento;

Nota 9: Contribuições legalmente instituídas, devidas pela Entidade Federativa e não repassadas à unidade gestora até o seu vencimento;

Nota 10: Contribuições dos Ativos, Inativos e Pensionistas, descontadas e não repassadas à unidade gestora até o seu vencimento;

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

Nota 11: Valor de multas, juros e outros acréscimos previstos em lei;

Nota 12: Índice de atualização legal incidente sobre o valor de cada prestação mensal, por ocasião do pagamento para preservar o valor real do montante parcelado;

Nota 13: Valor das contribuições que o Órgão ou Entidade ("empregador") necessite fazer para cobrir eventuais insuficiências financeiras do respectivo regime próprio, decorrentes do pagamento de benefícios previdenciários (art. 2°, § 1º da Lei 9.717, de 27 de novembro de 1998, com redação dada pela Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004).

QUADRO Nº 09 - DEMONSTRATIVO DE RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS AO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RGPS

MUNICÍPIO DE:_____EXERCÍCIO DE _____

BLOCO-A

CONTRIBUIÇÃO DOS SEGURADOS (RGPS)

(Demonstrativo consolidado, englobando as contribuições do Poder Legislativo e dos órgãos e entidades da administração direta e indireta do Poder Executivo)

Em R$

BASE DE CÁLCULO		RETIDA (2)	CONTABILIZADA	BENEFÍCIOS PAGOS DIRETAMENTE (3)	RECOLHIDA (4)	DATA DO VENCIMENTO (5)	DATA DO REPASSE (6)
COMPETÊNCIA	VALOR (1)						
Janeiro							
Fevereiro							
Março							
Abril							
Maio							
Junho							
Julho							
Agosto							
Setembro							
Outubro							

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

Novembro							
Dezembro							
13º Salário							
TOTAL							

BLOCO-B

CONTRIBUIÇÃO DO MUNICÍPIO (RGPS)

(Demonstrativo consolidado, englobando as contribuições do Poder Legislativo e dos órgãos e entidades da administração direta e indireta do Poder Executivo)

Em R$

BASE DE CÁLCULO		IDA (2)	CONTABILIZADA	BENEFÍCIOS PAGOS DIRETAMENTE (3)	HIDA (4)	DATA DO VENCIMENTO (5)	DATA DO REPASSE (6)
COMPETÊNCIA	LOR (1)						
Janeiro							
Fevereiro							
Março							
Abril							
Maio							
Junho							
Julho							
Agosto							
Setembro							
Outubro							
Novembro							
Dezembro							
13º Salário							
TOTAL							

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

BLOCO-C

PARCELAMENTO DE DÍVIDA PREVIDENCIÁRIA - DEMONSTRATIVO DE RECOLHIMENTO (RGPS)

(Demonstrativo consolidado, englobando as contribuições do Poder Legislativo e dos órgãos e entidades da administração direta e indireta do Poder Executivo)

Informações Gerais Sobre o Parcelamento (7)

Termo de Parcelamento nº_____, de ____/____/_____ Contribuições do ente (8):R$_____ _____ Acréscimos legais (10):R$_____

Origem dadívida:_____

Contribuições dos segurados (9): R$_____

Total confessado: R$_____ Número total deparcelas: _____

Data de vencimento de cada parcela:_____ Índice de atualização legal (11):__

Discriminação dos Pagamentos

Em R$

NÚMERO DE ORDEM DA PARCELA	DATA DO REPASSE (6)	VALOR DA PARCELA	SALDO DA DÍVIDA

NOTAS DOS BLOCOS A, B, C

Nota 1: Conforme folha dos servidores vinculados ao Regime Geral;

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

Nota 2: Valor descontado em folha dos segurados, destinada ao custeio do Regime Geral de Previdência;

Nota 3: Benefícios previdenciários pagos diretamente pelo órgão e deduzidos dos repasses ao INSS;

Nota 4: Valor repassado ao INSS;

Nota 5: Data do vencimento para envio das contribuições previdenciárias à Receita Federal do Brasil, prevista na legislação do RGPS;

Nota 6: Data em que ocorreu o efetivo repasse (recolhimento) ao INSS;

Nota 7: Caso haja dois ou mais parcelamentos não consolidados, deve- se elaborar um demonstrativo para cada parcelamento;

Nota 8: Contribuições devidas pela Entidade Federativa e não repassadas ao INSS até o seu vencimento;

Nota 9: Contribuições dos segurados descontadas e não repassadas ao INSS até o seu vencimento;

Nota 10: Valor de multas, juros e outros acréscimos previstos em lei;

Nota 11: Índice de atualização legal incidente sobre o valor de cada prestação mensal, por ocasião do pagamento para preservar o valor real do montante parcelado.

ANEXO IV

Grupo 01: Tribunal de Justiça, Procuradoria Geral de Justiça, Assembleia Legislativa e Defensoria Pública.

Item	Nome	Documento	Formato
01	Ofício	Ofício de encaminhamento assinado pela autoridade competente, devidamente qualificada, contendo sumário da documentação acostada, declarando que apresenta, perante o Tribunal de Contas, em mídia eletrônica, as peças e documentos de sua prestação de contas, responsabilizando-se pelo inteiro teor dessas informações.	PDF
02	Responsáveis	Relação dos responsáveis, incluindo os ordenadores de despesas ou dirigentes das entidades e seus substitutos, conforme Modelo 01 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
03	Avaliação do Controle Interno	Certificado de Auditoria e parecer técnico conclusivo, emitidos pela Controladoria Geral ou órgão congênere, acompanhado do respectivo relatório, produzido pela unidade de controle interno, abrangendo, no mínimo, a análise e a avaliação relativas aos aspectos definidos no Modelo 02 do Anexo V desta Resolução.	PDF
04	onunciamento do Gestor	Pronunciamento da autoridade máxima da entidade/órgão acerca das contas e do parecer do controle interno, referido no item 03, no qual deverá atestar haver tomado conhecimento das conclusões nele contidas, conforme Modelo 03 do Anexo V desta Resolução.	PDF
05	Tomada de Contas	Demonstrativo referente às Tomadas de Contas Especiais, contendo a relação das Tomadas de Contas instauradas ou em processo de instauração, que foram concluídas ou que estejam em andamento no exercício da prestação de contas, conforme Modelo 04 do Anexo V desta Resolução.	XLS /ODS
06	Contas Bancárias	Relação de todas as contas bancárias, ainda que não movimentadas no exercício, especificando o banco, agência, número e a finalidade, conforme Modelo 05 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

Item	Nome	Documento	Formato
07	Conciliações Bancárias	Conciliações bancárias de todas as contas existentes, referentes a cada mês do exercício ou do período da gestão, detalhando cada pendência que contribuiu para as possíveis diferenças existentes entre os saldos do Razão e do Extrato Bancário.	PDF
08	Bens Móveis	Mapa demonstrativo do inventário anual dos bens móveis, conforme Modelo 06 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
09	Bens Imóveis	Mapa demonstrativo do inventário anual dos bens imóveis, conforme Modelo 07 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
10	Almoxarifado	Mapa demonstrativo da movimentação do almoxarifado (material de consumo e permanente), conforme Modelo 08 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
11	Veículos	Relação da frota de veículos da entidade, tratores, máquinas e implementos agrícolas, conforme Modelo 09 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
12	Balanço Orçamentário	Balanço Orçamentário previsto no art. 101 da Lei Federal nº. 4.320/64 e de acordo com a última edição vigente do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.	PDF
13	Balanço Financeiro	Balanço Financeiro previsto no art. 101 da Lei Federal nº. 4.320/64 e de acordo com a última edição vigente do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.	PDF
14	Balanço Patrimonial	Balanço Patrimonial previsto no art. 101 da Lei Federal nº 4.320/64 e de acordo com a última edição vigente do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.	PDF
15	Variações Patrimoniais	Demonstração das Variações Patrimoniais prevista no art. 101 da Lei Federal nº. 4.320/64 e de acordo com a última edição vigente do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.	PDF
16	Fluxos de Caixa	Demonstração dos Fluxos de Caixa, de acordo com a última edição vigente do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.	PDF
17	Mutações do Patrimônio Líquido	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL consolidada, obrigatória para as empresas estatais dependentes, desde que constituídas sob a forma de sociedades anônimas, e facultativa para os demais órgãos e entidades dos entes da Federação, de acordo com a última edição vigente do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.	PDF
18	Notas Explicativas	Notas explicativas das Demonstrações Contábeis previstas na Lei Federal nº. 4.320/64, de acordo com orientações da última edição vigente do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.	PDF
19	Balancete de Verificação	Balancete de verificação, com saldos acumulados no exercício em referência, detalhado até o nível de conta contábil de lançamento, abrangendo todas as contas contábeis com movimentação no exercício nos sistemas orçamentário, patrimonial e de compensação, informando saldo anterior, o total de débito, o total de crédito e o saldo final.	PDF
20	Contabilista Responsável	Identificação do responsável pela elaboração dos demonstrativos e escrituração contábeis, contendo: nome, CRC, categoria, CPF, RG, endereço atualizado e natureza do vínculo com a Administração Pública.	PDF

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
https://edoc.amazonas.am.gov.br/CFDF.335F.1684.1785/869AAE16
Código verificador: **CFDF.335F.1684.1785** CRC: **869AAE16**

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

Item	Nome	Documento	Formato
21	Comissão de Licitação e Pregoeiro	Relação das Comissões de Licitações, permanente e especial, Pregoeiro e Equipe de Apoio designados para o período, contendo o nome completo, portarias de designação/afastamento, número do CPF e endereço residencial de todos os seus membros, conforme Modelo 10 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
22	Processos Licitatórios	Mapa demonstrativo consolidado de todos os processos licitatórios, dispensas e inexigibilidades, instaurados no exercício, conforme Modelo 11 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
23	Contratos	Relação de todos os contratos vigentes no exercício, mesmo que celebrados em exercícios pretéritos, conforme Modelo 12 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
24	Atas de Registro de Preços	Relação das atas de registro de preços vigentes no exercício, realizadas pelo jurisdicionado, bem como das atas em que participou ou aderiu, com a indicação da licitação que a originou, do objeto, das empresas cadastradas e do período de vigência, conforme Modelo 13 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
25	Obras e Serviços	Demonstrativo das obras e serviços de engenharia contratados e suas alterações, conforme Modelo 14 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
26	Convênios e Congêneres	Relação das transferências voluntárias de recursos, repassadas ou recebidas, mediante convênios e instrumentos congêneres, que estavam em vigência no exercício desta prestação de contas, conforme Modelos 15 e 16 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
27	Termo de Parceria	Relação das transferências de recursos , mediante termo de parceria, que estavam em vigência no exercício desta prestação de contas, conforme Modelo 17 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
28	Contrato de Gestão	Relação das transferências de recursos mediante contrato de gestão para Organizações Sociais, que estavam em vigência no exercício da desta prestação de contas, conforme Modelo 18 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
29	Contrato de Repasse	Relação das transferências de recursos efetuadas e recebidas, mediante contrato de repasse, que estavam em vigência no exercício da prestação de contas, conforme Modelo 19 do AnexoV desta Resolução.	XLS/ODS
30	Desempenho da Gestão	Relatório de desempenho da gestão, elaborado pela autoridade competente, conforme Modelo 20 do Anexo V desta Resolução.	PDF
31	Duodécimos	Demonstrativo que evidencie os repasses de duodécimos recebidos, segregados por mês, conforme Modelo 21 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
32	Créditos Adicionais	Demonstrativo das leis e decretos referentes aos Créditos adicionais abertos no exercício, para a unidade jurisdicionada, conforme Modelo 22 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
33	Restos a Pagar	Demonstração dos valores inscritos em Restos a Pagar Processados e Não Processados, com justificativas para os cancelamentos ocorridos no exercício e para as pendências de exercícios anteriores. Quando no último ano de mandato, devem ser segregados os contraídos no primeiro quadrimestre dos contraídos nos dois últimos quadrimestres. O demonstrativo deverá conter, no mínimo, as informações constantes do Modelo 23 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

Item	Nome	Documento	Formato
34	Inquéritos e Proc. Administrativos	Relação dos Inquéritos e Processos Administrativos instaurados no exercício com o intuito de apurar dano ao Erário, fraudes ou desvios de bens e valores públicos, conforme Modelo 25 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
35	Precatórios	Mapa de Precatórios do Tribunal de Justiça e da Justiça do Trabalho, contendo a relação dos pagamentos efetuados à conta de precatórios judiciais, da qual constem origem da ação, valor e data dos pagamentos. Este item é exclusivo para o Tribunal de Justiça. Os demais poderes e órgãos devem informar para este item a declaração negativa de que trata o § 2º do art. 19 desta Resolução.	XLS/ODS
36	Norma de Verba de Gabinete/Indenizatória	Cópia das normas que regulamentam as verbas de gabinete/indenizatórias, para o exercício, incluindo suas alterações se for o caso. Este item é exclusivo para a Assembleia Legislativa. Os demais poderes e órgãos devem informar para este item a declaração negativa de que trata o § 2º do art. 19 desta Resolução.	PDF
37	Pagamentos com Verba de Gabinete/Indenizatória	Relação dos pagamentos efetuados a título de verba de gabinete/indenização, para o exercício, conforme Modelo 28 do Anexo V desta Resolução. Este item é exclusivo para a Assembleia Legislativa. Os demais poderes e órgãos devem informar para este item a declaração negativa de que trata o § 2º do art. 19 desta Resolução.	XLS/ODS
38	Legislação sobre a Fase de Atividade	Legislação pertinente ao processo de extinção, liquidação, transformação, fusão, incorporação ou desestatização e declaração sobre a fase ou processo em que a unidade jurisdicionada se encontra, com as devidas justificativas, caso o órgão ou entidade encontre-se na situação prevista no art. 13 desta Resolução.	PDF
39	Relação de *Softwares*	Relação dos programas computacionais (*softwares*) utilizados, conforme Modelo 29 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
40	Pronunciamento do Controle Interno	Pronunciamento do responsável pelo controle interno da unidade jurisdicionada, sobre a completude da documentação encaminhada na Prestação de Contas, conforme Modelo 31 do Anexo V desta Resolução.	PDF
41	Termo de Responsabilidade	Termo de Responsabilidade, assinado pelo Gestor, declarando que a documentação encaminhada corresponde ao determinado nesta Resolução, conforme Modelo 32 do Anexo V.	PDF
42	Relação das obras e serviços de engenharia de execução **indireta**	Para Obras executadas indiretamente (empresas contratadas para execução) Relação das 10 maiores obras e serviços de engenharia, cuja fonte do recurso seja oriunda de convênio firmados e a Relação das 10 maiores obras e serviços de engenharia, cuja fonte da fonte do recurso seja recursos próprios. Ambas as relações dos contratos deverão estar acompanhadas do link para acesso aos relatórios fotográficos dessas obras/serviços de engenharia que deverão: identificar o local de execução e seu entorno; cada ambiente da obra/serviço e as suas etapas de execução da obra/serviço, mostrando o local "antes da execução dos serviços", "durante a execução dos serviços" e "após a conclusão dos serviços", principalmente daqueles serviços de difícil identificação (por serem enterrados ou preiminares de outros). Além disso cada registro fotográfico deverá conter as informações geográficas (latitude e longitude).	PDF
43	Relação das obras e serviços de engenharia de execução **direta**	Para Obras executadas diretamente (executada pela Unidade Gestora) Relação das 20 maiores obras e serviços de engenharia realizados diretamente pela Unidade Gestora. A relação das obras deverão estar acompanhadas do link para acesso aos relatórios	PDF

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

Item	Nome	Documento	Formato
		fotográficos dessas obras/serviços de engenharia que deverão: identificar o local de execução e seu entorno; cada ambiente da obra/serviço e as suas etapas de execução da obra/serviço, mostrando o local “antes da execução dos serviços”, “durante a execução dos serviços” e “após a conclusão dos serviços”, principalmente daqueles serviços de difícil identificação (por serem enterrados ou preiminares de outros). Além disso cada registro fotográfico deverá conter as informações geográficas (latitude e longitude).	

Grupo 2: Secretarias de Estado, Órgãos em Regime Especial e Unidades Jurisdicionadas Estaduais não especificadas nos demais grupos.

Item	Nome	Documento	Formato
01	Ofício	Ofício de encaminhamento assinado pela autoridade competente, devidamente qualificada, contendo sumário da documentação acostada, declarando que apresenta, perante o Tribunal de Contas, em mídia eletrônica, as peças e documentos de sua prestação de contas, responsabilizando-se pelo inteiro teor dessas informações.	PDF
02	Responsáveis	Relação dos responsáveis, incluindo os ordenadores de despesas ou dirigentes das entidades e seus substitutos, conforme Modelo 01 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
03	Avaliação do Controle Interno	Certificado de Auditoria e parecer técnico conclusivo, emitidos pela Controladoria Geral ou órgão congênere, acompanhado do respectivo relatório, produzido pela unidade de controle interno, abrangendo, no mínimo, a análise e a avaliação relativas aos aspectos definidos no Modelo 02 do Anexo V desta Resolução.	PDF
04	Pronunciamento do Gestor	Pronunciamento da autoridade máxima da entidade/órgão acerca das contas e do parecer do controle interno, referido no item 03, no qual deverá atestar haver tomado conhecimento das conclusões nele contidas, conforme Modelo 03 do Anexo V desta Resolução.	PDF
05	Tomada de Contas	Demonstrativo referente às Tomadas de Contas Especiais, contendo a relação das Tomadas de Contas instauradas ou em processo de instauração, que foram concluídas ou que estejam em andamento no exercício da prestação de contas, conforme Modelo 04 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
06	Contas Bancárias	Relação de todas as contas bancárias, ainda que não movimentadas no exercício, especificando o banco, agência, número e a finalidade, conforme Modelo 05 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
07	Conciliações Bancárias	Conciliações bancárias de todas as contas existentes, referentes a cada mês do exercício ou do período da gestão, detalhando cada pendência que contribuiu para as possíveis diferenças existentes entre os saldos do Razão e do Extrato Bancário.	PDF
08	Bens Móveis	Mapa demonstrativo do inventário anual dos bens móveis, conforme Modelo 06 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
09	Bens Imóveis	Mapa demonstrativo do inventário anual dos bens imóveis, conforme Modelo 07 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
10	Almoxarifado	Mapa demonstrativo da movimentação do almoxarifado (material de consumo e permanente), conforme Modelo 08 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

11	Veículos	Relação da frota de veículos da entidade, tratores, máquinas e implementos agrícolas, conforme Modelo 09 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
12	Receita e Despesa	Demonstração da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas, de acordo com o Anexo 1 da Lei Federal nº 4.320/1964.	PDF
13	Despesa por Funções	Demonstração da Despesa pelas funções segundo as Categorias Econômicas, de acordo com o Anexo 6 da Lei Federal nº 4.320/1964.	PDF
14	Despesa por Categoria Econômica	Demonstração da Despesa pelas Categorias Econômicas segundo as funções, de acordo com o Anexo 7 da Lei Federal nº 4.320/1964.	PDF
15	Despesa por U.O. e Categoria Econômica	Demonstração da Despesa pelas unidades orçamentárias segundo as categorias econômicas, de acordo com Anexo 8 da Lei Federal nº 4.320/1964.	PDF
16	Despesa por U.O. segundo as Funções	Demonstração da Despesa pelas unidades orçamentárias segundo as funções, de acordo com o Anexo 9 da Lei Federal nº 4.320/1964.	PDF
17	Receita Orçada e Arrecadada	Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada, de acordo com o Anexo 10 da Lei Federal nº 4.320/1964.	PDF
18	Despesa Autorizada e Realizada	Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada, de acordo com o Anexo 11 da Lei Federal nº 4.320/1964.	PDF
19	Dívida Fundada	Demonstrativo da Dívida Fundada Interna, de acordo com o Anexo 16 da Lei Federal nº 4.320/1964.	PDF
20	Dívida Flutuante	Demonstrativo da Dívida Flutuante, de acordo com o Anexo 17 da Lei Federal nº 4.320/1964.	PDF
21	Balancete de Verificação	Balancete de verificação, com saldos acumulados no exercício em referência, detalhado até o nível de conta contábil de lançamento, abrangendo todas as contas contábeis com movimentação no exercício nos sistemas orçamentário e de compensação, informando saldo anterior, o total de débito, o total de crédito e o saldo final.	PDF
22	Contabilista Responsável	Identificação do responsável pela elaboração dos demonstrativos e escrituração contábeis, contendo: nome, CRC, categoria, CPF, RG, endereço atualizado e natureza do vínculo com a Administração Pública.	PDF
23	Comissão de Licitação e Pregoeiro	Relação das Comissões de Licitações, permanente e especial, Pregoeiro e Equipe de Apoio designados para o período, contendo o nome completo, portarias de designação/afastamento, número do CPF e endereço residencial de todos os seus membros, conforme Modelo 10 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
24	Processos licitatórios	Mapa demonstrativo consolidado de todos os processos licitatórios, dispensas e inexigibilidades, instaurados no exercício, conforme Modelo 11 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
25	Contratos	Relação de todos os contratos vigentes no exercício, mesmo que celebrados em exercícios pretéritos, conforme Modelo 12 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
26	Atas de Registro de Preços	Relação das atas de registro de preços vigentes no exercício, realizadas pelo jurisdicionado, bem como das atas em que participou ou aderiu, com a indicação da licitação que a originou, do objeto, das empresas cadastradas e do período de vigência, conforme Modelo 13 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
27	Obras e Serviços	Demonstrativo das obras e serviços de engenharia contratados e suas alterações, conforme Modelo 14 do Anexo V desta Resolução.	

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
https://edoc.amazonas.am.gov.br/CFDF.335F.1684.1785/869AAE16
Código verificador: **CFDF.335F.1684.1785** CRC: **869AAE16**

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

			XLS/ODS
28	Convênios e Congêneres	Relação das transferências voluntárias de recursos, repassadas ou recebidas, mediante convênios e instrumentos congêneres, que estavam em vigência no exercício desta prestação de contas, conforme Modelos 15 e 16 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
29	Termo de Parceria	Relação das transferências de recursos, mediante termo de parceria, que estavam em vigência no exercício desta prestação de contas, conforme Modelo 17 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
30	Contrato de Gestão	Relação das transferências de recursos mediante contrato de gestão para Organizações Sociais, que estavam em vigência no exercício da desta prestação de contas, conforme Modelo 18 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
31	Contrato de Repasse	Relação das transferências de recursos efetuadas e recebidas, mediante contrato de repasse, que estavam em vigência no exercício da prestação de contas, conforme Modelo 19 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
32	Desempenho da Gestão	Relatório de desempenho da gestão, elaborado pela autoridade competente, conforme Modelo 20 do Anexo V desta Resolução.	PDF
33	Duodécimos	Demonstrativo que evidencie os repasses de duodécimos recebidos, segregados por mês, conforme Modelo 21 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
34	Créditos Adicionais	Demonstrativo das leis e decretos referentes aos Créditos Adicionais abertos no exercício, para a unidade jurisdicionada, conforme Modelo 22 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
35	Restos a pagar	Demonstração dos valores inscritos em Restos a Pagar Processados e Não Processados, com justificativas para os cancelamentos ocorridos no exercício e para as pendências de exercícios anteriores. Quando no último ano de mandato, devem ser segregados os contraídos no primeiro quadrimestre dos contraídos nos dois últimos quadrimestres. O demonstrativo deverá conter, no mínimo, as informações constantes do Modelo 23 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
36	Inquéritos e Proc. Administrativos	Relação dos Inquéritos e Processos Administrativos instaurados no exercício com o intuito de apurar dano ao Erário, fraudes ou desvios de bens e valores públicos, conforme Modelo 25 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
37	Dívida Ativa	Demonstrativo da dívida ativa tributária e não tributária, conforme Modelo 26 do Anexo V desta Resolução. Este item é exclusivo para a Procuradoria Geral do Estado. Os demais jurisdicionados devem informar para este item a declaração negativa de que trata o § 2º do art. 19 desta Resolução.	XLS/ODS
38	Concessões e PPPs	Mapa demonstrativo de concessões e PPPs realizadas no exercício, conforme Modelo 27 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
39	Legislação sobre a Fase de Atividade	Legislação pertinente ao processo de extinção, liquidação, transformação, fusão, incorporação ou desestatização e declaração sobre a fase ou processo em que a unidade jurisdicionada se encontra, com as devidas justificativas, caso o órgão ou entidade encontre-se na situação prevista no art. 13 desta Resolução.	PDF

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

40	Relação de Softwares	Relação dos programas computacionais (softwares) utilizados, conforme Modelo 29 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
41	Pronunciamento do Controle Interno	Pronunciamento do responsável pelo controle interno da unidade jurisdicionada, sobre a completude da documentação encaminhada na Prestação de Conta, conforme Modelo 31 do Anexo V desta Resolução.	PDF
42	Termo de Responsabilidade	Termo de Responsabilidade, assinado pelo Gestor, declarando que a documentação encaminhada corresponde ao determinado nesta Resolução, conforme Modelo 32 do Anexo V.	PDF
43	Relação de obras e serviços de engenharia de execução **indireta**	Para Obras executadas indiretamente (empresas contratadas para execução) Relação das 10 maiores obras e serviços de engenharia, cuja fonte do recurso seja oriunda de convênio firmados e a Relação das 10 maiores obras e serviços de engenharia, cuja fonte da fonte do recurso seja recursos próprios. Ambas as relações dos contratos deverão estar acompanhadas do link para acesso aos relatórios fotográficos dessas obras/serviços de engenharia que deverão: identificar o local de execução e seu entorno; cada ambiente da obra/serviço e as suas etapas de execução da obra/serviço, mostrando o local "antes da execução dos serviços", "durante a execução dos serviços" e "após a conclusão dos serviços", principalmente daqueles serviços de difícil identificação (por serem enterrados ou preiminares de outros). Além disso cada registro fotográfico deverá conter as informações geográficas (latitude e longitude).	PDF
44	Relação de obras e serviços de engenharia de execução **direta**	Para Obras executadas diretamente (executada pela Unidade Gestora) Relação das 20 maiores obras e serviços de engenharia realizados diretamente pela Unidade Gestora. A relação das obras deverão estar acompanhadas do link para acesso aos relatórios fotográficos dessas obras/serviços de engenharia que deverão: identificar o local de execução e seu entorno; cada ambiente da obra/serviço e as suas etapas de execução da obra/serviço, mostrando o local "antes da execução dos serviços", "durante a execução dos serviços" e "após a conclusão dos serviços", principalmente daqueles serviços de difícil identificação (por serem enterrados ou preiminares de outros). Além disso cada registro fotográfico deverá conter as informações geográficas (latitude e longitude).	PDF

Grupo 3: Fundos Especiais regidos pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e similares para jurisdicionados estaduais.

Item	Nome	Documento	Formato
01	Ofício	Ofício de encaminhamento assinado pela autoridade competente, devidamente qualificada, contendo sumário da documentação acostada, declarando que apresenta, perante o Tribunal de Contas, em mídia eletrônica, as peças e documentos de sua prestação de contas, responsabilizando-se pelo inteiro teor dessas informações.	PDF
02	Responsáveis	Relação dos responsáveis, incluindo os ordenadores de despesas ou dirigentes das entidades e seus substitutos, conforme Modelo 01 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
03	Avaliação do Controle Interno	Certificado de Auditoria e parecer técnico conclusivo, emitidos pela Controladoria Geral ou órgão congênere, acompanhado do respectivo relatório, produzido pela unidade de controle interno, abrangendo, no mínimo, a análise e a avaliação relativas aos aspectos definidos no Modelo 02 do Anexo V desta Resolução.	PDF

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

Item	Nome	Documento	Formato
04	Pronunciamento do Gestor	Pronunciamento da autoridade máxima da entidade/órgão acerca das contas e do parecer do controle interno, referido no item 03, no qual deverá atestar haver tomado conhecimento das conclusões nele contidas, conforme Modelo 03 do Anexo V desta Resolução.	PDF
05	Tomada de Contas	Demonstrativo referente às Tomadas de Contas Especiais, contendo a relação das Tomadas de Contas instauradas ou em processo de instauração, que foram concluídas ou que estejam em andamento no exercício da prestação de contas, conforme Modelo 04 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
06	Contas Bancárias	Relação de todas as contas bancárias, ainda que não movimentadas no exercício, especificando o banco, agência, número e a finalidade, conforme Modelo 05 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
07	Conciliações Bancárias	Conciliações bancárias de todas as contas existentes, referentes a cada mês do exercício ou do período da gestão, detalhando cada pendência que contribuiu para as possíveis diferenças existentes entre os saldos do Razão e do Extrato Bancário.	PDF
08	Bens Móveis	Mapa demonstrativo do inventário anual dos bens móveis, conforme Modelo 06 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
09	Bens Imóveis	Mapa demonstrativo do inventário anual dos bens imóveis, conforme Modelo 07 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
10	Almoxarifado	Mapa demonstrativo da movimentação do almoxarifado (material de consumo e permanente), conforme Modelo 08 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
11	Veículos	Relação da frota de veículos da entidade, tratores, máquinas e implementos agrícolas, conforme Modelo 09 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
12	Balanço Orçamentário	Balanço Orçamentário previsto no art. 101 da Lei Federal nº. 4.320/64 e de acordo com a última edição vigente do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.	PDF
13	Balanço Financeiro	Balanço Financeiro previsto no art. 101 da Lei Federal nº. 4.320/64 e de acordo com a última edição vigente do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.	PDF
14	Balanço Patrimonial	Balanço Patrimonial previsto no art. 101 da Lei Federal nº. 4.320/64 e de acordo com a última edição vigente do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.	PDF
15	Variações Patrimoniais	Demonstração das Variações Patrimoniais prevista no art. 101 da Lei Federal nº. 4.320/64 e de acordo com a última edição vigente do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.	PDF
16	Fluxos de Caixa	Demonstração dos Fluxos de Caixa, de acordo com a última edição vigente do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.	PDF
17	Mutações do Patrimônio Líquido	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL consolidada, obrigatória para as empresas estatais dependentes, desde que constituídas sob a forma de sociedades anônimas, e facultativa para os demais órgãos e entidades dos entes da Federação, de acordo com a última edição vigente do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.	PDF

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

Item	Nome	Documento	Formato
18	Notas Explicativas	Notas explicativas das Demonstrações Contábeis previstas na Lei Federal nº. 4.320/64, de acordo com orientações da última edição vigente do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.	PDF
19	Balancete de Verificação	Balancete de verificação, com saldos acumulados no exercício em referência, detalhado até o nível de conta contábil de lançamento, abrangendo todas as contas contábeis com movimentação no exercício nos sistemas orçamentário, patrimonial e de compensação, informando saldo anterior, o total de débito, o total de crédito e o saldo final.	PDF
20	Contabilista Responsável	Identificação do responsável pela elaboração dos demonstrativos e escrituração contábeis, contendo: nome, CRC, categoria, CPF, RG, endereço atualizado e natureza do vínculo com a Administração Pública.	PDF
21	Comissão de Licitação e Pregoeiro	Relação das Comissões de Licitações, permanente e especial, Pregoeiro e Equipe de Apoio designados para o período, contendo o nome completo, portarias de designação/afastamento, número do CPF e endereço residencial de todos os seus membros, conforme Modelo 10 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
22	Processos Licitatórios	Mapa demonstrativo consolidado de todos os processos licitatórios, dispensas e inexigibilidades, instaurados no exercício, conforme Modelo 11 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
23	Contratos	Relação de todos os contratos vigentes no exercício, mesmo que celebrados em exercícios pretéritos, conforme Modelo 12 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
24	Atas de Registro de Preços	Relação das atas de registro de preços vigentes no exercício, realizadas pelo jurisdicionado, bem como das atas em que participou ou aderiu, com a indicação da licitação que a originou, do objeto, das empresas cadastradas e do período de vigência, conforme Modelo 13 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
25	Obras e Serviços	Demonstrativo das obras e serviços de engenharia contratados e suas alterações, conforme Modelo 14 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
26	Convênios e Congêneres	Relação das transferências voluntárias de recursos, repassadas ou recebidas, mediante convênios e instrumentos congêneres, que estavam em vigência no exercício desta prestação de contas, conforme Modelo 15 e 16 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
27	Termo de Parceria	Relação das transferências de recursos, mediante termo de parceria, que estavam em vigência no exercício desta prestação de contas, conforme Modelo 17 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
28	Contrato de Gestão	Relação das transferências de recursos mediante contrato de gestão para Organizações Sociais, que estavam em vigência no exercício da desta prestação de contas, conforme Modelo 18 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
29	Contrato de Repasse	Relação das transferências de recursos efetuadas e recebidas, mediante contrato de repasse, que estavam em vigência no exercício da prestação de contas, conforme Modelo 19 do Anexo Vdesta Resolução.	XLS/ODS
30	Desempenho da Gestão	Relatório de desempenho da gestão, elaborado pela autoridade competente, conforme Modelo 20 do Anexo V desta Resolução.	PDF
31	Duodécimos	Demonstrativo que evidencie os repasses de duodécimos recebidos, segregados por mês, conforme Modelo 21 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
32	Créditos Adicionais	Demonstrativo das leis e decretos referentes aos Créditos Adicionais abertos no exercício, para a unidade jurisdicionada, conforme Modelo 22 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

Item	Nome	Documento	Formato
33	Restos a Pagar	Demonstração dos valores inscritos em Restos a Pagar Processados e Não Processados, com justificativas para os cancelamentos ocorridos no exercício e para as pendências de exercícios anteriores. Quando no último ano de mandato, devem ser segregados os contraídos no primeiro quadrimestre dos contraídos nos dois últimos quadrimestres. O demonstrativo deverá conter, no mínimo, as informações constantes do Modelo 23 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
34	Inquéritos e Proc. Administrativos	Relação dos Inquéritos e Processos Administrativos instaurados no exercício com o intuito de apurar dano ao Erário, fraudes ou desvios de bens e valores públicos, conforme Modelo 25 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
35	Parecer dos Conselhos	Parecer sobre as contas, emitidos pelos respectivos Conselhos de Acompanhamento e Controle, quando se tratar de recursos dos Fundos da Saúde (art. 36, § 1º, LC 141/2012) e dos recursos do FUNDEB (artigo 27 da Lei Federal nº 11.494/2006).	PDF
36	Legislação sobre a Fase de Atividade	Legislação pertinente ao processo de extinção, liquidação, transformação, fusão, incorporação ou desestatização e declaração sobre a fase ou processo em que a unidade jurisdicionada se encontra, com as devidas justificativas, caso o órgão ou entidade encontre-se na situação prevista no art. 13 desta Resolução.	PDF
37	Relação de Softwares	Relação dos programas computacionais (softwares) utilizados, conforme Modelo 29 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
38	Pronunciamento do Controle Interno	Pronunciamento do responsável pelo controle interno da unidade jurisdicionada, sobre a completude da documentação encaminhada na Prestação de Conta, conforme Modelo 31 do Anexo V desta Resolução.	PDF
39	Termo de Responsabilidade	Termo de Responsabilidade, assinado pelo Gestor, declarando que a documentação encaminhada corresponde ao determinado nesta Resolução, conforme Modelo 32 do Anexo V.	PDF
40	Relação de obras e serviços de engenharia de execução **indireta**	Para Obras executadas indiretamente (empresas contratadas para execução) Relação das 10 maiores obras e serviços de engenharia, cuja fonte do recurso seja oriunda de convênio firmados e a Relação das 10 maiores obras e serviços de engenharia, cuja fonte da fonte do recurso seja recursos próprios. Ambas as relações dos contratos deverão estar acompanhadas do link para acesso aos relatórios fotográficos dessas obras/serviços de engenharia que deverão: identificar o local de execução e seu entorno; cada ambiente da obra/serviço e as suas etapas de execução da obra/serviço, mostrando o local "antes da execução dos serviços", "durante a execução dos serviços" e "após a conclusão dos serviços", principalmente daqueles serviços de difícil identificação (por serem enterrados ou preiminares de outros). Além disso cada registro fotográfico deverá conter as informações geográficas (latitude e longitude).	PDF
41	Relação de obras e serviços de engenharia de execução **direta**	Para Obras executadas diretamente (executada pela Unidade Gestora) Relação das 20 maiores obras e serviços de engenharia realizados diretamente pela Unidade Gestora. A relação das obras deverá estar acompanhadas do link para acesso aos relatórios fotográficos dessas obras/serviços de engenharia que deverão: identificar o local de execução e seu entorno; cada ambiente da obra/serviço e as suas etapas de execução da obra/serviço, mostrando o local "antes da execução dos serviços", "durante a execução dos serviços" e "após a conclusão dos serviços", principalmente daqueles serviços de difícil identificação (por serem enterrados ou preiminares de outros). Além disso cada registro fotográfico deverá conter as informações geográficas (latitude e longitude).	PDF

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

Grupo 4: Prefeituras Municipais, exceto Manaus.

Item	Nome	Documento	Formato
01	Ofício	Ofício de encaminhamento assinado pela autoridade competente, devidamente qualificada, contendo sumário da documentação acostada, declarando que apresenta, perante o Tribunal de Contas, em mídia eletrônica, as peças e documentos de sua prestação de contas, responsabilizando-se pelo inteiro teor dessas informações.	PDF
02	Responsáveis	Relação dos responsáveis, incluindo os ordenadores de despesas ou dirigentes das entidades e seus substitutos, conforme Modelo 01 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
03	Avaliação do Controle Interno	Certificado de Auditoria e parecer técnico conclusivo, emitidos pela Controladoria Geral ou órgão congênere, acompanhado do respectivo relatório, produzido pela unidade de controle interno, que abrange, no mínimo, a análise e avaliação relativas aos aspectos definidos no Modelo 02 do Anexo V.	PDF
04	Pronunciamento do Gestor	Pronunciamento da autoridade máxima da entidade/órgão acerca das contas e do parecer do controle interno, referido no item anterior, no qual deverá atestar haver tomado conhecimento das conclusões nele contidas, conforme Modelo 03 do Anexo V desta Resolução.	PDF
05	Tomada de Contas	Demonstrativo referente às Tomadas de Contas Especiais, contendo a relação das Tomadas de Contas instauradas ou em processo de instauração, que foram concluídas ou que estejam em andamento no exercício da prestação de contas, conforme Modelo 04 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
06	Contas Bancárias	Relação de todas as contas bancárias, ainda que não movimentadas no exercício, especificando o banco, agência, número e a finalidade, conforme Modelo 05 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
07	Conciliações Bancárias	Conciliações bancárias de todas as contas existentes, referentes a cada mês do exercício ou do período da gestão, detalhando cada pendência que contribuiu para as possíveis diferenças existentes entre os saldos do Razão e do Extrato Bancário.	PDF
08	Bens Móveis	Mapa demonstrativo do inventário anual dos bens móveis, conforme Modelo 06 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
09	Bens Imóveis	Mapa demonstrativo do inventário anual dos bens imóveis, conforme Modelo 07 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
10	Almoxarifado	Mapa demonstrativo da movimentação do almoxarifado (material de consumo e permanente), conforme Modelo 08 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
11	Veículos	Relação da frota de veículos da entidade, tratores, máquinas e implementos agrícolas, conforme Modelo 09 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
12	Contabilista Responsável	Identificação do responsável pela elaboração dos demonstrativos e escrituração contábeis, contendo: nome, CRC, categoria, CPF, RG, endereço atualizado e natureza do vínculo com a Administração Pública.	PDF
13	Comissão de Licitação e Pregoeiro	Relação das Comissões de Licitações, permanente e especial, Pregoeiro e Equipe de Apoio designados para o período, contendo o nome completo, portarias de designação/afastamento, número do CPF e endereço residencial de todos os seus membros, conforme Modelo 10 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

Item	Nome	Documento	Formato
14	Processos Licitatórios	Mapa demonstrativo consolidado de todos os processos licitatórios, dispensas e inexigibilidades, instaurados no exercício, conforme Modelo 11 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
15	Contratos	Relação de todos os contratos vigentes no exercício, mesmo que celebrados em exercícios pretéritos, conforme Modelo 12 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
16	Atas de Registro de Preços	Relação das atas de registro de preços vigentes no exercício, realizadas pelo jurisdicionado, bem como das atas em que participou ou aderiu, com a indicação da licitação que a originou, do objeto, das empresas cadastradas e do período de vigência, conforme Modelo 13 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
17	Obras e Serviços	Demonstrativo das obras e serviços de engenharia contratados e suas alterações, conforme Modelo 14 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
18	Convênios e Congêneres	Relação das transferências voluntárias de recursos, repassadas ou recebidas, mediante convênios e instrumentos congêneres, que estavam em vigência no exercício desta prestação de contas, conforme Modelos 15 e 16 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
19	Termo de Parceria	Relação das transferências de recursos , mediante termo de parceria, que estavam em vigência no exercício desta prestação de contas, conforme Modelo 17 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
20	Contrato de Gestão	Relação das transferências de recursos mediante contrato de gestão para Organizações Sociais, que estavam em vigência no exercício da desta prestação de contas, conforme Modelo 18 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
21	Contrato de Repasse	Relação das transferências de recursos efetuadas e recebidas, mediante contrato de repasse, que estavam em vigência no exercício da prestação de contas, conforme Modelo 19 do Anexo Vdesta Resolução.	XLS/ODS
22	Desempenho da Gestão	Relatório de desempenho da gestão, elaborado pela autoridade competente, conforme Modelo 20 do Anexo V desta Resolução.	PDF
23	Créditos Adicionais	Demonstrativo das leis e decretos referentes aos Créditos Adicionais abertos no exercício, para a unidade jurisdicionada, conforme Modelo 22 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
24	Restos a Pagar	Demonstração dos valores inscritos em Restos a Pagar Processados e Não Processados, com justificativas para os cancelamentos ocorridos no exercício e para as pendências de exercícios anteriores. Quando no último ano de mandato, devem ser segregados os contraídos no primeiro quadrimestre dos contraídos nos dois últimos quadrimestres. O demonstrativo deverá conter, no mínimo, as informações do Modelo 23 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
25	Inquéritos e Proc. Administrativos	Relação dos Inquéritos e Processos Administrativos instaurados no exercício com o intuito de apurar dano ao Erário, fraudes ou desvios de bens e valores públicos, conforme Modelo 25 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
26	Dívida Ativa	Demonstrativo da dívida ativa tributária e não tributária, conforme Modelo 26 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
27	Precatórios	Mapa de Precatórios do Tribunal de Justiça e da Justiça do Trabalho, contendo a relação dos pagamentos efetuados à conta de precatórios judiciais, da qual constem origem da ação, valor e data dos pagamentos.	XLS/ODS
28	Concessões e PPPs	Mapa demonstrativo de concessões e PPPs realizadas e/ou vigentes no exercício, conforme Modelo 27 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://edoc.amazonas.am.gov.br/CFDF.335F.1684.1785/869AAE16
Código verificador: **CFDF.335F.1684.1785** CRC: **869AAE16**

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

Item	Nome	Documento	Formato
29	Relação de Softwares	Relação dos programas computacionais (softwares) utilizados, conforme Modelo 29 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
30	Pronunciamento do Controle Interno	Pronunciamento do responsável pelo controle interno da unidade jurisdicionada, sobre a completude da documentação encaminhada na Prestação de Conta, conforme Modelo 31 do Anexo V desta Resolução.	PDF
31	Termo de Responsabilidade	Termo de Responsabilidade, assinado pelo Gestor, declarando que a documentação encaminhada corresponde ao determinado nesta Resolução, conforme Modelo 32 do Anexo V.	PDF
32	Balanço Orçamentário	Balanço Orçamentário previsto no art. 101 da Lei Federal nº 4.320/64 e de acordo com a última edição vigente do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.	PDF
33	Balanço Financeiro	Balanço Financeiro previsto no art. 101 da Lei Federal nº 4.320/64 e de acordo com a última edição vigente do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.	PDF
34	Balanço Patrimonial	Balanço Patrimonial previsto no art. 101 da Lei Federal nº 4.320/64 e de acordo com a última edição vigente do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.	PDF
35	Variações Patrimoniais	Demonstração das Variações Patrimoniais prevista no art. 101 da Lei Federal nº. 4.320/64 e de acordo com a última edição vigente do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.	PDF
36	Fluxos de Caixa	Demonstração dos Fluxos de Caixa, de acordo com a última edição vigente do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.	PDF
37	Mutações do Patrimônio Líquido	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL consolidada, obrigatória para as empresas estatais dependentes, desde que constituídas sob a forma de sociedades anônimas, e facultativa para os demais órgãos e entidades dos entes da Federação, de acordo com a última edição vigente do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.	PDF
38	Notas Explicativas	Notas explicativas das Demonstrações Contábeis previstas na Lei Federal nº. 4.320/64, de acordo com orientações da última edição vigente do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.	PDF
39	Balancete de Verificação	Balancete de verificação, com saldos acumulados no exercício em referência, detalhado até o nível de conta contábil de lançamento, abrangendo todas as contas contábeis com movimentação no exercício nos sistemas orçamentário, patrimonial e de compensação, informando saldo anterior, o total de débito, o total de crédito e o saldo final.	PDF
40	Receita Orçada e Arrecadada	Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada, de acordo com o Anexo 10 da Lei Federal nº 4.320/1964.	PDF
41	Despesa Autorizada e Realizada	Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada, de acordo com o Anexo 11 da Lei Federal nº 4.320/1964.	PDF
42	Dívida Fundada	Demonstrativo da Dívida Fundada Interna, de acordo com o Anexo 16 da Lei Federal nº 4.320/1964.	PDF
43	Dívida Flutuante	Demonstrativo da Dívida Flutuante, de acordo com o Anexo 17 da Lei Federal nº 4.320/1964.	PDF
44	-	Documentos da educação	PDF
44.1	-	Norma instituidora do Conselho a que se refere o art. 33 da Lei nº. 14.113/2020	PDF
44.2	-	Parecer do Conselho do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação – FUNDEB.	PDF
44.3	-	Norma instituidora do Plano de Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação Básica, com atualizações legislativa	PDF

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

Item	Nome	Documento	Formato
44.4	-	Termo de Convênio celebrado com os fins estabelecidos no art. 22, da Lei nº. 14.133/2020.	PDF
44.5	-	Extratos das contas bancárias únicas e específicas mantidas pelos Poderes Executivos e vinculada ao respectivo Fundo (Fundeb), relativamente ao mês de dezembro do respectivo exercício de competência.	PDF
44.6	-	Extratos das contas bancárias referentes aos recursos da Contribuição (Quota Estadual ou Municipal) do Salário-Educação, relativamente ao mês de dezembro do respectivo exercício de competência.	PDF
44.7	-	Relação de todos os contratos vigentes no exercício custeados com recursos do Fundeb, inclusive termos aditivos, mesmo que celebrados em exercícios anteriores, contendo, as seguintes informações: nº do contrato/ano, vigência, valor, notas de empenho vinculadas, objeto resumido, credor com CNPJ ou CPF, nº e modalidade da licitação ou dispensa/inexigibilidade ao qual se vincula e valor anulado, se for o caso, como detalhado no Quadro nº 6.1 do Anexo III desta Resolução.	PDF
44.8	-	Balanço Financeiro do Fundeb, como detalhado no Quadro nº 6.2 do Anexo III desta Resolução.	PDF
44.9	-	Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino-MDE, Anexo 8 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária-RREO do último bimestre de cada exercício, conforme edições atualizadas do Manual da Secretaria do Tesouro Nacional.	PDF
44.10	-	Demonstrativo de detalhamento das despesas que compõem o demonstrativo MDE, como detalhado no Quadro nº 6.3 do Anexo III desta Resolução.	PDF
45	-	Relação de valores recebidos e despesas oriundas de emendas parlamentares (emendas individuais de transferência especial, emendas individuais de transferência com finalidade definida e emendas de bancadas), contendo nº da conta corrente onde se movimentam os recursos e as notas de empenho relacionadas.	PDF
46	-	Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP, expedido pelo Ministério da Previdência Social, a fim de atestar o cumprimento dos critérios e exigências da legislação pertinente (Lei nº 9.717/1998 e Decreto Federal n° 3.788/01).	PDF
47	-	Plano de Amortização do Déficit Atuarial com apresentação do Parecer Atuarial (art. 1°, I, da Lei n° 9.717/1998).	PDF
48	Relação das principais obras e serviços de engenharia	Relação dos 10 (dez) maiores contratos de obras e serviços de engenharia acompanhados do link para acesso aos relatórios fotográficos do andamento da execução de cada objeto e o seu georreferenciamento.	PDF-A
49	-	Relação dos dados consolidados dos resultados da gestão no exercício através de link de acesso à planilha em formato Excel elaborada na forma do modelo 37 do Anexo 5.	PDF
	Relação de obras e serviços de engenharia de execução **indireta**	Para Obras executadas indiretamente (empresas contratadas para execução) Relação das 10 maiores obras e serviços de engenharia, cuja fonte do recurso seja oriunda de convênio firmados e a Relação das 10 maiores obras e serviços de engenharia, cuja fonte da fonte do recurso seja recursos próprios. Ambas as relações dos contratos deverão estar acompanhadas do link para acesso aos relatórios fotográficos dessas obras/serviços de engenharia que deverão: identificar o local de execução e seu entorno; cada ambiente da obra/serviço e as suas etapas de execução da obra/serviço, mostrando o local "antes da execução dos serviços", "durante a execução dos serviços" e "após a conclusão dos serviços", principalmente daqueles serviços de difícil identificação (por serem enterrados ou preiminares de outros). Além disso cada registro fotográfico deverá conter as informações geográficas (latitude e longitude).	PDF

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
https://edoc.amazonas.am.gov.br/CFDF.335F.1684.1785/869AAE16
Código verificador: **CFDF.335F.1684.1785** CRC: **869AAE16**

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

Item	Nome	Documento	Formato
	Relação de obras e serviços de engenharia de execução **direta**	Para Obras executadas diretamente (executada pela Unidade Gestora) Relação das 20 maiores obras e serviços de engenharia realizados diretamente pela Unidade Gestora. A relação das obras deverá estar acompanhadas do link para acesso aos relatórios fotográficos dessas obras/serviços de engenharia que deverão: identificar o local de execução e seu entorno; cada ambiente da obra/serviço e as suas etapas de execução da obra/serviço, mostrando o local "antes da execução dos serviços", "durante a execução dos serviços" e "após a conclusão dos serviços", principalmente daqueles serviços de difícil identificação (por serem enterrados ou preiminares de outros). Além disso cada registro fotográfico deverá conter as informações geográficas (latitude e longitude).	

Grupo 05: Câmaras Municipais.

Item	Nome	Documento	Formato
01	Ofício	Ofício de encaminhamento assinado pela autoridade competente, devidamente qualificada, contendo sumário da documentação acostada, declarando que apresenta, perante o Tribunal de Contas, em mídia eletrônica, as peças e documentos de sua prestação de contas, responsabilizando-se pelo inteiro teor dessas informações.	PDF
02	Responsáveis	Relação dos responsáveis, incluindo os ordenadores de despesas ou dirigentes das entidades e seus substitutos, conforme Modelo 01 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
03	Avaliação do Controle Interno	Certificado de Auditoria e parecer técnico conclusivo, emitidos pela Controladoria Geral ou órgão congênere, acompanhado do respectivo relatório, produzido pela unidade de controle interno, que abrange, no mínimo, a análise e avaliação relativas aos aspectos definidos no Modelo 02 do Anexo V.	PDF
04	Pronunciamento do Gestor	Pronunciamento da autoridade máxima da entidade/órgão acerca das contas e do parecer do controle interno, referido no item anterior, no qual deverá atestar haver tomado conhecimento das conclusões nele contidas, conforme Modelo 03 do Anexo V desta Resolução.	PDF
05	Tomada de Contas	Demonstrativo referente às Tomadas de Contas Especiais, contendo a relação das Tomadas de Contas instauradas ou em processo de instauração, que foram concluídas ou que estejam em andamento no exercício da prestação de contas, conforme Modelo 04 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
06	Contas Bancárias	Relação de todas as contas bancárias, ainda que não movimentadas no exercício, especificando o banco, agência, número e a finalidade, conforme Modelo 05 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
07	Conciliações Bancárias	Conciliações bancárias de todas as contas existentes, referentes a cada mês do exercício ou do período da gestão, detalhando cada pendência que contribuiu para as possíveis diferenças existentes entre os saldos do Razão e do Extrato Bancário.	PDF
08	Bens Móveis	Mapa demonstrativo do inventário anual dos bens móveis, conforme Modelo 06 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
09	Bens Imóveis	Mapa demonstrativo do inventário anual dos bens imóveis, conforme Modelo 07 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

Item	Nome	Documento	Formato
10	Almoxarifado	Mapa demonstrativo da movimentação do almoxarifado (material de consumo e permanente), conforme Modelo 08 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
11	Veículos	Relação da frota de veículos da entidade, tratores, máquinas e implementos agrícolas, conforme Modelo 09 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
12	Balanço Orçamentário	Balanço Orçamentário previsto no art. 101 da Lei Federal nº. 4.320/64 e de acordo com a última edição vigente do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.	PDF
13	Balanço Financeiro	Balanço Financeiro previsto no art. 101 da Lei Federal nº. 4.320/64 e de acordo com a última edição vigente do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.	PDF
14	Balanço Patrimonial	Balanço Patrimonial previsto no art. 101 da Lei Federal nº. 4.320/64 e de acordo com a última edição vigente do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.	PDF
15	Variações Patrimoniais	Demonstração das Variações Patrimoniais prevista no art. 101 da Lei Federal nº. 4.320/64 e de acordo com a última edição vigente do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.	PDF
16	Fluxos de Caixa	Demonstração dos Fluxos de Caixa, de acordo com a última edição vigente do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.	PDF
17	Notas Explicativas	Notas explicativas das Demonstrações Contábeis previstas na Lei Federal nº. 4.320/64, de acordo com orientações da última edição vigente do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.	PDF
18	Balancete de Verificação	Balancete de verificação, com saldos acumulados no exercício em referência, detalhado até o nível de conta contábil de lançamento, abrangendo todas as contas contábeis com movimentação no exercício nos sistemas orçamentário, patrimonial e de compensação, informando saldo anterior, o total de débito, o total de crédito e o saldo final.	PDF
19	Contabilista Responsável	Identificação do responsável pela elaboração dos demonstrativos e escrituração contábeis, contendo: nome, CRC, categoria, CPF, RG, endereço atualizado e natureza do vínculo com a Administração Pública.	PDF
20	Comissão de Licitação e Pregoeiro	Relação das Comissões de Licitações, permanente e especial, Pregoeiro e Equipe de Apoio designados para o período, contendo o nome completo, portarias de designação/afastamento, número do CPF e endereço residencial de todos os seus membros, conforme Modelo 10 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
21	Processos Licitatórios	Mapa demonstrativo consolidado de todos os processos licitatórios, dispensas e inexigibilidades, instaurados no exercício, conforme Modelo 11 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
22	Contratos	Relação de todos os contratos vigentes no exercício, mesmo que celebrados em exercícios pretéritos, conforme Modelo 12 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
23	Atas de Registro de Preços	Relação das atas de registro de preços vigentes no exercício, realizadas pelo jurisdicionado, bem como das atas em que participou ou aderiu, com a indicação da licitação que a originou, do objeto, das empresas cadastradas e do período de vigência, conforme Modelo 13 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
24	Obras e Serviços	Demonstrativo das obras e serviços de engenharia contratados e suas alterações, conforme Modelo 14 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

Item	Nome	Documento	Formato
25	Desempenho da Gestão	Relatório de desempenho da gestão, elaborado pela autoridade competente, conforme Modelo 20 do Anexo V desta Resolução.	PDF
26	Duodécimos	Demonstrativo que evidencie os repasses de duodécimos recebidos, segregados por mês, conforme Modelo 21 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
27	Créditos Adicionais	Demonstrativo das leis e decretos referentes aos Créditos Adicionais abertos no exercício, para a unidade jurisdicionada, conforme Modelo 22 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
28	Restos a Pagar	Demonstração dos valores inscritos em Restos a Pagar Processados e Não Processados, com justificativas para os cancelamentos ocorridos no exercício e para as pendências de exercícios anteriores. Quando no último ano de mandato, devem ser segregados os contraídos no primeiro quadrimestre dos contraídos nos dois últimos quadrimestres. O demonstrativo deverá conter, no mínimo, as informações do Modelo 23 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
29	Inquéritos e Proc. Administrativos	Relação dos Inquéritos e Processos Administrativos instaurados no exercício com o intuito de apurar dano ao Erário, fraudes ou desvios de bens e valores públicos, conforme Modelo 25 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
30	Norma de Verba de Gabinete /Indenizatória	Cópia das normas que regulamentam as verbas de gabinete/indenizatórias, para o exercício, incluindo suas alterações se for o caso.	PDF
31	Pagamentos com verba de Gabinete /Indenizatória	Relação dos pagamentos efetuados a título de verba de gabinete/indenização, para o exercício, conforme Modelo 28 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
32	Relação de Softwares	Relação dos programas computacionais (softwares) utilizados, conforme Modelo 29 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
33	Pronunciamento do Controle Interno	Pronunciamento do responsável pelo controle interno da unidade jurisdicionada, sobre a completude da documentação encaminhada na Prestação de Conta, conforme Modelo 31 do Anexo V desta Resolução.	PDF
34	Termo de Responsabilidade	Termo de Responsabilidade, assinado pelo Gestor, declarando que a documentação encaminhada corresponde ao determinado nesta Resolução, conforme Modelo 32 do Anexo V.	PDF
35	Decretos Legislativos	Relação e ecaminhamento da publicação dos decretos legislativos relativos ao julgamento das contas do Prefeito dos últimos dez anos.	PDF
36	Relação de obras e serviços de engenharia de execução **indireta**	Para Obras executadas indiretamente (empresas contratadas para execução) Relação das 10 maiores obras e serviços de engenharia, cuja fonte do recurso seja oriunda de convênio firmados e a Relação das 10 maiores obras e serviços de engenharia, cuja fonte da fonte do recurso seja recursos próprios. Ambas as relações dos contratos deverão estar acompanhadas do link para acesso aos relatórios fotográficos dessas obras/serviços de engenharia que deverão: identificar o local de execução e seu entorno; cada ambiente da obra/serviço e as suas etapas de execução da obra/serviço, mostrando o local “antes da execução dos serviços”, “durante a execução dos serviços” e “após a conclusão dos serviços”, principalmente daqueles serviços de difícil identificação (por serem enterrados ou preiminares de outros). Além disso cada registro fotográfico deverá conter as informações geográficas (latitude e longitude).	PDF
37	Relação de obras e serviços de engenharia de execução **direta**	Para Obras executadas diretamente (executada pela Unidade Gestora) Relação das 20 maiores obras e serviços de engenharia realizados diretamente pela Unidade Gestora. A relação das obras deverá estar acompanhada do link para acesso aos relatórios	PDF

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

Item	Nome	Documento	Formato
		fotográficos dessas obras/serviços de engenharia que deverão: identificar o local de execução e seu entorno; cada ambiente da obra/serviço e as suas etapas de execução da obra/serviço, mostrando o local "antes da execução dos serviços", "durante a execução dos serviços" e "após a conclusão dos serviços", principalmente daqueles serviços de difícil identificação (por serem enterrados ou preliminares de outros). Além disso cada registro fotográfico deverá conter as informações geográficas (latitude e longitude).	

Grupo 06: Secretarias Municipais, Órgãos em Regime Especial e demais Unidades da Administração Direta do Município de Manaus.

Item	Nome	Documento	Formato
01	Ofício	Ofício de encaminhamento assinado pela autoridade competente, devidamente qualificada, contendo sumário da documentação acostada, declarando que apresenta, perante o Tribunal de Contas, em mídia eletrônica, as peças e documentos de sua prestação de contas, responsabilizando-se pelo inteiro teor dessas informações.	PDF
02	Responsáveis	Relação dos responsáveis, incluindo os ordenadores de despesas ou dirigentes das entidades e seus substitutos, conforme Modelo 01 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
03	Avaliação do Controle Interno	Certificado de Auditoria e parecer técnico conclusivo, emitidos pela Controladoria Geral ou órgão congênere, acompanhado do respectivo relatório, produzido pela unidade de controle interno, que abrange, no mínimo, a análise e avaliação relativas aos aspectos definidos no Modelo 02 do Anexo V.	PDF
04	Pronunciamento do Gestor	Pronunciamento da autoridade máxima da entidade/órgão acerca das contas e do parecer do controle interno, referido no item anterior, no qual deverá atestar haver tomado conhecimento das conclusões nele contidas, conforme Modelo 03do Anexo V desta Resolução.	PDF
05	Tomada de Contas	Demonstrativo referente às Tomadas de Contas Especiais, contendo a relação das Tomadas de Contas instauradas ou em processo de instauração, que foram concluídas ou que estejam em andamento no exercício da prestação de contas, conforme Modelo 04 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
06	Contas Bancárias	Relação de todas as contas bancárias, ainda que não movimentadas no exercício, especificando o banco, agência, número e a finalidade, conforme Modelo 05 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
07	Conciliações Bancárias	Conciliações bancárias de todas as contas existentes, referentes a cada mês do exercício ou do período da gestão, detalhando cada pendência que contribuiu para as possíveis diferenças existentes entre os saldos do Razão e do Extrato Bancário.	PDF
08	Bens Móveis	Mapa demonstrativo do inventário anual dos bens móveis, conforme Modelo 06 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
09	Bens Imóveis	Mapa demonstrativo do inventário anual dos bens móveis, conforme Modelo 07 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
10	Almoxarifado	Mapa demonstrativo da movimentação do almoxarifado (material de consumo e permanente), conforme Modelo 08 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

11	Veículos	Relação da frota de veículos da entidade, tratores, máquinas e implementos agrícolas, conforme Modelo 09 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
12	Receita e Despesa	Demonstração da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas, de acordo com o Anexo 1 da Lei Federal nº 4.320/1964.	PDF
13	Despesa por Funções	Demonstração da Despesa pelas funções segundo as Categorias Econômicas, de acordo com o Anexo 6 da Lei Federal nº 4.320/1964.	PDF
14	Despesa por Categoria Econômica	Demonstração da Despesa pelas Categorias Econômicas segundo as funções, de acordo com o Anexo 7 da Lei Federal nº 4.320/1964.	PDF
15	Despesa por U. O. e Categoria Econômica	Demonstração da Despesa pelas unidades orçamentárias segundo as categorias econômicas, de acordo com Anexo 8 da Lei Federal nº 4.320/1964.	PDF
16	Despesa por U. O. segundo as Funções	Demonstração da Despesa pelas unidades orçamentárias segundo as funções, de acordo com o Anexo 9 da Lei Federal nº 4.320/1964.	PDF
17	Receita Orçada e Arrecadada	Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada, de acordo com o Anexo 10 da Lei Federal nº 4.320/1964.	PDF
18	Despesa Autorizada e Realizada	Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada, de acordo com o Anexo 11 da Lei Federal nº 4.320/1964.	PDF
19	Dívida Fundada	Demonstrativo da Dívida Fundada Interna, de acordo com o Anexo 16 da Lei Federal nº 4.320/1964.	PDF
20	Dívida Flutuante	Demonstrativo da Dívida Flutuante, de acordo com o Anexo 17 da Lei Federal nº 4.320/1964.	PDF
21	Balancete de Verificação	Balancete de verificação, com saldos acumulados no exercício em referência, detalhado até o nível de conta contábil de lançamento, abrangendo todas as contas contábeis com movimentação no exercício nos sistemas orçamentário e de compensação, informando saldo anterior, o total de débito, o total de crédito e o saldo final.	PDF
22	Contabilista Responsável	Identificação do responsável pela elaboração dos demonstrativos e escrituração contábeis, contendo: nome, CRC, categoria, CPF, RG, endereço atualizado e natureza do vínculo com a Administração Pública.	PDF
23	Comissão de Licitação e Pregoeiro	Relação das Comissões de Licitações, permanente e especial, Pregoeiro e Equipe de Apoio designados para o período, contendo o nome completo, portarias de designação/afastamento, número do CPF e endereço residencial de todos os seus membros, conforme Modelo 10 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
24	Processos Licitatórios	Mapa demonstrativo consolidado de todos os processos licitatórios, dispensas e inexigibilidades, instaurados no exercício, conforme Modelo 11 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
25	Contratos	Relação de todos os contratos vigentes no exercício, mesmo que celebrados em exercícios pretéritos, conforme Modelo 12 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
26	as de Registro de Preços	Relação das atas de registro de preços vigentes no exercício, realizadas pelo jurisdicionado, bem como das atas em que participou ou aderiu, com a indicação da licitação que a originou, do objeto, das empresas cadastradas e do período de vigência, conforme Modelo 13 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

27	Obras e Serviços	Demonstrativo das obras e serviços de engenharia contratados e suas alterações, conforme Modelo 14 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
28	Convênios e Congêneres	Relação das transferências voluntárias de recursos, repassadas ou recebidas, mediante convênios e instrumentos congêneres, que estavam em vigência no exercício desta prestação de contas, conforme Modelos 15 e 16 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
29	Termo de Parceria	Relação das transferências de recursos, mediante termo de parceria, que estavam em vigência no exercício desta prestação de contas, conforme Modelo 17 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
30	Contrato de Gestão	Relação das transferências de recursos mediante contrato de gestão para Organizações Sociais, que estavam em vigência no exercício da desta prestação de contas, conforme Modelo 18 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
31	Contrato de Repasse	Relação das transferências de recursos efetuadas e recebidas, mediante contrato de repasse, que estavam em vigência no exercício da prestação de contas, conforme Modelo 19 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
32	esempenho da Gestão	Relatório de desempenho da gestão, elaborado pela autoridade competente, conforme Modelo 20 do Anexo V desta Resolução.	PDF
33	Créditos Adicionais	Demonstrativo das leis e decretos referentes aos Créditos Adicionais abertos no exercício, para a unidade jurisdicionada, conforme Modelo 22 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
34	Restos a Pagar	Demonstração dos valores inscritos em Restos a Pagar Processados e Não Processados, com justificativas para os cancelamentos ocorridos no exercício e para as pendências de exercícios anteriores. Quando no último ano de mandato, devem ser segregados os contraídos no primeiro quadrimestre dos contraídos nos dois últimos quadrimestres. O demonstrativo deverá conter, no mínimo, as informações do Modelo 23 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
35	Inquéritos e Proc. Administrativos	Relação dos Inquéritos e Processos Administrativos instaurados no exercício com o intuito de apurar dano ao Erário, fraudes ou desvios de bens e valores públicos, conforme Modelo 25 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
36	Dívida Ativa	Demonstrativo da dívida ativa tributária e não tributária, conforme Modelo 26 do Anexo V desta Resolução. Este item é exclusivo para a Procuradoria Geral do Município ou Secretaria de Tributação. Os demais jurisdicionados devem informar para este item a declaração negativa de que trata o § 2º do art. 19 desta Resolução.	XLS/ODS
37	Precatórios	Mapa de Precatórios do Tribunal de Justiça e da Justiça do Trabalho, contendo a relação dos pagamentos efetuados à conta de precatórios judiciais, da qual constem origem da ação, valor e data dos pagamentos.	XLS/ODS
38	Concessões e PPPs	Mapa demonstrativo de concessões e PPPs realizadas e/ou vigentes no exercício, conforme Modelo 27 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
39	Relação de *Softwares*	Relação dos programas computacionais (softwares) utilizados, conforme Modelo 29 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
40	Pronunciamento do Controle Interno	Pronunciamento do responsável pelo controle interno da unidade jurisdicionada, sobre a completude da documentação encaminhada na Prestação de Conta, conforme Modelo 31 do Anexo V desta Resolução.	PDF

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
https://edoc.amazonas.am.gov.br/CFDF.335F.1684.1785/869AAE16
Código verificador: **CFDF.335F.1684.1785** CRC: **869AAE16**

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

41	Termo de Responsabilidade	Termo de Responsabilidade, assinado pelo Gestor, declarando que a documentação encaminhada corresponde ao determinado nesta Resolução, conforme Modelo 32 do Anexo V.	PDF
42	Relação de obras e serviços de engenharia de execução **indireta**	Para Obras executadas indiretamente (empresas contratadas para execução) Relação das 10 maiores obras e serviços de engenharia, cuja fonte do recurso seja oriunda de convênio firmados e a Relação das 10 maiores obras e serviços de engenharia, cuja fonte da fonte do recurso seja recursos próprios. Ambas as relações dos contratos deverão estar acompanhadas do link para acesso aos relatórios fotográficos dessas obras/serviços de engenharia que deverão: identificar o local de execução e seu entorno; cada ambiente da obra/serviço e as suas etapas de execução da obra/serviço, mostrando o local "antes da execução dos serviços", "durante a execução dos serviços" e "após a conclusão dos serviços", principalmente daqueles serviços de difícil identificação (por serem enterrados ou preiminares de outros). Além disso cada registro fotográfico deverá conter as informações geográficas (latitude e longitude).	PDF
43	Relação de obras e serviços de engenharia de execução **direta**	Para Obras executadas diretamente (executada pela Unidade Gestora) Relação das 20 maiores obras e serviços de engenharia realizados diretamente pela Unidade Gestora. A relação das obras deverá estar acompanhada do link para acesso aos relatórios fotográficos dessas obras/serviços de engenharia que deverão: identificar o local de execução e seu entorno; cada ambiente da obra/serviço e as suas etapas de execução da obra/serviço, mostrando o local "antes da execução dos serviços", "durante a execução dos serviços" e "após a conclusão dos serviços", principalmente daqueles serviços de difícil identificação (por serem enterrados ou preliminares de outros). Além disso cada registro fotográfico deverá conter as informações geográficas (latitude e longitude).	PDF

Grupo 07: Fundos Especiais regidos pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e similares para jurisdicionados municipais.

Item	Nome	Documento	Formato
01	Ofício	Ofício de encaminhamento assinado pela autoridade competente, devidamente qualificada, contendo sumário da documentação acostada, declarando que apresenta, perante o Tribunal de Contas, em mídia eletrônica, as peças e documentos de sua prestação de contas, responsabilizando-se pelo inteiro teor dessas informações.	PDF
02	Responsáveis	Relação dos responsáveis, incluindo os ordenadores de despesas ou dirigentes das entidades e seus substitutos, conforme Modelo 01 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
03	Avaliação do Controle Interno	Certificado de Auditoria e parecer técnico conclusivo, emitidos pela Controladoria Geral ou órgão congênere, acompanhado do respectivo relatório, produzido pela unidade de controle interno, que abrange, no mínimo, a análise e avaliação relativas aos aspectos definidos no Modelo 02 do Anexo V.	PDF
04	Pronunciamento do Gestor	Pronunciamento da autoridade máxima da entidade/órgão acerca das contas e do parecer do controle interno, referido no item anterior, no qual deverá atestar haver tomado conhecimento das conclusões nele contidas, conforme Modelo 03 do Anexo V desta Resolução.	PDF
05	Contas Bancárias	Relação de todas as contas bancárias, ainda que não movimentadas no exercício, especificando o banco, agência, número e a finalidade, conforme Modelo 05 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

06	Conciliações Bancárias	Conciliações bancárias de todas as contas existentes, referentes a cada mês do exercício ou do período da gestão, detalhando cada pendência que contribuiu para as possíveis diferenças existentes entre os saldos do Razão e do Extrato Bancário.	PDF
07	Balanço Orçamentário	Balanço Orçamentário previsto no art. 101 da Lei Federal nº. 4.320/64 e de acordo com a última edição vigente do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.	PDF
08	Balanço Financeiro	Balanço Financeiro previsto no art. 101 da Lei Federal nº. 4.320/64 e de acordo com a última edição vigente do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.	PDF
09	Balanço Patrimonial	Balanço Patrimonial previsto no art. 101 da Lei Federal nº 4.320/64 e de acordo com a última edição vigente do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.	PDF
10	Variações Patrimoniais	Demonstração das Variações Patrimoniais prevista no art. 101 da Lei Federal nº. 4.320/64 e de acordo com a última edição vigente do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.	PDF
11	Fluxos de Caixa	Demonstração dos Fluxos de Caixa, de acordo com a última edição vigente do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.	PDF
12	Mutações do Patrimônio Líquido	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL consolidada, obrigatória para as empresas estatais dependentes, desde que constituídas sob a forma de sociedades anônimas, e facultativa para os demais órgãos e entidades dos entes da Federação, de acordo com a última edição vigente do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.	PDF
13	Notas Explicativas	Notas explicativas das Demonstrações Contábeis previstas na Lei Federal nº. 4.320/64, de acordo com orientações da última edição vigente do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.	PDF
14	Balancete de Verificação	Balancete de verificação, com saldos acumulados no exercício em referência, detalhado até o nível de conta contábil de lançamento, abrangendo todas as contas contábeis com movimentação no exercício nos sistemas orçamentário, patrimonial e de compensação, informando saldo anterior, o total de débito, o total de crédito e o saldo final.	PDF
15	Contabilista Responsável	Identificação do responsável pela elaboração dos demonstrativos e escrituração contábeis, contendo: nome, CRC, categoria, CPF, RG, endereço atualizado e natureza do vínculo com a Administração Pública.	PDF
16	Processos Licitatórios	Mapa demonstrativo consolidado de todos os processos licitatórios, dispensas e inexigibilidades, instaurados no exercício, conforme Modelo 11 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
17	Contratos	Relação de todos os contratos vigentes no exercício, mesmo que celebrados em exercícios pretéritos, conforme Modelo 12 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
18	Atas de Registro de Preços	Relação das atas de registro de preços vigentes no exercício, realizadas pelo jurisdicionado, bem como das atas em que participou ou aderiu, com a indicação da licitação que a originou, do objeto, das empresas cadastradas e do período de vigência, conforme Modelo 13 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
19	Obras e Serviços	Demonstrativo das obras e serviços de engenharia contratados e suas alterações, conforme Modelo 14 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

20	Restos a Pagar	Demonstração dos valores inscritos em Restos a Pagar Processados e Não Processados, com justificativas para os cancelamentos ocorridos no exercício e para as pendências de exercícios anteriores. Quando no último ano de mandato, devem ser segregados os contraídos no primeiro quadrimestre dos contraídos nos dois últimos quadrimestres. O demonstrativo deverá conter, no mínimo, as informações do Modelo 23 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
21	Parecer dos Conselhos	Parecer sobre as contas, emitidos pelos respectivos Conselhos de Acompanhamento e Controle, quando se tratar de recursos dos Fundos da Saúde (art. 36, § 1º, LC 141/2012) e dos recursos do FUNDEB (artigo 27 da Lei Federal nº 11.494/2006).	PDF
22	Relação de *Softwares*	Relação dos programas computacionais (softwares) utilizados, conforme Modelo 29 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
23	Pronunciamento do Controle Interno	Pronunciamento do responsável pelo controle interno da unidade jurisdicionada, sobre a completude da documentação encaminhada na Prestação de Conta, conforme Modelo 31 do Anexo V desta Resolução.	PDF
24	Termo de Responsabilidade	Termo de Responsabilidade, assinado pelo Gestor, declarando que a documentação encaminhada corresponde ao determinado nesta Resolução, conforme Modelo 32 do Anexo V.	PDF

Grupo 08: Autarquias e fundações estaduais e municipais.

Item	Nome	Documento	Formato
01	Ofício	Ofício de encaminhamento assinado pela autoridade competente, devidamente qualificada, contendo sumário da documentação acostada, declarando que apresenta, perante o Tribunal de Contas, em mídia eletrônica, as peças e documentos de sua prestação de contas, responsabilizando-se pelo inteiro teor dessas informações.	PDF
02	Responsáveis	Relação dos responsáveis, incluindo os ordenadores de despesas ou dirigentes das entidades e seus substitutos, conforme Modelo 01 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
03	Avaliação do Controle Interno	Certificado de Auditoria e parecer técnico conclusivo, emitidos pela Controladoria Geral ou órgão congênere, acompanhado do respectivo relatório, produzido pela unidade de controle interno, abrangendo, no mínimo, a análise e a avaliação relativas aos aspectos definidos no Modelo 02 do Anexo V desta Resolução.	PDF
04	onunciamento do Gestor	Pronunciamento da autoridade máxima da entidade/órgão acerca das contas e do parecer do controle interno, referido no item 03, no qual deverá atestar haver tomado conhecimento das conclusões nele contidas, conforme Modelo 03 do Anexo V desta Resolução.	PDF
05	Tomada de Contas	Demonstrativo referente às Tomadas de Contas Especiais, contendo a relação das Tomadas de Contas instauradas ou em processo de instauração, que foram concluídas ou que estejam em andamento no exercício da prestação de contas, conforme Modelo 04 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
06	Contas Bancárias	Relação de todas as contas bancárias, ainda que não movimentadas no exercício, especificando o banco, agência, número e a finalidade, conforme Modelo 05 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

Item	Nome	Documento	Formato
07	Conciliações Bancárias	Conciliações bancárias de todas as contas existentes, referentes a cada mês do exercício ou do período da gestão, detalhando cada pendência que contribuiu para as possíveis diferenças existentes entre os saldos do Razão e do Extrato Bancário.	PDF
08	Bens Móveis	Mapa demonstrativo do inventário anual dos bens móveis, conforme Modelo 06 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
09	Bens Imóveis	Mapa demonstrativo do inventário anual dos bens imóveis, conforme Modelo 07 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
10	Almoxarifado	Mapa demonstrativo da movimentação do almoxarifado (material de consumo e permanente), conforme Modelo 08 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
11	Veículos	Relação da frota de veículos da entidade, tratores, máquinas e implementos agrícolas, conforme Modelo 09 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
12	Balanço Orçamentário	Balanço Orçamentário previsto no art. 101 da Lei Federal nº 4.320/64 e de acordo com a última edição vigente do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.	PDF
13	Balanço Financeiro	Balanço Financeiro previsto no art. 101 da Lei Federal nº. 4.320/64 e de acordo com a última edição vigente do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.	PDF
14	Balanço Patrimonial	Balanço Patrimonial previsto no art. 101 da Lei Federal nº. 4.320/64 e de acordo com a última edição vigente do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.	PDF
15	Variações Patrimoniais	Demonstração das Variações Patrimoniais prevista no art. 101 da Lei Federal nº. 4.320/64 e de acordo com a última edição vigente do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.	PDF
16	Mutações do Patrimônio Líquido	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido –DMPL consolidada, obrigatória para as empresas estatais dependentes, desde que constituídas sob a forma de sociedades anônimas, e facultativa para os demais órgãos e entidades dos entes da Federação, de acordo com a última edição vigente do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.	PDF
17	Notas Explicativas	Notas explicativas das Demonstrações Contábeis previstas na Lei Federal nº. 4.320/64, de acordo com orientações da última edição vigente do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.	PDF
18	Balancete de Verificação	Balancete de verificação, com saldos acumulados no exercício em referência, detalhado até o nível de conta contábil de lançamento, abrangendo todas as contas contábeis com movimentação no exercício nos sistemas orçamentário, patrimonial e de compensação, informando saldo anterior, o total de débito, o total de crédito e o saldo final.	PDF
19	Contabilista Responsável	Identificação do responsável pela elaboração dos demonstrativos e escrituração contábeis, contendo: nome, CRC, categoria, CPF, RG, endereço atualizado e natureza do vínculo com a Administração Pública.	PDF

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

Item	Nome	Documento	Formato
20	Comissão de Licitação e Pregoeiro	Relação das Comissões de Licitações, permanente e especial, Pregoeiro e Equipe de Apoio designados para o período, contendo o nome completo, portarias de designação/afastamento, número do CPF e endereço residencial de todos os seus membros, conforme Modelo 10 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
21	Processos Licitatórios	Mapa demonstrativo consolidado de todos os processos licitatórios, dispensas e inexigibilidades, conforme Modelo 11 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
22	Contratos	Relação de todos os contratos vigentes no exercício, mesmo que celebrados em exercícios pretéritos, conforme Modelo 12 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
23	Atas de Registro de Preços	Relação das atas de registro de preços vigentes no exercício, realizadas pelo jurisdicionado, bem como das atas em que participou ou aderiu, com a indicação da licitação que a originou, do objeto, das empresas cadastradas e do período de vigência, conforme Modelo 13 do Anexo V desta Resolução.	PDF
24	Obras e Serviços	Demonstrativo das obras e serviços de engenharia contratados e suas alterações, conforme Modelo 14 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
25	Convênios e Congêneres	Relação das transferências voluntárias de recursos, repassadas ou recebidas, mediante convênios e instrumentos congêneres, que estavam em vigência no exercício desta prestação de contas, conforme Modelo 15 e 16 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
26	Termo de Parceria	Relação das transferências de recursos, mediante termo de parceria, que estavam em vigência no exercício desta prestação de contas, conforme Modelo 17 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
27	Contrato de Gestão	Relação das transferências de recursos mediante contrato de gestão para Organizações Sociais, que estavam em vigência no exercício da desta prestação de contas, conforme Modelo 18 do Anexo Vdesta Resolução.	XLS/ODS
28	Contrato de Repasse	Relação das transferências de recursos efetuadas e recebidas, mediante contrato de repasse, que estavam em vigência no exercício da prestação de contas, conforme Modelo 19 do Anexo Vdesta Resolução.	XLS/ODS
29	Desempenho da Gestão	Relatório de desempenho da gestão, elaborado pela autoridade competente, conforme Modelo 20 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
30	Créditos Adicionais	Demonstrativo das leis e decretos referentes aos Créditos Adicionais abertos no exercício, para a unidade jurisdicionada, conforme Modelo 22 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
31	Restos a Pagar	Demonstração dos valores inscritos em Restos a Pagar Processados e Não Processados, com justificativas para os cancelamentos ocorridos no exercício e para as pendências de exercícios anteriores. Quando no último ano de mandato, devem ser segregados os contraídos no primeiro quadrimestre dos contraídos nos dois últimos quadrimestres. O demonstrativo deverá conter, no mínimo, as informações constantes do Modelo 23 do Anexo V	XLS/ODS
32	Inquéritos e Proc. Administrativos	Relação dos Inquéritos e Processos Administrativos instaurados no exercício com o intuito de apurar dano ao Erário, fraudes ou desvios de bens e valores públicos, conforme Modelo 25 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

Item	Nome	Documento	Formato
33	Concessões e PPPs	Mapa demonstrativo de concessões e PPPs realizadas no exercício, conforme Modelo 27 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
34	Legislação sobre a Fase de Atividade	Legislação pertinente ao processo de extinção, liquidação, transformação, fusão, incorporação ou desestatização e declaração sobre a fase ou processo em que a unidade jurisdicionada se encontra, com as devidas justificativas, caso o órgão ou entidade encontre-se na situação prevista no art. 13 desta Resolução.	PDF
35	Relação de *Softwares*	Relação dos programas computacionais (softwares) utilizados, conforme Modelo 29 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
36	Pronunciamento do Controle Interno	Pronunciamento do responsável pelo controle interno da unidade jurisdicionada, sobre a completude da documentação encaminhada na Prestação de Conta, conforme Modelo 31 do Anexo V desta Resolução.	PDF
37	Termo de Responsabilidade	Termo de Responsabilidade, assinado pelo Gestor, declarando que a documentação encaminhada corresponde ao determinado nesta Resolução, conforme Modelo 32 do Anexo V.	PDF
38	**Documentos específicos para autarquias e fundos gestores de regimes próprios de previdência.**		
38.1	-	Termo de Atualização de eventual mudança realizada na legislação do RPPS no decorrer do exercício da PCA.	PDF
38.2.	-	Plano de Amortização do Déficit Atuarial com apresentação do Parecer Atuarial, realizado pela unidade gestora do RPPS (art. 1°, I, da Lei n° 9.717/1998).	PDF
38.3	-	Taxa de Administração do RPPS, conforme MODELO 33 do Anexo V.	PDF
38.4	-	Extrato bancário de conta exclusiva dos recursos oriundos da Taxa de Administração do RPPS.	PDF
38.5	-	CRP expedido pelo Ministério da Previdência Social, conforme Decreto Federal n° 3.788/2001.	PDF
38.6	-	Atas dos Conselhos de Administração e Fiscal, conforme disposto na legislação local do RPPS.	PDF
38.7	-	Ata de reunião do Comitê de Investimentos, quando obrigatório sua existência, conforme art. 280 da Portaria MTP n° 1.467/2022.	PDF
38.8	-	Comprovante de certificados pelos membros do Conselho Administrativo, Fiscal e Comitê de Investimento do RPPS (art. 8º-B, II, Lei nº 9.1717/98; arts. 76, II e 78, da Portaria nº 1.467/2022).	PDF
38.9	-	Lista nominal, com CPF, dos aposentados e pensionistas do RPPS.	PDF
38.10	-	Nota Técnica Atuarial - NTA, sendo apresentada nos moldes da Portaria MTP n° 1.467/2022.	PDF
38.11	-	Avaliação Atuarial, sendo apresentada nos moldes da Portaria MTP n° 1.467/2022.	PDF
38.12	-	Política de Investimentos, sendo apresentada nos moldes da Portaria MTP n° 1.467/2022.	PDF
38.13	-	Limites de Alçada da Carteira de investimentos, conforme estabelecido por Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN (Modelo 34).	PDF
38.14	-	Lista de imóveis considerados investimentos no RPPS, com valores estimados e seus rendimentos.	PDF
38.15	-	Compensação Previdenciária a Receber, conforme MODELO 35.	PDF
38.16	-	Compensação Previdenciária a Pagar, conforme MODELO 36.	PDF

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

Item	Nome	Documento	Formato
38.17	-	Recenseamento Previdenciário, com o respectivo ato normativo do RPPS para a sua realização (art. 9°, II, da Lei n° 10.877/2004).	PDF
39	Relação de obras e serviços de engenharia de execução **indireta**	Para Obras executadas indiretamente (empresas contratadas para execução) Relação das 10 maiores obras e serviços de engenharia, cuja fonte do recurso seja oriunda de convênio firmados e a Relação das 10 maiores obras e serviços de engenharia, cuja fonte da fonte do recurso seja recursos próprios. Ambas as relações dos contratos deverão estar acompanhadas do link para acesso aos relatórios fotográficos dessas obras/serviços de engenharia que deverão: identificar o local de execução e seu entorno; cada ambiente da obra/serviço e as suas etapas de execução da obra/serviço, mostrando o local "antes da execução dos serviços", "durante a execução dos serviços" e "após a conclusão dos serviços", principalmente daqueles serviços de difícil identificação (por serem enterrados ou preiminares de outros). Além disso cada registro fotográfico deverá conter as informações geográficas (latitude e longitude).	PDF
	Relação de obras e serviços de engenharia de execução **direta**	Para Obras executadas diretamente (executada pela Unidade Gestora) Relação das 20 maiores obras e serviços de engenharia realizados diretamente pela Unidade Gestora. A relação das obras deverá estar acompanhada do link para acesso aos relatórios fotográficos dessas obras/serviços de engenharia que deverão: identificar o local de execução e seu entorno; cada ambiente da obra/serviço e as suas etapas de execução da obra/serviço, mostrando o local "antes da execução dos serviços", "durante a execução dos serviços" e "após a conclusão dos serviços", principalmente daqueles serviços de difícil identificação (por serem enterrados ou preliminares de outros). Além disso cada registro fotográfico deverá conter as informações geográficas (latitude e longitude).	PDF

Grupo 09: Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista estaduais e municipais.

Item	Nome	Documento	Formato
01	Ofício	Ofício de encaminhamento assinado pela autoridade competente, devidamente qualificada, contendo sumário da documentação acostada, declarando que apresenta, perante o Tribunal de Contas, em mídia eletrônica, as peças e documentos de sua prestação de contas, responsabilizando-se pelo inteiro teor dessas informações.	PDF
02	Responsáveis	Relação, por período de gestão, dos dirigentes, dos administradores e dos membros dos colegiados superiores da entidade, conforme Modelo 01 do Anexo V desta Resolução, no que couber.	XLS/ODS
03	Auditoria Realizada	Resultado de trabalhos de auditoria realizados na entidade pelo órgão superior de controle interno desta ou por empresas ou técnicos legalmente habilitados para tal fim, porventura contratados.	PDF
04	Avaliação do Controle Interno	Parecer emitido pelo órgão superior de controle interno da entidade, conforme Modelo 02 do Anexo V desta Resolução, no que couber.	PDF
05	Parecer C. Administração	Parecer do Conselho de Administração, ou equivalente, acerca das contas da diretoria.	PDF
06	Parecer C. Fiscal	Parecer do Conselho Fiscal, sobre o relatório anual e as demonstrações financeiras.	PDF

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

Item	Nome	Documento	Formato
07	Tomada de Contas	Demonstrativo referente às Tomadas de Contas Especiais, contendo a relação das Tomadas de Contas instauradas ou em processo de instauração, que foram concluídas ou que estejam em andamento no exercício da prestação de contas, conforme Modelo 04 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
08	Contas Bancárias	Relação de todas as contas bancárias, ainda que não movimentadas no exercício, especificando o banco, agência, número e a finalidade, conforme Modelo 05 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
09	Conciliações Bancárias	Conciliações bancárias de todas as contas existentes, referentes a cada mês do exercício ou do período da gestão, detalhando cada pendência que contribuiu para as possíveis diferenças existentes entre os saldos do Razão e do Extrato Bancário.	PDF
10	Bens Móveis	Mapa demonstrativo do inventário anual dos bens móveis, conforme Modelo 06 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
11	Bens Imóveis	Mapa demonstrativo do inventário anual dos bens imóveis, conforme Modelo 07 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
12	Almoxarifado	Mapa demonstrativo da movimentação do almoxarifado (material de consumo e permanente), conforme Modelo 08 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
13	Veículos	Relação da frota de veículos da entidade, tratores, máquinas e implementos agrícolas, conforme Modelo 09 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
14	Balanço Patrimonial	Balanço Patrimonial previsto na Lei Federal n.º 6.404/76.	PDF
15	Resultado do Exercício	Demonstração do Resultado do Exercício previsto na Lei Federal nº. 6.404/76.	PDF
16	Mutações do Patrimônio Líquido	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, previsto na Lei Federal nº. 6.404/76, ou Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados, quando couber, nos termos do CPC nº 26 e do CPC-PME Contabilidade Para Pequenas e Médias Empresas.	PDF
17	Balancete de Verificação	Balancete de verificação, com saldos acumulados no exercício em referência, detalhado até o nível de conta contábil de lançamento, abrangendo todas as contas contábeis com movimentação no exercício nos sistemas orçamentário, patrimonial e de compensação, informando saldo anterior, o total de débito, o total de crédito e o saldo final.	PDF
18	Notas Explicativas	Notas explicativas das Demonstrações Contábeis previstas na Lei Federal nº. 6.404/76.	PDF
20	Comissão de Licitação e Pregoeiro	Relação das Comissões de Licitações, permanente e especial, Pregoeiro e Equipe de Apoio designados para o período, contendo o nome completo, portarias de designação/afastamento, número do CPF e endereço residencial de todos os seus membros, conforme Modelo 10 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
21	Processos Licitatórios	Mapa demonstrativo consolidado de todos os processos licitatórios, dispensas e inexigibilidades, conforme Modelo 11 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
22	Contratos	Relação de todos os contratos vigentes no exercício, mesmo que celebrados em exercícios pretéritos, conforme Modelo 12 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

Item	Nome	Documento	Formato
23	Atas de Registro de Preços	Relação das atas de registro de preços vigentes no exercício, realizadas pelo jurisdicionado, bem como das atas em que participou ou aderiu, com a indicação da licitação que a originou, do objeto, das empresas cadastradas e do período de vigência, conforme Modelo 13 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
24	Obras e Serviços	Demonstrativo das obras e serviços de engenharia contratados e suas alterações, conforme Modelo 14 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
25	Convênios e Congêneres	Relação das transferências voluntárias de recursos, repassadas ou recebidas, mediante convênios e instrumentos congêneres, que estavam em vigência no exercício desta prestação de contas, conforme Modelos 15 e 16 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
26	Termo de Parceria	Relação das transferências de recursos, mediante termo de parceria, que estavam em vigência no exercício desta prestação de contas, conforme Modelo 17 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
27	Contrato de Gestão	Relação das transferências de recursos mediante contrato de gestão para Organizações Sociais, que estavam em vigência no exercício da desta prestação de contas, conforme Modelo 18 do Anexo Vdesta Resolução.	XLS/ODS
28	Contrato de Repasse	Relação das transferências de recursos efetuadas e recebidas, mediante contrato de repasse, que estavam em vigência no exercício da prestação de contas, conforme Modelo 19 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
29	Desempenho da Gestão	Relatório de desempenho da gestão, elaborado pela autoridade competente, contendo ações promovidas na busca do cumprimento da missão institucional e desempenho da gestão, conforme Modelo 20 do Anexo V desta resolução, no que couber.	PDF
30	Créditos Adicionais	Demonstrativo das leis e decretos referentes aos Créditos Adicionais abertos no exercício, para a unidade jurisdicionada, conforme Modelo 22 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
31	Restos a Pagar	Demonstração dos valores inscritos em Restos a Pagar Processados e Não Processados, com justificativas para os cancelamentos ocorridos no exercício e para as pendências de exercícios anteriores. Quando no último ano de mandato, devem ser segregados os contraídos no primeiro quadrimestre dos contraídos nos dois últimos quadrimestres. O demonstrativo deverá conter, no mínimo, as informações constantes do Modelo 23 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
32	Repasses Recebidos	Demonstrativo dos repasses recebidos do Executivo, para custeio ou aumento de capital, caso ocorram durante o exercício em referência.	PDF
33	Inquéritos e Proc. Administrativos	Relação dos Inquéritos e Processos Administrativos instaurados no exercício com o intuito de apurar dano ao Erário, fraudes ou desvios de bens e valores públicos, conforme Modelo 25 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
34	Concessões e PPPs	Mapa demonstrativo de concessões e PPPs realizadas no exercício, conforme Modelo 27 do Anexo V, desta Resolução.	XLS/ODS
35	Legislação sobre a Fase de Atividade	Legislação pertinente ao processo de extinção, liquidação, transformação, fusão, incorporação ou desestatização e declaração sobre a fase ou processo em que a unidade jurisdicionada se encontra, com as devidas justificativas, caso o órgão ou entidade encontre-se na situação prevista no art. 13 desta Resolução.	PDF

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
https://edoc.amazonas.am.gov.br/CFDF.335F.1684.1785/869AAE16
Código verificador: **CFDF.335F.1684.1785** CRC: **869AAE16**

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

Item	Nome	Documento	Formato
36	Relação de *Softwares*	Relação dos programas computacionais (*softwares*) utilizados, conforme Modelo 29 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
37	Pronunciamento do Controle Interno	Pronunciamento do responsável pelo controle interno da unidade jurisdicionada, sobre a completude da documentação encaminhada na Prestação de Conta, conforme Modelo 31 do Anexo V desta Resolução.	PDF
38	Termo de Responsabilidade	Termo de Responsabilidade, assinado pelo Gestor, declarando que a documentação encaminhada corresponde ao determinado nesta Resolução, conforme Modelo 32 do Anexo V.	PDF
39	Relação de obras e serviços de engenharia de execução **indireta**	Para Obras executadas indiretamente (empresas contratadas para execução) Relação das 10 maiores obras e serviços de engenharia, cuja fonte do recurso seja oriunda de convênio firmados e a Relação das 10 maiores obras e serviços de engenharia, cuja fonte da fonte do recurso seja recursos próprios. Ambas as relações dos contratos deverão estar acompanhadas do link para acesso aos relatórios fotográficos dessas obras/serviços de engenharia que deverão: identificar o local de execução e seu entorno; cada ambiente da obra/serviço e as suas etapas de execução da obra/serviço, mostrando o local "antes da execução dos serviços", "durante a execução dos serviços" e "após a conclusão dos serviços", principalmente daqueles serviços de difícil identificação (por serem enterrados ou preiminares de outros). Além disso cada registro fotográfico deverá conter as informações geográficas (latitude e longitude).	PDF
40	Relação de obras e serviços de engenharia de execução **direta**	Para Obras executadas diretamente (executada pela Unidade Gestora) Relação das 20 maiores obras e serviços de engenharia realizados diretamente pela Unidade Gestora. A relação das obras deverá estar acompanhada do link para acesso aos relatórios fotográficos dessas obras/serviços de engenharia que deverão: identificar o local de execução e seu entorno; cada ambiente da obra/serviço e as suas etapas de execução da obra/serviço, mostrando o local "antes da execução dos serviços", "durante a execução dos serviços" e "após a conclusão dos serviços", principalmente daqueles serviços de difícil identificação (por serem enterrados ou preliminares de outros). Além disso cada registro fotográfico deverá conter as informações geográficas (latitude e longitude).	PDF

Grupo 10: Consórcios Públicos.

Item	Nome	Documento	Formato
01	Ofício	Ofício de encaminhamento assinado pela autoridade competente, devidamente qualificada, contendo sumário da documentação acostada, declarando que apresenta, perante o Tribunal de Contas, em mídia eletrônica, as peças e documentos de sua prestação de contas, responsabilizando-se pelo inteiro teor dessas informações.	PDF
02	Responsáveis	Relação dos responsáveis, incluindo os ordenadores de despesas ou dirigentes das entidades e seus substitutos, conforme Modelo 01 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

Item	Nome	Documento	Formato
03	Contas Bancárias	Relação de todas as contas bancárias, ainda que não movimentadas no exercício, especificando o banco, agência, número e a finalidade, conforme Modelo 05 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
04	Conciliações Bancárias	Conciliações bancárias de todas as contas existentes, referentes a cada mês do exercício ou do período da gestão, detalhando cada pendência que contribuiu para as possíveis diferenças existentes entre os saldos do Razão e do Extrato Bancário.	PDF
05	Bens Móveis	Mapa demonstrativo do inventário anual dos bens móveis, conforme Modelo 06 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
06	Bens Imóveis	Mapa demonstrativo do inventário anual dos bens imóveis, conforme Modelo 07 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
07	Almoxarifado	Mapa demonstrativo da movimentação do almoxarifado (material de consumo e permanente), conforme Modelo 08 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
08	Veículos	Relação da frota de veículos da entidade, tratores, máquinas e implementos agrícolas, conforme Modelo 09 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
09	Balanço Orçamentário	Balanço Orçamentário previsto no art. 101 da Lei Federal nº 4.320/64 e de acordo com a última edição vigente do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.	PDF
10	Balanço Financeiro	Balanço Financeiro previsto no art. 101 da Lei Federal nº 4.320/64 e de acordo com a última edição vigente do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.	PDF
11	Balanço Patrimonial	Balanço Patrimonial previsto no art. 101 da Lei Federal nº. 4.320/64 e de acordo com a última edição vigente do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.	PDF
12	Variações Patrimoniais	Demonstração das Variações Patrimoniais prevista no art. 101 da Lei Federal nº. 4.320/64 e de acordo com a última edição vigente do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.	PDF
13	Notas Explicativas	Notas explicativas das Demonstrações Contábeis previstas na Lei Federal nº. 4.320/64, de acordo com orientações da última edição vigente do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.	PDF
14	Balancete de Verificação	Balancete de verificação, com saldos acumulados no exercício em referência, detalhado até o nível de conta contábil de lançamento, abrangendo todas as contas contábeis com movimentação no exercício nos sistemas orçamentário, patrimonial e de compensação, informando saldo anterior, o total de débito, o total de crédito e o saldo final.	PDF
15	Contabilista Responsável	Identificação do responsável pela elaboração dos demonstrativos e escrituração contábeis, contendo: nome, CRC, categoria, CPF, RG, endereço atualizado e natureza do vínculo com a Administração Pública.	PDF
16	Comissão de Licitação e Pregoeiro	Relação das Comissões de Licitações, permanente e especial, Pregoeiro e Equipe de Apoio designados para o período, contendo o nome completo, portarias de designação/afastamento, número do CPF e endereço residencial de todos os seus membros, conforme Modelo 10 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
17	Processos Licitatórios	Mapa demonstrativo consolidado de todos os processos licitatórios, dispensas e inexigibilidades, conforme Modelo 11 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

Item	Nome	Documento	Formato
18	Contratos	Relação de todos os contratos vigentes no exercício, mesmo que celebrados em exercícios pretéritos, conforme Modelo 12 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
19	Atas de Registro de Preços	Relação das atas de registro de preços vigentes no exercício, realizadas pelo jurisdicionado, bem como das atas em que participou ou aderiu, com a indicação da licitação que a originou, do objeto, das empresas cadastradas e do período de vigência, conforme Modelo 13 do Anexo V desta Resolução.	PDF
20	Obras e Serviços	Demonstrativo das obras e serviços de engenharia contratados e suas alterações, conforme Modelo 14 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
21	Convênios e Congêneres	Relação das transferências voluntárias de recursos, repassadas ou recebidas, mediante convênios e instrumentos congêneres, que estavam em vigência no exercício desta prestação de contas, conforme Modelos 15 e 16 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
22	Termo de Parceria	Relação das transferências de recursos, mediante termo de parceria, que estavam em vigência no exercício desta prestação de contas, conforme Modelo 17 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
23	Contrato de Gestão	Relação das transferências de recursos mediante contrato de gestão para Organizações Sociais, que estavam em vigência no exercício da desta prestação de contas, conforme Modelo 18 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
24	Contrato de Repasse	Relação das transferências de recursos efetuadas e recebidas, mediante contrato de repasse, que estavam em vigência no exercício da prestação de contas, conforme Modelo 19 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
25	Desempenho da Gestão	Relatório de desempenho da gestão, elaborado pela autoridade competente, conforme Modelo 20 do Anexo V desta Resolução.	PDF
26	Créditos Adicionais	Demonstrativo das leis e decretos referentes aos Créditos Adicionais abertos no exercício, para a unidade jurisdicionada, conforme Modelo 22 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
27	Restos a Pagar	Demonstração dos valores inscritos em Restos a Pagar Processados e Não Processados, com justificativas para os cancelamentos ocorridos no exercício e para as pendências de exercícios anteriores. Quando no último ano de mandato, devem ser segregados os contraídos no primeiro quadrimestre dos contraídos nos dois últimos quadrimestres. O demonstrativo deverá conter, no mínimo, as informações constantes do Modelo 23 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
28	Inquéritos e Proc. Administrativos	Relação dos Inquéritos e Processos Administrativos instaurados no exercício com o intuito de apurar dano ao Erário, fraudes ou desvios de bens e valores públicos, conforme Modelo 25 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
29	Concessões e PPPs	Mapa demonstrativo de concessões e PPPs realizadas no exercício, conforme Modelo 27 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
30	Legislação sobre a Fase de Atividade	Legislação pertinente ao processo de extinção, liquidação, transformação, fusão, incorporação ou desestatização e declaração sobre a fase ou processo em que a unidade jurisdicionada se encontra, com as devidas justificativas, caso o órgão ou entidade encontre-se na situação prevista no art. 13 desta Resolução.	PDF
31	Relação de *Softwares*	Relação dos programas computacionais (softwares) utilizados, conforme Modelo 29 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

Item	Nome	Documento	Formato
32	Constituição do Consórcio	Relação de informações acerca da constituição do consórcio público, conforme Modelo 30 do Anexo V desta Resolução.	XLS/ODS
33	Pronunciamento do Controle Interno	Pronunciamento do responsável pelo controle interno da unidade jurisdicionada, sobre a completude da documentação encaminhada na Prestação de Conta, conforme Modelo 31 do Anexo V desta Resolução.	PDF
34	Termo de Responsabilidade	Termo de Responsabilidade, assinado pelo Gestor, declarando que a documentação encaminhada corresponde ao determinado nesta Resolução, conforme Modelo 32 do Anexo V.	PDF
35	Relação de obras e serviços de engenharia de execução **indireta**	Para Obras executadas indiretamente (empresas contratadas para execução) Relação das 10 maiores obras e serviços de engenharia, cuja fonte do recurso seja oriunda de convênio firmados e a Relação das 10 maiores obras e serviços de engenharia, cuja fonte da fonte do recurso seja recursos próprios. Ambas as relações dos contratos deverão estar acompanhadas do link para acesso aos relatórios fotográficos dessas obras/serviços de engenharia que deverão: identificar o local de execução e seu entorno; cada ambiente da obra/serviço e as suas etapas de execução da obra/serviço, mostrando o local "antes da execução dos serviços", "durante a execução dos serviços" e "após a conclusão dos serviços", principalmente daqueles serviços de difícil identificação (por serem enterrados ou preiminares de outros). Além disso cada registro fotográfico deverá conter as informações geográficas (latitude e longitude).	PDF
36	Relação de obras e serviços de engenharia de execução **direta**	Para Obras executadas diretamente (executada pela Unidade Gestora) Relação das 20 maiores obras e serviços de engenharia realizados diretamente pela Unidade Gestora. A relação das obras deverá estar acompanhada do link para acesso aos relatórios fotográficos dessas obras/serviços de engenharia que deverão: identificar o local de execução e seu entorno; cada ambiente da obra/serviço e as suas etapas de execução da obra/serviço, mostrando o local "antes da execução dos serviços", "durante a execução dos serviços" e "após a conclusão dos serviços", principalmente daqueles serviços de difícil identificação (por serem enterrados ou preliminares de outros). Além disso cada registro fotográfico deverá conter as informações geográficas (latitude e longitude).	PDF

ANEXO V
RELAÇÃO DE MODELOS EXIGIDOS PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GESTÃO

MODELO 01 - RELAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS

Nome	CPF	Cargo ou função	Remuneração	Matrícula	Ato de nomeação / designação	Data do ato	Período de efetivo exercício	Endereço eletrônico	Telefone funcional	Endereço funcional	Endereço residencial

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

LEGENDA:

Nome: informar a relação dos responsáveis, a saber, o gestor do órgão, os ordenadores de despesas, os dirigentes ou administradores de entidades, os membros dos colegiados superiores da entidade (se houver), o responsável pelo controle interno do órgão ou entidade, e seus substitutos.

Cargo ou função: identificar se é gestor, ordenador de despesa, dirigente ou administrador, membro de colegiado superior, responsável pelo controle interno e substituto.

Remuneração: informar o valor mensal a título de remuneração ou subsídio.

Ato de Nomeação / designação: indicar o ato e o número (ex. Portaria nº ___).

Data do ato: data da publicação do ato de nomeação / designação.

Período de efetivo exercício: informar o período de exercício de cada responsável no cargo ou função, no decurso do exercício financeiro.

MODELO 02 – DOCUMENTOS QUE INTEGRAM A AVALIAÇÃO DO CONTROLE INTERNO

MODELO SUGERIDO PARA O RELATÓRIO PRODUZIDO PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO.

RELATÓRIO DO CONTROLE INTERNO

Relatório: [*número do relatório*]

Processo: [*número do processo*]

Emitente: [*unidade executora do controle interno / órgão central do sistema de controle interno*]

Gestor responsável: [*identificação do gestor máximo do órgão / entidade no exercício a que se refere a prestação de contas*]

Exercício: [*exercício a que se refere a prestação de contas*]

Observando o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, combinado com o artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF, bem como o disposto no artigo 147 e incisos da Lei Complementar 464/2012 (Lei Orgânica do Tribunal de Constas do Estado do Amazonas) esse órgão de controle interno realizou, no exercício supramencionado, procedimentos de controle, objetivando principalmente:

I.- comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração *[estadual/municipal/indireta]*, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

II.- apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Considerando o universo a que se referem os pontos de controle apontados neste relatório, os procedimentos foram realizados por amostragem, utilizando-se técnicas de auditoria governamental aplicáveis a cada caso.

A seguir apresentamos os procedimentos adotados, seguidos das constatações, proposições sugeridas e justificativas do gestor, emitindo, ao final, nosso parecer.

1 Análise de regularidade / legalidade

1.1 Auditorias realizadas

Objetivando subsidiar a emissão do parecer final sobre as contas ora avaliadas, realizamos procedimentos de auditoria, seguindo o manual de procedimentos desta unidade de controle.

Na tabela a seguir, apresentamos os processos / setores que foram objeto de auditoria:

Tabela 01 - Processo / Setor auditado

Processo ou setor	Objeto	Constatações

1.2 Irregularidades constatadas

Dos procedimentos de controle e auditorias realizadas por essa unidade de controle interno, foram detectadas falhas, irregularidades ou ilegalidades apresentadas na tabela a seguir:

Tabela 02 - Irregularidade / ilegalidade detectada

Ponto de controle	Base legal	Irregularidade / ilegalidade detectada

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

1.3 Proposições

Em face das irregularidades e/ou ilegalidades detectadas, essa unidade de controle interno apresentou, para o gestor responsável, as proposições sintetizadas a seguir:

Tabela 03 – Proposições

Ponto de controle	Irregularidade / ilegalidade detectada	Proposições

1.4 Justificativas apresentadas pelo responsável do órgão ou entidade

[*descrever as justificativas*] .....

2. Avaliação de resultados quanto à gestão orçamentária, financeira e patrimonial

2.1 Gestão orçamentária e financeira

Foi realizada avaliação quando à gestão orçamentária e financeira, com ênfase na avaliação dos instrumentos de planejamento.

Tabela 04 - Avaliação orçamentária e financeira

Programa/Ações (A)	Dotação autorizada (B)	Despesa liquidada (C)	% C/B (D)	Produto (E)	Meta física realizda (G)	Comentários (H)	Indicador do programa (I)
1. Número e nome do Programa na LOA*							
1.1 Ação							
1.2 Ação							
1.3 Ação							
2. Número e nome do Programa na							
2.1 Ação							
2.2 Ação							
2.3 Ação							

*** Discriminar apenas os programas que têm meta prioritária.**

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

(J) Outras ações promovidas na busca do cumprimento da missão institucional e desempenho da gestão.

LEGENDA:

A. O nome dos programas e ações conforme a Lei Orçamentária Anual.
B. Dotação orçamentária original + suplementações – cancelamentos ocorridos no exercício financeiro.
C. Total da despesa liquidada por programa e ações.
D. Percentual alcançado (C/B).
E. Produto em relação à meta física estipulada.
F. Resultado físico previsto.
G. Resultado físico alcançado.
H. Esclarecimentos técnicos quanto aos resultados físicos e financeiros (obrigatoriamente quando do não atingimento das metas).
I. Indicador previsto para medição do programa.
J. Outras ações: descrever outras ações (indicando produtos, metas e resultados) que, embora não estejam previstas nos instrumentos orçamentários de planejamento, contribuíram para o cumprimento da missão institucional e desempenho da gestão.

A análise apontou que houve baixa execução nas ações [*identificar as ações*], demonstrando dificuldades quanto ao alcance das metas previstas na LOA. Por outro lado, as ações [*identificar as ações*] tiveram um percentual de execução elevado, contribuindo para a efetivação das políticas públicas planejadas.

2.2 Outras ações promovidas

Também foram avaliadas outras ações que tiveram por objetivo promover a missão institucional e o bom desempenho da gestão.

[*descrever as ações e os resultados*] .....

2.3 Gestão patrimonial

2.3.1Bens móveis e imóveis

No encerramento do exercício, os bens móveis e imóveis do órgão/entidade totalizaram R$_____e R$ _____, respectivamente, os quais estão de acordo com os registros contábeis.

Não foi constatada incompatibilidade entre os registros contábeis das contas de bens permanentes e a existência física dos bens. Acrescente-se que os bens foram inventariados e possuem registro analítico individualizado, com a indicação do valor, das características e dos responsáveis pela sua guarda e administração.

OU

A análise da amostra constatou as seguintes incompatibilidades / irregularidades:

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

[*descrever as falhas, deficiências, incompatibilidades ou irregularidades*] .....

2.3.2 Almoxarifado

No encerramento do exercício,a conta almoxarifado totalizou R$ _____, estando de acordo com os registros contábeis.

Não foi constatada incompatibilidade entre os registros contábeis da conta de almoxarifado e a existência física dos bens. Acrescente-se que os materiais foram inventariados e possuem registro analítico individualizado, com a indicação do valor, das características e dos responsáveis pela sua guarda e administração.

OU

A análise da amostra constatou as seguintes incompatibilidades / irregularidades:

[*descrever as falhas, deficiências, incompatibilidades ou irregularidades*] .....

2.3.3 Frota de veículos e equipamentos

No encerramento do exercício, a frota de veículos e equipamentos do órgão/entidade correspondeu a R$ _____, de acordo com os registros contábeis.

Para a manutenção da frota durante o exercício, foram realizadas despesas no valor total de R$_, com aquisição de peças, contratação de serviços e aquisição de combustível, conforme tabela abaixo:

Tabela 05 - Frota de veículos e manutenção

Marca / modelo	Ano	Placa	Tipo do combustível	Consumo anual (L)	Consumo anual (R$)	espesas com peças (R$)	Despesas com serviços (R$)
Total							

OU

A análise da amostra constatou que não há controle dos custos de manutenção de veículos e equipamentos de forma individualizada (combustível, peças, serviços, etc.)

[*descrever outras falhas/irregularidades quanto ao controle da frota de veículos*] .....

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

2.4. Gestão Previdenciária (quando aplicável)

2.4.1 Gestão do RPPS

2.4.1.1 Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP

No encerramento do exercício, constatou-se o CRP Administrativo, conforme site do Ministério da Previdência Social - MPS, abaixo:

OU

No encerramento do exercício, constatou-se o CRP Judicial, conforme site do Ministério da Previdência Social- MPS, abaixo:

O chefe do executivo em conjunto com RPPS vem buscando a emissão do CRP Administrativo através das seguintes ações...

OU

No encerramento do exercício, constatou-se o CRP Judicial, conforme site do Ministério da Previdência Social - MPS, abaixo:

O chefe do executivo em conjunto com RPPS não vem buscando a emissão do CRP Administrativo.

2.4.1.2 Nota Técnica Atuarial - NTA

No encerramento do exercício, constatou-se que a Nota Técnica Atuarial - NTA foi apresentada nos moldes da Portaria MTP n° 1467/22.

OU

No encerramento do exercício, constatou-se que a Nota Técnica Atuarial - NTA não foi apresentada nos moldes da Portaria MTP n° 1467/22.

2.4.1.3 Avaliação Atuarial

No encerramento do exercício, constatou-se que a Avaliação Atuarial foi realizada nos moldes da Portaria MTP n° 1467/22.

OU

No encerramento do exercício, constatou-se que a Avaliação Atuarial não foi realizada nos moldes da Portaria MTP n° 1467/22.

2.4.1.4 Plano de Amortização do Déficit Atuarial

No encerramento do exercício, constatou-se que o Plano de Amortização do Déficit Atuarial foi realizado, conforme item XX do parecer atuarial.

OU

No encerramento do exercício, constatou-se que não foi implementado o Plano de Amortização do Déficit Atuarial, conforme o item XX do parecer atuarial.

2.4.1.5 **Taxa de Administração**

No encerramento do exercício, constatou-se que a Taxa de Administração atendeu os limites de gastos, conforme Modelo 33 do Anexo V.

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

OU

No encerramento do exercício, constatou-se que a Taxa de Administração não atendeu os limites de gastos, conforme Modelo 33 do Anexo V.

2.4.1.6 **Atas de reuniões dos Conselhos de Administração e Fiscal**

No encerramento do exercício, constatou-se que foram realizadas as reuniões dos Conselhos de Administração e Fiscal, conforme Lei Municipal n° XX/XX, nas seguintes datas (listar o número da ata e data da reunião de cada Conselho).

OU

No encerramento do exercício, constatou-se que não foram realizadas as reuniões dos Conselhos de Administração e Fiscal, em desacordo com a Lei Municipal n° XX/XX.

2.4.1.7 Atas de reuniões do Comitê de Investimento (quando obrigatório conforme art. 280 da Portaria MTP n° 1467/2022)

No encerramento do exercício, constatou-se que foram realizadas as reuniões do **Comitê de Investimento,** conforme Lei Municipal n° XX/XX, nas seguintes datas (listar o número da ata e data da reunião do Comitê).

OU

No encerramento do exercício, constatou-se que não foram realizadas as reuniões do Comitê de Investimento, em desacordo com a Lei Municipal n° XX/XX.

2.4.1.8 Política de Investimentos

No encerramento do exercício, constatou-se que foi atendida a Política de Investimento aprovada pelo Conselho de Administração, Fiscal e Comitê de Investimentos (este quando obrigatório conforme art. 280 da Portaria MTP n° 1467/22).

OU

No encerramento do exercício, constatou-se que não foi atendida a Política de Investimento aprovada pelo Conselho de Administração, Fiscal e Comitê de Investimentos (este quando obrigatório conforme art. 280 da Portaria MTP n° 1467/22).

2.4.1.9 Limites de Alçada da Carteira de investimentos

No encerramento do exercício, constatou-se que foram atendidos os limites de alçada da carteira de investimentos, nos termos da resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN, conforme Modelo 34 do Anexo V.

OU

No encerramento do exercício, constatou-se que não foram atendidos os limites de alçada da carteira de investimentos nos termos da resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN, conforme Modelo 34 do Anexo V.

2.4.1.10 Compensação Previdenciária

No encerramento do exercício, constatou-se que o RPPS do município realizou compensação previdenciária, conforme Modelos 35 e 36 do Anexo V.

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

OU

No encerramento do exercício, constatou-se que o RPPS do município não realizou compensação previdenciária, conforme Modelos 35 e 36 do Anexo V.

2.4.1.11 Recenseamento Previdenciário

No encerramento do exercício, constatou-se que o RPPS do município realizou o recenseamento previdenciário, conforme art. 9°, II, da Lei n° 10.877/2004 e Ato Normativo do RPPS n° XX/XX.

OU

No encerramento do exercício, constatou-se que o RPPS do município não realizou o recenseamento previdenciário, em desacordo com art. 9°, II, da Lei n° 10.877/2004.

Em face das falhas/deficiências detectadas, essa unidade de controle interno apresentou, para o gestor responsável, as proposições sintetizadas a seguir:

2.5 Proposições

[*descrever as proposições*] .....

2.6 Justificativas apresentadas pelo responsável do órgão ou entidade

[*descrever as justificativas*] .....

3 Encaminhamentos ao TCE

Na forma do artigo 74, § 1º combinado com o artigo 75 da Constituição Federal, bem como em consonância com o disposto no artigo 149 da Lei Complementar nº 464/2012 (Orgânica do TCE/RN), em face das irregularidades e/ou ilegalidades identificadas, esta unidade de controle interno apresentou, para ciência do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, as situações apresentadas a seguir:

Tabela 06 - Processos encaminhados ao TCE

Processo	Irregularidade / ilegalidade detectada	Proposições

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

4 Conclusão

Examinamos a prestação de contas anual elaborada sob a responsabilidade do Sr. [*gestor responsável*], relativa ao exercício de [*exercício a que se refere a prestação de contas*], com objetivo de:

- comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia, eficiência e economicidade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração estadual e municipal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

I- apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Em nossa opinião as peças que integram a prestação de contas sob exame representam a [*regularidade, regularidade com ressalvas ou irregularidade*] da prática de atos de gestão no exercício a que se refere, observando-se a legalidade, legitimidade e economicidade na gestão dos recursos públicos.

4.1 Ressalvas:

[*Descrição das ressalvas, se existirem*] .....

Tendo sido abordados os pontos requeridos pela legislação aplicável, submete- se o presente relatório à consideração superior, de modo a possibilitar a emissão do competente Certificado de Auditoria e Parecer Conclusivo.

[*Local e data*]

Assinaturas: [*Assinatura dos responsáveis pela unidade de controle interno*]

MODELO SUGERIDO PARA O CERTIFICADO DE AUDITORIA PRODUZIDO PELA CONTROLADORIA GERAL OU ÓRGÃO CONGÊNERE

CERTIFICADO DE AUDITORIA

Certificado: [*número do certificado*]

Processo: [*número do processo*]

Emitente: [*Controladoria ou órgão congênere*]

Unidade auditada: [*identificação da unidade auditada*]

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

Gestor responsável: [*identificação do gestor máximo do órgão / entidade no exercício a que se refere a prestação de contas*]

Exercício: [*exercício a que se refere a prestação de contas*]

Foram examinados os atos de gestão do responsável pelas áreas auditadas, praticados no período de [*exercício a que se refere a prestação de contas*].

Os exames foram efetuados por seleção de itens, conforme escopo do trabalho definido no Relatório de Auditoria constante deste processo, em atendimento à legislação aplicável às áreas selecionadas e atividades examinadas, e incluíram os resultados das ações de controle realizadas ao longo do exercício objeto de exame, sobre a gestão da unidade auditada.

Em função dos exames realizados, consubstanciados no Relatório de Auditoria Anual de Contas, e em face do disposto no artigo 148, inciso II da Lei Complementar nº 464/2012 (Lei Orgânica do TCE/RN), proponho que o encaminhamento das contas do responsável pela Unidade Auditada seja pela [*regularidade, regularidade com ressalvas ou irregularidade*].

[*Local e data*]

Assinatura: [*Assinatura do responsável setorial na Controladoria Geral ou órgão congênere*]

MODELO SUGERIDO PARA O PARECER TÉCNICO CONCLUSIVO PRODUZIDO PELA CONTROLADORIA GERAL OU ÓRGÃO CONGÊNERE

PARECER TÉCNICO CONCLUSIVO

Relatório: [*número do relatório de auditoria*]

Processo: [*número do processo*]

Unidade auditada: [*identificação da unidade auditada*]

Gestor responsável: [*identificação do gestor máximo do órgão / entidade no exercício a que se refere a prestação de contas*]

Exercício: [*exercício a que se refere a prestação de contas*]

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
https://edoc.amazonas.am.gov.br/CFDF.335F.1684.1785/869AAE16
Código verificador: **CFDF.335F.1684.1785** CRC: **869AAE16**

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

Em conclusão aos encaminhamentos sob a responsabilidade da Unidade de Controle Interno quanto ao processo de contas do exercício sob exame, da Unidade Auditada, expresso, a seguir, opinião conclusiva, de natureza gerencial, considerando os principais registros e recomendações formuladas em decorrência dos trabalhos conduzidos por este órgão de controle interno sobre a gestão do referido exercício, cuja Certificação foi pela [*regularidade, regularidade com ressalvas ou irregularidade*].

As auditorias realizadas e os procedimentos de controle, sob os aspectos da regularidade / legalidade demonstraram .....

Quanto à avaliação dos resultados, destacou-se a gestão orçamentária, financeira e patrimonial, bem como outras ações promovidas para promover a missão institucional, concluindo-se que.....

(Não) foram identificadas constatações com impacto significativo na gestão da Entidade. Diante disso, (não) foram efetuadas recomendações aos gestores.

Outrossim, (não) havia determinações/recomendações expedidas pelo TCE/RN, no exercício em referência, pendentes de atendimento.

Assim, em atendimento às determinações contidas no artigo 148, inciso II da Lei Complementar nº 464/2012 (Lei Orgânica do TCE/RN) e fundamentado no Relatório de Auditoria, acolho a conclusão expressa no Certificado de Auditoria pela [*regularidade, regularidade com ressalvas ou irregularidade*] da gestão do responsável pela Unidade Auditada [*identificação da unidade auditada*].

Desse modo, o processo pode ser encaminhado ao Gestor Responsável [*autoridade máxima do órgão/entidade auditada*], com vistas à obtenção do pronunciamento de que trata o artigo 150 da Lei Complementar nº 464/2012 (Lei Orgânica do TCE/RN), e posterior remessa ao Tribunal de Contas do Estado.

[*Local e data*]

Assinatura: [*Assinatura do responsável pela Controladoria Geral ou órgão congênere*]

MODELO 03 – PRONUNCIAMENTO EXPRESSO E INDELEGÁVEL DO GESTOR SOBRE AS CONTAS E O PARECER EXARADO PELO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

(SITUAÇÃO I)
PRONUNCIAMENTO DO GESTOR FAVORÁVEL

Processo: [*número do processo*]

Emitente: [*unidade executora do controle interno / órgão central do sistema de controle interno*]

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

Gestor responsável: [*identificação do gestor máximo do órgão / entidade no exercício a que se refere a prestação de contas*]

Assunto: [*Pronunciamento expresso e indelegável do gestor sobre as contas e o parecer exarado pelo sistema de controle Interno*]

Exercício: [*exercício a que se refere a prestação de contas*]

Em cumprimento ao disposto no artigo 150 da Lei Complementar nº 464/2012 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas), atesto haver tomado ciência do Parecer Técnico Conclusivo sobre as contas do exercício de [*exercício a que se refere a prestação de contas*], manifestando **CONCORDÂNCIA** com o relatório produzido pelo Controle Interno.

Ratifico as informações pertinentes às contas anuais (orçamentárias, financeiras e patrimoniais), às licitações, aos contratos, aos convênios e às demais despesas analisadas, bem como em relação à avaliação dos resultados da gestão, relacionados aos instrumentos de planejamento governamental PPA, LDO e LOA.

Junte-se ao processo de prestação de contas anuais que será submetido ao julgamento do Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, pugnando-se pela APROVAÇÃO das contas anuais.

É o nosso pronunciamento.

[*Local e data*]

Assinatura: [*assinatura do gestor máximo do órgão / entidade no exercício a que se refere a prestação de contas*]

(SITUAÇÃO II)
PRONUNCIAMENTO DO GESTOR DESFAVORÁVEL

Processo: [*número do processo*]

Emitente: [*unidade executora do controle interno / órgão central do sistema de controle interno*]

Gestor responsável: [*identificação do gestor máximo do órgão / entidade no exercício a que se refere a prestação de contas*]

Assunto: [*Pronunciamento expresso e indelegável do gestor sobre as contas e o parecer exarado pelo sistema de controle Interno*]

Exercício: [*exercício a que se refere a prestação de contas*]

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
https://edoc.amazonas.am.gov.br/CFDF.335F.1684.1785/869AAE16
Código verificador: **CFDF.335F.1684.1785** CRC: **869AAE16**

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

Em cumprimento ao disposto no artigo 150 da Lei Complementar nº 464/2012 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas), atesto haver tomado ciência do Parecer Técnico Conclusivo sobre as contas do exercício de [*exercício a que se refere a prestação de contas*], manifestando **DISCORDÂNCIA** com o relatório produzido pelo Controle Interno, nos seguintes aspectos.

[*inserir os aspectos de discordância*]

Ratifico as informações pertinentes aos demais aspectos das contas anuais (orçamentárias, financeiras e patrimoniais), às licitações, aos contratos, aos convênios e às demais despesas analisadas, bem como em relação à avaliação dos resultados da gestão, relacionados aos instrumentos de planejamento governamental PPA, LDO e LOA.

Junte-se ao processo de prestação de contas anuais que será submetido ao julgamento do Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, pugnando-se pela APROVAÇÃO das contas anuais.

É o nosso pronunciamento. [*Local e data*]

Assinatura: [*assinatura do gestor máximo do órgão / entidade no exercício a que se refere a prestação de contas*]

MODELO 04 - DEMONSTRATIVO DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAIS (TCE)

Nº da TCE	Nome dos responsáveis	CPF	Especificação do objeto	Valor original do dano	Data do conhecimento do fato/Inadimplência	Data da instauração	Data da conclusão	Situação da TCE

LEGENDA:

Nº da TCE: relacionar o número da Tomada de Contas Especial (TCE), em série anual.

Nome dos responsáveis: informar o nome dos responsáveis.

Especificação do objeto: informar o objeto da tomada de contas especial. No caso de convênio/contrato de gestão com Organização Social informar o respectivo número.

Valor original do dano: informar o valor original do dano.

Data do conhecimento do fato: informar a data limite fixada para a prestação de contas, ou a data do evento, quando conhecida, ou da data da ciência do fato pela administração.

Data da instauração: informar a data da instauração da tomada de contas especial.

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

Data da conclusão: informar a data da conclusão da tomada de contas especial.

Situação da TCE: informar a situação da TCE, se em fase de procedimento inteAMo; em processo de instauração; em fase de apuração; concluso para relatório; em diligência; aguardando pronunciamento da autoridade responsável ou encaminhada ao TCE-AM.

MODELO 05 - RELAÇÃO DAS CONTAS BANCÁRIAS

BANCO	AGÊNCIA	CONTA	FINALIDADE

LEGENDA:

Finalidade: informar se são recursos próprios, convênios, CIDE, programas, etc.

MODELO 06 - MAPA DEMONSTRATIVO DO INVENTÁRIO ANUAL DE BENS MÓVEIS

Item	Especificação	Quantidade	Tombo	Localização	Valor Unitário	Valor Total

LEGENDA:

Especificação: descrever a especificação sucinta do bem.

Localização: identificar o local de destino do item.

MODELO 07 - MAPA DEMONSTRATIVO DO INVENTÁRIO ANUAL DE BENS IMÓVEIS

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

Ordem	Nº de inscrição/sequencial	Registro em cartório	Patrimômio								
			Momvimentação	Município	Endereço	Área	Propriedade	Uso	Tipo	M2 (Total)	Valor

LEGENDA:

Ordem: numerar os imóveis (1, 2, 3) e nominá-lo (ex. sede da prefeitura, da secretaria, fórum).
Nº Inscrição / sequencial: preencher com inscrição (ex. Prefeitura, INCRA).
Registro em Cartório: Informar se há registro no cartório (sim / não).
Movimentação: registrar se houve movimentação no exercício, informando aquisição, baixa ou anterior a 31/12.
Município: informar o município de localização do imóvel.
Endereço: Informar o endereço correspondente ao imóvel (logradouro, n.º, bairro , CEP).
Área: classificar a área em urbana ou rural.
Propriedade: elencar se o imóvel é próprio (quando for do Estado do Amazonas, do município, do órgão ou entidade), cedido, locado.
Uso: relacionar o uso do imóvel (ocupado, desocupado, cedido, invadido).
Tipo: classificar os imóveis por tipo (prédio, casa, terreno, sala, galpão, box, reservatório, estação, lote, poço, quadra esportiva, terminal rodoviário, outros).
M² (total): informar a metragem total por imóvel.
Valor (R$): preencher com valores por imóvel e, na última linha, colocar o somatório total.

MODELO 08 - MAPA DEMONSTRATIVO DA MOVIMENTAÇÃO DO ALMOXARIFADO

Item	Descrição do material (consumo ou permanente)	Unidade	Quantidade				Custo médio	Custo total
			Estoque no início do exercício	Entradas	Saídas	Saldo no final do exercício		

MODELO 09 - FROTA DE VEÍCULOS *

Marca	Modelo	Ano	Placa	Tipo do combustível (l)	Consumo anual (R$)	Despesas com peças (R$)	Despesas com serviços (R$)	Tipo da frota	Situação de utilização

*** Relacionar nesta tabela os veículos, tratores, máquinas e implementos agrícolas e náuticos.**

Diário Oficial Eletrônico de Contas
Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Av. Efigênio Sales, nº 1155 - Parque 10 de Novembro - Manaus – AM - CEP: 69055-736
Horário de funcionamento: 7h - 13h
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
https://edoc.amazonas.am.gov.br/CFDF.335F.1684.1785/869AAE16
Código verificador: **CFDF.335F.1684.1785** CRC: **869AAE16**

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

LEGENDA:
Tipo do combustível: informar se é gasolina, álcool (ou bicombustível) ou diesel.
Consumo anual: informar o consumo anual de combustível.
Despesas com peças: informar a despesa anual de manutenção com peças para reparo, conserto, reposição, etc.
Despesas com serviços: informar a despesa anual com serviços de manutenção dos veículos.
Tipo da frota: identificar se o veículo é próprio, locado e os que não pertençam ao órgão ou entidade mas se encontram à sua disposição.
Situação de utilização: informar se o veículo está em uso ou desativado.

MODELO 10 - RELAÇÃO DAS COMISSÕES DE LICITAÇÕES, PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

Nome	CPF	Cargo ou função	Matrícula	Ato de nomeação	Data do ato	Período de efetivo exercício	Endereço eletrônico	Telefone funcional	Endereço funcional	Endereço residencial

LEGENDA:

Nome: informar a relação dos membros da comissão de licitação, pregoeiro e equipe de apoio.
Cargo ou função: informar se é o presidente da comissão, membro, pregoeiro ou equipe de apoio.
Ato de nomeação: indicar o ato e o número (ex. Portaria nº_____).
Data do ato: data da publicação do ato de nomeação.
Período de efetivo exercício: informar o período de exercício de cada responsável no cargo ou função, no decurso do exercício financeiro.

MODELO 11 - MAPA DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS PROCESSOS LICITATÓRIOS

Nº do Processo Administrativo	Nº do Processo licitatório	Data da abertura do certame	Data da homologação da licitação	Licitação		Descrição do objeto	Valor orçado	Nome dos participantes	Licitante vencedor		Valor adjudicado	Situação	Empenho		Contrato decorrente da licitação	
				Modalidade	Tipo de licitação				Nome	CNPJ /CPF			Nº da Nota	Data de emissão	Número	Data da celebração

LEGENDA:

Modalidade: informar a modalidade da licitação ou se ocorreu dispensa ou inexigibilidade.
Situação: informar se a licitação foi concluída, está em andamento, foi revogada/anulada/cancelada.

MODELO 12 - RELAÇÃO DOS CONTRATOS VIGENTES NO EXERCÍCIO

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

Contrato				Licitação a qual o contrato é vinculado			Nº da Ata de registro de Preço	Descrição do objeto	Fonte do Recurso	Valor do contrato	Contratado	
Número	Data da celebração	Data da publicação	Vigência	Número	Modalidade	Tipo de licitação					Nome	CNPJ/CPF

Contratado		Nome do gestor do contrato	Termos aditivos						Execução da despesa			
Nome	CNPJ/CPF		Número	Data da celebração	Data da publicação	Objeto do aditamento	Valor aditado	Prazo	Valor liquidado	Data	Valor Pago	Data

LEGENDA:

Modalidade: informar a modalidade da licitação ou se a contratação ocorreu por dispensa ou inexigibilidade.
Ata de Registro de Preço: no caso de o contrato decorrer de adesão à Ata de Registro de Preço.
Nome do gestor do contrato: conforme art. 67, da Lei 8.666/93.

MODELO 13 - RELAÇÃO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS VIGENTES NO EXERCÍCIO

Atas de Registro de Preço				Licitação que originou a Ata de Registro de Preços			Descrição do objeto da Ata	Empresa Cadastrada
Número	Objeto	Vigência	Situação	Número	Modalidade	Tipo de licitação		

LEGENDA:

Modalidade: informar a modalidade da licitação.

Ata de Registro de Preço: Atas de Registro de Preço vigentes no exercício, realizadas pelo jurisdicionado, bem como aquelas as quais o jurisdicionado aderiu ou da qual participou.

Situação: informar se utilizou a Ata de Registro de Preços como órgão gerenciador, participante ou não participante.

Considera-se: órgão gerenciador o órgão ou entidade da administração pública responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e gerenciamento da ata de registro de preços dele decorrente; **órgão participante** o órgão ou entidade da administração pública que participa dos procedimentos iniciais do Sistema de Registro de Preços e integra a ata de registro de preços; e **órgão não participante** o órgão ou entidade da administração pública que, não tendo participado dos procedimentos iniciais da licitação, faz adesão à ata de registro de preços.

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

MODELO 14 - MAPA DEMONSTRATIVO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA *

Item	Descrição da obra ou serviço de engenharia	Regime de Execução	Número do Contrato	Contratado	CNPJ	Número do Convênio	Convenente		Valor Previsto
							Nome	CNPJ	

*** Informar nesta tabela toda construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação, realizada por execução direta ou indireta, assim como toda atividade destinada a obter determinada utilidade de interesse para a Administração, tais como: demolição, conserto, instalação, montagem, operação, conservação, reparação, adaptação, etc.**

LEGENDA:

Regime de execução: informar se a execução ocorreu por execução direta ou por execução indireta. No caso de execução indireta indicar também se a contratação ocorreu sob o regime de empreitada por preço global, empreitada por preço unitário, tarefa ou empreitada integral.

Convenente: informar o nome e o CNPJ da entidade beneficiada com a transferência de recursos.

Situação da obra: concluída, em andamento ou paralisada (considerar a data de 31 de dezembro do ano referente à prestação de contas).

MODELO 15 - RELAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS REALIZADAS MEDIANTE CONVÊNIOS E CONGÊNERES

Convênio nº / ano	Convenente		Data da celebração	Valor total previsto		Objeto	Parcelas liberadas					
	Nome	CNPJ		Concedente	Convenente (contrapartida)		Nº	Data	Valor	Data final	Data PC	Situação da prestação

LEGENDA:

Convênio nº/ano: informar o número/ano do convênio ou termo aditivo.
Convenente: informar o nome e CNPJ da entidade beneficiada com a transferência de recursos.
Data celebração: informar a data de celebração do convênio.
Valor total previsto - Concedente: informar o valor total previsto para transferência, da parte referente à unidade jurisdicionada (concedente).
Valor total previsto - Convenente (contrapartida): informar o valor total previsto como contrapartida, da parte referente ao convenente (beneficiário).
Objeto: informar o objeto do convênio original ou o objeto alterado/incluído pelo termo aditivo.
Nº da parcela liberada: informar o nº da parcela liberada do convênio original ou do termo aditivo.
Data da parcela liberada: informar a data de liberação da parcela do convênio original ou do termo aditivo.

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

Valor da parcela liberada: informar o valor liberado da parcela do convênio original ou do termo aditivo.
Data final da parcela liberada: informar a data final prevista para aplicação da parcela do convênio original ou do termo aditivo.
Data PC da parcela liberada: informar a data em que houve a prestação de contas da parcela do convênio original ou do termo aditivo.
Situação da parcela liberada: informar a situação da parcela do convênio original ou do termo aditivo, conforme a seguinte classificação: em execução, não prestado contas, em análise de prestação de contas, regular ou irregular.

MODELO 16 - RELAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS MEDIANTE CONVÊNIOS

Convênio nº / ano	Concedente		Data da celebração	Valor total previsto		Objeto	Parcelas recebidas					
	Nome	CNPJ		Concedente	Convenente (contrapartida)		Nº	Data	Valor	Data final	Data PC	Situação da prestação

LEGENDA:

Convênio nº/ano: informar o número/ano do convênio ou termo aditivo.
Convenente: informar o nome e CNPJ da entidade beneficiada com a transferência de recursos.
Data celebração: informar a data de celebração do convênio.
Valor total previsto - Concedente: informar o valor total previsto para transferência, da parte referente à unidade jurisdicionada (concedente).
Valor total previsto - Convenente (contrapartida): informar o valor total previsto como contrapartida, da parte referente ao convenente (beneficiário).
Objeto: informar o objeto do convênio original ou o objeto alterado/incluído pelo termo aditivo.
Nº da parcela liberada: informar o nº da parcela liberada do convênio original ou do termo aditivo.
Data da parcela liberada: informar a data de liberação da parcela do convênio original ou do termo aditivo.
Valor da parcela liberada: informar o valor liberado da parcela do convênio original ou do termo aditivo.
Data final da parcela liberada: informar a data final prevista para aplicação da parcela do convênio original ou do termo aditivo.
Data PC da parcela liberada: informar a data em que houve a prestação de contas da parcela do convênio original ou do termo aditivo.
Situação da parcela liberada: informar a situação da parcela do convênio original ou do termo aditivo, conforme a seguinte classificação: em execução, não prestado contas, em análise de prestação de contas.

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

MODELO 17 - RELAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE TERMO DE PARCEIRA

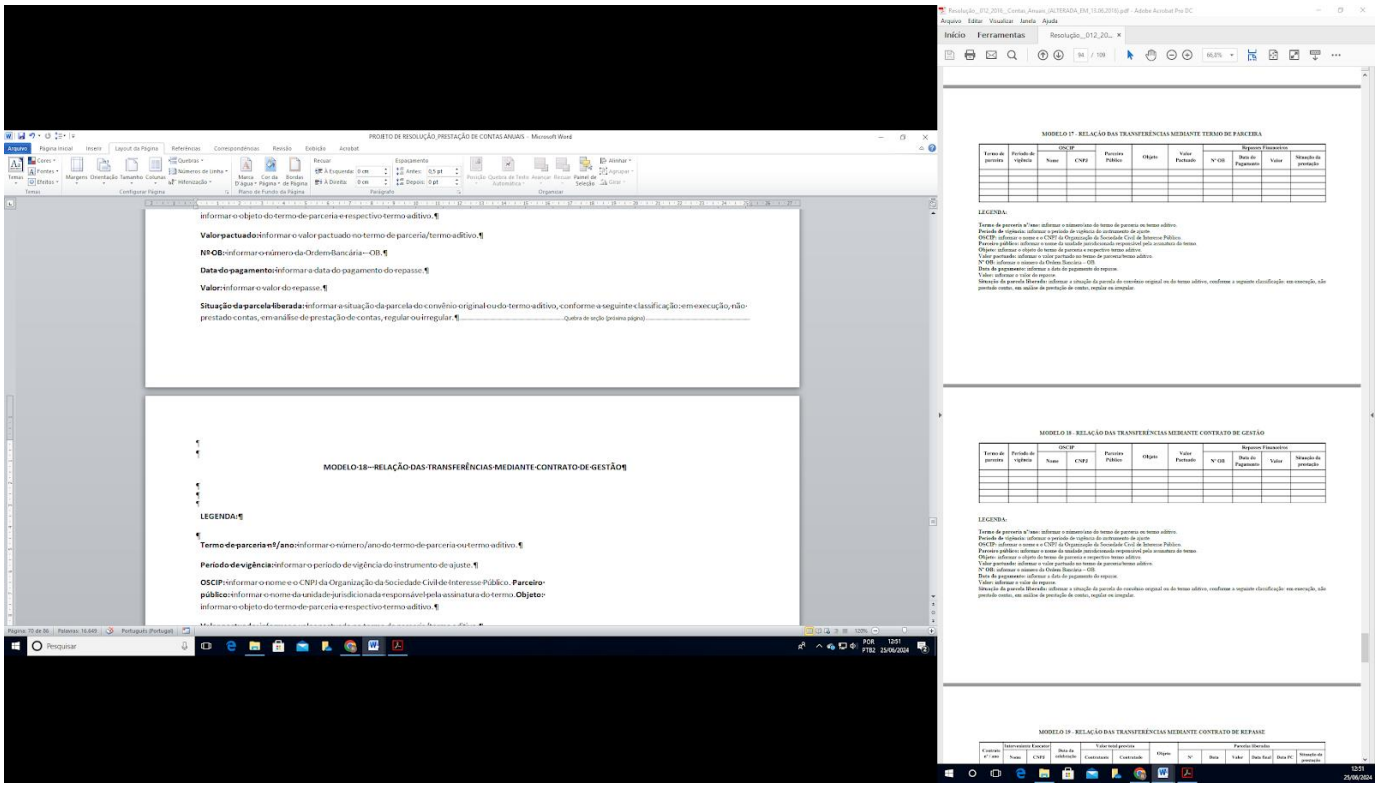
Termo de parceira	Período de vigência	OSCIP		Parceiro Público	Objeto	Valor Pactuado	Repasses Financeiros			
		Nome	CNPJ				Nº OB	Data do Pagamento	Valor	Situação da prestação

LEGENDA:

Termo de parceria nº/ano: informar o número/ano do termo de parceria ou termo aditivo.
Período de vigência: informar o período de vigência do instrumento de ajuste.
OSCIP: informar o nome e o CNPJ da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.
Parceiro público: informar o nome da unidade jurisdicionada responsável pela assinatura do termo.
Objeto: informar o objeto do termo de parceria e respectivo termo aditivo.
Valor pactuado: informar o valor pactuado no termo de parceria/termo aditivo.
Nº OB: informar o número da Ordem Bancária – OB.
Data do pagamento: informar a data do pagamento do repasse.
Valor: informar o valor do repasse.
Situação da parcela liberada: informar a situação da parcela do convênio original ou do termo aditivo, conforme a seguinte classificação: em execução, não prestado contas, em análise de prestação de contas, regular ou irregular.

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

MODELO 18 - RELAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE CONTRATO DE GESTÃO



LEGENDA:

Termo de parceria nº/ano: informar o número/ano do termo de parceria ou termo aditivo.
Período de vigência: informar o período de vigência do instrumento de ajuste.
OSCIP: informar o nome e o CNPJ da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.
Parceiro público: informar o nome da unidade jurisdicionada responsável pela assinatura do termo.
Objeto: informar o objeto do termo de parceria e respectivo termo aditivo.
Valor pactuado: informar o valor pactuado no termo de parceria/termo aditivo.
Nº OB: informar o número da Ordem Bancária – OB.
Data do pagamento: informar a data do pagamento do repasse.
Valor: informar o valor do repasse.
Situação da parcela liberada: informar a situação da parcela do convênio original ou do termo aditivo, conforme a seguinte classificação: em execução, não prestado contas, em análise de prestação de contas, regular ou irregular.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
https://edoc.amazonas.am.gov.br/CFDF.335F.1684.1785/869AAE16
Código verificador: **CFDF.335F.1684.1785** CRC: **869AAE16**

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

MODELO 19 - RELAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE CONTRATO DE REPASSE

Contrato nº / ano	Interveniente Executor		Data da celebração	Valor total previsto		Objeto	Parcelas liberadas					
	Nome	CNPJ		Contratante	Contratado		Nº	Data	Valor	Data final	Data PC	Situação da prestação

LEGENDA:

Nº/ano: informar o número/ano do contrato de repasse ou termo aditivo.
Interveniente-Executor: informar o nome e CNPJ da entidade interveniente - executora do objeto.
Data celebração: informar a data de celebração do contrato de repasse.
Contratante: informar o valor total previsto a ser transferido pelo contratante.
Contratado (contrapartida): informar o valor total previsto como contrapartida do contratado.
Objeto: informar o objeto do contrato de repasse original ou o objeto alterado/incluído pelo termo aditivo.
Nº da parcela liberada: informar o nº da parcela liberada do contrato de repasse original ou do termo aditivo.
Data da parcela liberada: informar a data de liberação da parcela do contrato de repasse original ou do termo aditivo.
Valor da parcela liberada: informar o valor liberado da parcela do contrato de repasse original ou do termo aditivo.
Data final da parcela liberada: informar a data final de vigência para aplicação da parcela do contrato de repasse original ou do termo aditivo.
Data PC da parcela liberada: informar a data em que houve a prestação de contas da parcela do contrato de repasse original ou do termo aditivo.
Situação da parcela liberada: informar a situação da parcela do contrato de repasse original ou do termo aditivo, conforme a seguinte classificação: em execução; não prestado contas; em análise; PC regular; PC irregular.

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

MODELO 20 - RELATÓRIO DE DESEMPENHO DE GESTÃO *

Programa/Ações (A)	Dotação autorizada (B)	Despesa liquidada (C)	% C/B (D)	Produto (E)	Meta física realizda (G)	Comentários (H)	Indicador do programa (I)
1. Número e nome do Programa na LOA*							
1.1 Ação							
1.2 Ação							
1.3 Ação							
2. Número e nome do Programa na							
2.1 Ação							
2.2 Ação							
2.3 Ação							

*** Discriminar apenas os programas que têm meta prioritária.**

(J) Outras ações promovidas na busca do cumprimento da missão institucional e desempenho da gestão.

LEGENDA:

A. O nome dos programas e ações conforme a Lei Orçamentária Anual.
B. Dotação orçamentária original + suplementações – cancelamentos ocorridos no exercício financeiro.
C. Total da despesa liquidada por programa e ações.
D. Percentual alcançado (C/B).
E. Produto em relação à meta física estipulada.
F. Resultado físico previsto.
G. Resultado físico alcançado.
H. Esclarecimentos técnicos quanto aos resultados físicos e financeiros (obrigatoriamente quando do não atingimento das metas).
I. Indicador previsto para medição do programa.
J. Outras ações: descrever outras ações (indicando produtos, metas e resultados) que, embora não estejam previstas nos instrumentos orçamentários de planejamento, contribuíram para o cumprimento da missão institucional e desempenho da gestão.

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

MODELO 21 - MAPA DEMONSTRATIVO DO REPASSE DO DUODÉCIMO ORÇAMENTÁRIO

Mês	Unidade Orçamentária	Data	Valor previsto	Valor repassado

LEGENDA:

Mês: identificar o mês do repasse.
Unidade Orçamentária: unidade que recebeu os recursos.
Data: data em que o repasse se efetivou.
Valor previsto: valor previsto na programação financeira de desembolso.
Valor repassado: valor efetivamente disponibilizado.

MODELO 22 - MAPA DEMONSTRATIVO DOS CRÉDITOS ADICIONAIS

Lei Autorizativa	Decreto Executivo	Data da Publicação	Natureza do Crédito	Origem do Recuso	Classificação funcional programática			
					Dotação Suplementada	Valor	Dotação Anulada	Valor

LEGENDA:

Natureza do crédito: preencher de acordo com a classificação disposta no art. 41 da Lei 4.320/1964. Suplementar; especial; extraordinário.
Origem do recurso: preencher de acordo com o art. 43, § 1º, da Lei 4.320/1964. Superávit financeiro; Excesso de arrecadação; Anulação total ou parcial de dotação orçamentária; Operação de crédito.

MODELO 23 - RELAÇÃO CONSOLIDADA DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS

[illegible]	[illegible]	Nº do empenho	[illegible]	[illegible]	Credor	Valor processado R$	Valor não processado R$

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

Orçamentária	Recursos	Nº do empenho	Inscrição	Funcional	Credor	Valor processado R$	Valor não processado R$

Orçamentária	Recursos	Nº do empenho	Inscrição	Funcional	Credor	Valor processado R$	Valor não processado R$

Justificativa para os cancelamentos:_____ Justificativa para pendências de exercícios anteriores:_____

MODELO 24 - RELAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL ATIVO

Vínculo	Quantidade	Funções/atribuições que desempenha

LEGENDA:

Vínculo: informar se o servidor é efetivo, cedido, comissionado, contrato temporário ou terceirizado.
Quantitativo: informar apenas o quantitativo de pessoal ativo, sem necessidade de listar os nomes dos servidores.

MODELO 25 - RELAÇÃO DE INQUÉRITOS E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

Número	Data da instauração	Espécie de procedimento	Fase em que se encontra	Descrição sucinta do objeto	Providências tomadas

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

LEGENDA:

Espécie de procedimento: informar se é Inquérito ou Sindicância.

MODELO 26 – DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA E NÃO TRIBUTÁRIA

Natureza	Saldo inicial	Inscrições	Baixas	Saldo final	Documento nº

LEGENDA:

Natureza: tributária ou não tributária.
Saldo inicial: saldo da conta Dívida Ativa no início do exercício financeiro.
Inscrições: inscrições durante o exercício financeiro.
Baixa: identificar as baixas por recebimento do crédito ou por cancelamentos.
Saldo final: saldo no final do exercício financeiro.
Documento nº: relacionar a documentação que comprove a legalidade e a motivação dos documentos baixados por cancelamentos.

MODELO 27 – DEMONSTRATIVO DE CONCESSÕES E PPPs

Unidade Jurisdicionada: (1) Exercício Financeiro: (2)

Unidade Orçamentária: (3) Período referencial: (4)

Concessão ou PPP													
								Contrato	Aditivo	Vr. recebido			

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

Nº (5)	lalidade (6)	Identificação do serviço (7)	apa (8)	Iniciativa do estudo (9)	NPJ (10)	Razão social (11)	Valor do negócio (12)	Nº (13)	Data início (14)	razo (15)	Prazo aditado (16)	Vr. aditado acumulado R$ (17)	acumulado no exercício (R$) (18)	Vr. recebido acumulado (R$) (19)	uação (20)

Declaramos que as informações contidas nesta planilha são fidedignas e estão atualizadas até esta data:

Nome, CPF, cargo/função do responsável pelo preenchimento (21) _____ Nome, CPF, cargo/função do Responsável pela unidade definida no campo (1) (22); _____ Nome, CPF e o cargo/função do Ordenador de Despesa (Prefeitos, Secretários, Presidentes, etc.) (23)._____

LEGENDA:

(*) Preenchimento obrigatório por toda Unidade que tenha contratos de Concessões ou PPPs;

1. Unidade Jurisdicionada (Secretarias Estaduais, Empresas Públicas, Autarquias etc.);
2. Exercício Financeiro;
3. Órgão ou entidade com competência para autorizar despesas ou empenhar;
4. Período a que se referem as informações;
5. Número da Concorrência-CC, se houver;
6. Indicar a modalidade utilizada (Concessão comum, PPP Administrativa ou PPP Patrocinada)
7. Identificação, de forma clara e concisa do serviço concedido ou a conceder (tipo de serviço). Deverão estar relacionados todos os serviços concedidos ou a conceder existentes no exercício, precedidos ou não de obra pública;
8. Informar a etapa: Projeto em carteira, Autorização de estudo concedida, Estudos em análise, Licitação, Contratada
9. Informar o tipo de procedimento adotado para elaboração dos estudos do projeto: se através de iniciativa da Administração (PMI - Procedimento de manifestação de interesse ou procedimento similar) ou solicitação de estudo diretamente proposto pelo particular;
10. CNPJ da(s) empresa(s) autorizada(s) a realizar estudos ou contratada(s) para execução dos serviços;
11. Razão Social da(s) empresa(s) autorizada(s) a realizar estudos ou contratada(s) para execução dos serviços;
12. Valor do negócio: valor previsto (para etapas: projeto em carteira, autorização de estudo concedido ou estudos em análise), valor estimado (etapa licitação) ou valor contratado;
13. Número do contrato e a referência ao ano da contratação. Exemplo: 03/2016 (contrato de número 03 do ano de 2016);
14. Data da Ordem de Serviço ou do efetivo início da prestação dos serviços;
15. Prazo previsto no termo de contrato, ou documento equivalente, para execução da prestação dos serviços;
16. Prazo total aditado (considerando todos os aditivos de prazo para a prestação dos serviços);
17. Valor aditado acumulado (somatório de todos os aditivos para a prestação dos serviços);
18. Somatório dos valores recebidos no período, referente às tarifas, contra-prestação do goveAMo e receitas acessórias;

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

19. Somatório dos valores recebidos desde o início do contrato, referente à tarifas, contra-prestação do goveAMo e receitas acessórias;
20. Situação em que se encontra a prestação dos serviços: não iniciada, em andamento, concluída, paralisada;
21. Deverá ser colocado o nome legível, o CPF e o cargo/função do Responsável pelo preenchimento da ficha;
22. Deverá ser colocado o nome legível, o CPF e o cargo/função do Responsável pela unidade definida no campo (1);
23. Deverá ser colocado o nome legível, o CPF e o cargo/função do Ordenador de Despesa (Prefeitos, Secretários, Presidentes, etc.).

MODELO 28 – RELAÇÃO DOS PAGAMENTOS COM VERBA DE GABINETE / INDENIZAÇÃO *

Parlamentar					
Nota Fiscal	Data	CNPJ/CPF	Prestador	Objeto	Valor

* Informar as despesas com verba de gabinete / indenizatória por parlamentar durante o exercício.

MODELO 29 – RELAÇÃO DE *SOFTWARES*

Software	Versão	Fornecedor	Finalidade

LEGENDA:
Software: informar neste campo os programas computacionais utilizados.
Versão: especificar a versão do programa computacional.
Fornecedor: informar o foAMecedor do programa computacional.
Finalidade: especificar a finalidade do programa (ex. sistema para controle patrimonial, orçamentário, de recursos humanos, folha de pagamento, etc.).

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

MODELO 30 – CONSTITUIÇÃO DE CONSÓRCIOS

Denominação	Prazo de duração	Sede	Entes consorciados	Área de atuação	Natureza jurídica

Protocolo de Intenções		Lei ratificadora		Contrato de Consórcio público	
Número	Data da publicação	Número	Data da publicação	Número	Data da publicação

Representante legal			
Nome	CPF	Mandato	
		Início	Final

LEGENDA:

Entes Consorciados: identificação dos entes da Federação consorciados.
Natureza jurídica: informar se é associação pública ou pessoa jurídica de direito privado sem fins econômicos.
Mandato: informar as datas de início e do final do mandato.

MODELO 31 – PRONUNCIAMENTO DO RESPONSÁVEL PELO CONTROLE INTERNO SOBRE A COMPLETUDE DA PRESTAÇÃO DE CONTAS.

PRONUNCIAMENTO DO RESPONSÁVEL PELO CONTROLE INTERNO

Declaro que a documentação encaminhada referente à prestação de contas de gestão do (a) [*nome do ente*], exercício [*exercício a que se refere a prestação de contas*], foi visada por esta Unidade de Controle Interno e que os corresponde ao que foi determinado na Resolução [*informar o número da resolução do TCE*].

Nada mais a declarar, e ciente das responsabilidades pelas declarações prestadas, firmo a presente.

Local e data

Assinatura

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

MODELO 32 – TERMO DE RESPONSABILIDADE DO GESTOR DO ÓRGÃO

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Declaro que a documentação encaminhada referente à prestação de contas de gestão do (a) XXX [*nome do ente*], exercício [*exercício a que se refere a prestação de contas*], corresponde ao que foi determinado na Resolução [*informar o número da resolução do TCE*].

Assumo a responsabilidade pela exatidão e veracidade das informações prestadas, segundo as normas estabelecidas na Resolução supra.

Local e data

Assinatura

MODELO 33 - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DO RPPS

SEQ.	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	VALOR
1.	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	
2.	Obrigações Patronais	
3.	Diárias – Civil	
4.	Material de Consumo	
5.	Serviços de Consultoria	
6.	Outro Serviços de Terceiros - Pessoa Física	
7.	Outro Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
8.	Equipamentos e Material Permanente	
9.	Obrigações Tributárias e Contributivas	
10.	Despesas de Exercícios Anteriores	
11.	Outras despesas administrativas	
TOTAL		

Fonte: Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11.

SEQ.	ÓRGÃO	FOPAG* (202_)**	LIMITE 202_*** (%)****	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	EXCESSO
1.	Prefeitura Municipal		0,00	0,00	0,00
2.	Câmara de Vereadores				
3.	Outro Órgão				
4.	UG - Aposentados				
5.	UG - Pensionistas				
TOTAL					

*Folha de pagamento dos servidores efetivos e estatutários.

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

**Exercício anterior ao da prestação de contas anual.
***Exercício da prestação de contas anual.
****Art. 84 da Portaria nº 1.467/2022 (define o percentual a ser aplicado).

PORTARIA MTP Nº 1.467, DE 02 DE JUNHO DE 2022.

Art. 84. A taxa de administração a ser instituída em lei do ente federativo, deverá observar os seguintes parâmetros:

I - financiamento na forma prevista na legislação do RPPS; (Redação dada pela Portaria MTP nº 3.803, de 16/11/2022)

II - limitação de gastos aos seguintes percentuais máximos previstos em lei do ente federativo, apurados com base no exercício financeiro anterior, desde que devidamente financiados na forma dos incisos I e III:

a. de até 2,0% (dois por cento) para os RPPS dos Estados e Distrito Federal, classificados no grupo Porte Especial do ISP-RPPS, de que trata o art. 238, aplicado sobre o somatório da base de cálculo das contribuições dos servidores ou de até 1,3% (um inteiro e três décimos por cento), sobre o somatório das remunerações brutas dos servidores, aposentados e pensionistas;
b. de até 2,4% (dois inteiros e quatro décimos por cento) para os RPPS dos Municípios classificados no grupo Grande Porte do ISP-RPPS, aplicado sobre o somatório da base de cálculo das contribuições dos servidores ou de até 1,7% (um inteiro e sete décimos por cento), sobre o somatório das remunerações brutas dos servidores, aposentados e pensionistas;
c. de até 3,0% (três por cento) para os RPPS dos Municípios classificados no grupo Médio Porte do ISP-RPPS, aplicado sobre o somatório da base de cálculo das contribuições dos servidores ou de até 2,3% (dois inteiros e três décimos por cento), sobre o somatório das remunerações brutas dos servidores, aposentados e pensionistas; ou
d. de até 3,6% (três inteiros e seis décimos por cento) para os RPPS dos Municípios classificados no grupo Pequeno Porte do ISP-RPPS, aplicado sobre o somatório da base de cálculo das contribuições dos servidores ou de até 2,7% (dois inteiros e sete décimos por cento), sobre o somatório das remunerações brutas dos servidores, aposentados e pensionistas.

1	Carteira							Politica de investimentos		CMN					
	Subclasse	**Ativo**	Gestor/Instituição	Data	Valor de mercado	Data	% da carteira	Limite política de investimentos	Desenquadramento política de investimentos	**Limites CMN**	**Limites ampliados PROGESTAO**	**Limites globais**	**Limites globais adicionais (art. 14)**	**Base legal**	**Desenquadramento limite CMN**
Renda fixa	**Títulos de emissão do Tesouro Nacional**, registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic);									até 100 %	até 100%	-	-	art. 7, I, a	
	Cotas de **fundos de investimento** classificados como renda fixa, conforme regulamentação estabelecida pela CVM, constituídos sob a forma de condomínio aberto, cujos regulamentos determinem que seus **recursos sejam aplicados exclusivamente em títulos de emissão do**									até 100 %	até 100%	-	-	art. 7, I, b	

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

1	Carteira							Politica de investimentos		CMN					
	Subclasse	Ativo	Gestor/Instituição	Data	Valor de mercado	Data	% da carteira	Limite política de investimentos	Desenquadramento política de investimentos	Limites CMN	Limites ampliados PROGESTAO	Limites globais	Limites globais adicionais (art. 14)	Base legal	Desenquadramento limite CMN
	Tesouro Nacional, registrados no SELIC, ou compromissadas lastreadas nesses títulos;														
	Cotas de fundos de investimento em índice de mercado de renda fixa, **negociáveis em bolsa de valores**, conforme regulamentação estabelecida pela CVM, cujos regulamentos determinem que suas carteiras sejam compostas exclusivamente em títulos de emissão do Tesouro Nacional, registrados no SELIC, ou compromissadas lastreadas nesses títulos (fundos de índice de renda fixa); **(ETF renda fixa) + ATIVOS NÃO EMTIDOS POR SECUTIRTIZADORAS - NÃO CRI E CRA)**									até 100 %	até 100%	-	-	art. 7, I, c	
	Operações compromissadas, lastreadas exclusivamente pelos títulos de emissao do Tesouro Nacional, registrados no SELIC									até 5%	até 5%	-	-	art. 7, II	
	Cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa, conforme regulamentação estabelecida pela CVM, constituídos sob a forma de condomínio aberto (fundos de renda									até 60%	até 65%	-	-	art. 7, III, "a" e "b"	

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

1	Carteira							Politica de investimentos		CMN					
	Subclasse	Ativo	Gestor/Instituição	Data	Valor de mercado	Data	% da carteira	Limite política de investimentos	Desenquadramento política de investimentos	Limites CMN	Limites ampliados PROGESTAO	Limites globais	Limites globais adicionais (art. 14)	Base legal	Desenquadramento limite CMN
	fixa); **ATIVOS NÃO EMTIDOS POR SECUTIRTIZADORAS - NÃO CRI E CRA)** OU cotas de fundos de investimento em índice de mercado de renda fixa, negociáveis em bolsa de valores, compostos por ativos financeiros que busquem refletir as variações e rentabilidade de índice de renda fixa, conforme regulamentação estabelecida pela CVM (ETF - fundos de índice de renda fixa); **(NÃO PODE CONTER "CREDITO PRIVADO - CP" como SUFIXO)**														
	Ativos financeiros de renda fixa de emissão com obrigação ou coobrigação de instituições financeiras bancárias autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que atendam às condições previstas no inciso I do § 2º do art. 21; (CDBs, RDBs, LC) **+ a instituição financeira não tenha o respectivo controle societário detido, direta ou indiretamente, por Estado ou**									até 20%	até 20%	-	-	art. 7, IV	

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

1	Carteira							Politica de investimentos		CMN					
	Subclasse	Ativo	Gestor/Instituição	Data	Valor de mercado	Data	% da carteira	Limite política de investimentos	Desenquadramento política de investimentos	Limites CMN	Limites ampliados PROGESTAO	Limites globais	Limites globais adicionais (art. 14)	Base legal	Desenquadramento limite CMN
	pelo Distrito Federal.														
	Cotas de classe sênior de fundos de investimento em direitos creditórios (**FIDC**); **(BAIXO RISCO COM CLASSIFICAÇÃO POR AGENCIA DE RISCO OU CVM) + (regulamento do fundo determine que o limite máximo de concentração em uma mesma pessoa jurídica, de sua controladora, de entidade por ela direta ou indiretamente controlada e de coligada ou quaisquer outras sociedades sob controle comum seja de 20% (vinte por cento);**									até 5%	Acréscimo de 5 (cinco) pontos percentuais a cada nível de governança comprovado, iniciando-se no segundo nível;	Os limites acrescidos ficarão sujeitos a um limite global de 25% (vinte e cinco por cento) para o segundo nível, 30% (trinta por cento) para o terceiro nível e 35% (trinta e cinco por cento) para o quarto nível de governança comprovado.	-	art. 7, V, a	
	Cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa com sufixo **"crédito privado"** constituídos sob a forma de condomínio aberto, conforme regulamentação estabelecida pela CVM (fundos de renda fixa); **(BAIXO RISCO COM CLASSIFICAÇÃO POR AGENCIA DE RISCO OU CVM) + (regulamento do fundo determine que o limite máximo de concentração em**									até 5%	Acréscimo de 5 (cinco) pontos percentuais a cada nível de governança comprovado, iniciando-se no segundo nível;		-	art. 7, V, b	

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

1	Carteira							Politica de investimentos		CMN					
	Subclasse	Ativo	Gestor/Instituição	Data	Valor de mercado	Data	% da carteira	Limite política de investimentos	Desenquadramento política de investimentos	Limites CMN	Limites ampliados PROGESTAO	Limites globais	Limites globais adicionais (art. 14)	Base legal	Desenquadramento limite CMN
	uma mesma pessoa jurídica, de sua controladora, de entidade por ela direta ou indiretamente controlada e de coligada ou quaisquer outras sociedades sob controle comum seja de 20% (vinte por cento) + ATIVOS NÃO EMTIDOS POR SECUTIRTIZADORAS - NÃO CRI E CRA)														
	Cotas de fundo de investimento de que trata art. 3º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, que disponha em seu regulamento que 85% (oitenta e cinco por cento) do patrimônio líquido do fundo seja aplicado em **debêntures** de que trata o art. 2º dessa mesma Lei, observadas as normas da Comissão de Valores Mobiliários. **(BAIXO RISCO COM CLASSIFICAÇÃO POR AGENCIA DE RISCO OU CVM) + regulamento do fundo determine que o limite máximo de concentração em uma mesma pessoa jurídica, de sua controladora, de entidade por ela direta ou indiretamente controlada e de**									até 5%	Acréscimo de 5 (cinco) pontos percentuais a cada nível de governança comprovado, iniciando-se no segundo nível;		-	art. 7, V, c	

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://edoc.amazonas.am.gov.br/CFDF.335F.1684.1785/869AAE16
Código verificador: **CFDF.335F.1684.1785** CRC: **869AAE16**

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

1	Carteira							Politica de investimentos		CMN					
	Subclasse	Ativo	Gestor/Instituição	Data	Valor de mercado	Data	% da carteira	Limite política de investimentos	Desenquadramento política de investimentos	Limites CMN	Limites ampliados PROGESTAO	Limites globais	Limites globais adicionais (art. 14)	Base legal	Desenquadramento limite CMN
	coligada ou quaisquer outras sociedades sob controle comum seja de 20% (vinte por cento);														

MODELO 34 - LIMITES DE ALÇADA DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

Renda variavel	Cotas de fundos de investimento classificados como ações, constituídos sob a forma de condomínio aberto, conforme regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários (fundos de renda variável);								-	até 30%	Limites para aplicação nos ativos de que tratam os incisos I e II do caput elevados em 5 (cinco) pontos percentuais a cada nível de governança comprovado.	Nos segmentos de renda variável, investimentos estruturados e fundos imobiliários, ficam os regimes próprios de previdência social sujeitos a um limite global de 30% (trinta por cento) da totalidade de suas aplicações, apurada na forma do art. 6º. Parágrafo único. Os regimes próprios de previdência social que comprovarem, nos termos do § 7º do art. 7º, o primeiro, segundo, terceiro e quarto níveis de governança poderão elevar suas participações nos segmentos de que trata o caput, respectivamente, até os limites globais de 35% (trinta e cinco por cento), 40% (quarenta por cento), 50% (cinquenta por cento) e 60% (sessenta por cento) em relação ao total de seus recursos aplicados.	,art. 8, I	
	Cotas de fundos de investimento em índice de mercado de renda variável, negociáveis em bolsa de valores, cujas carteiras sejam compostas por ativos financeiros que busquem refletir as variações e rentabilidade de índices de renda variável, divulgados ou negociados por bolsa de valores no Brasil, conforme regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários (fundos de índice de renda variável). ETF de renda variavel								-				art. 8, II	

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

Investimentos no exterior	Cotas de fundos de investimento e cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento classificados como "Renda Fixa - Dívida Externa" **+ os gestores dos fundos de investimentos constituídos no exterior estejam em atividade há mais de 5 (cinco) anos e administrem montante de recursos de terceiros superior a US$5.000.000.000,00 (cinco bilhões de dólares dos Estados Unidos da América) na data do investimento E os fundos de investimento constituídos no exterior possuam histórico de performance superior a 12 (doze) meses + É vedada a aquisição de cotas de fundo de investimento com o sufixo "Investimento no Exterior" cujo regulamento não atenda à regulamentação para investidor qualificado nos termos estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários.**								-	-	até 10%	-	art. 9, I	
	Cotas de fundos de investimento constituídos no Brasil sob a forma de condomínio aberto com o sufixo "Investimento no Exterior", nos termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários, que invistam, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) do seu patrimônio líquido em cotas de fundos de investimento constituídos no exterior + **os gestores dos fundos de investimentos constituídos no exterior estejam em atividade há mais de 5 (cinco) anos e administrem montante de recursos de terceiros superior a US$5.000.000.000,00 (cinco bilhões de dólares dos Estados Unidos da América) na data do investimento E os fundos de investimento constituídos no exterior possuam histórico de**								-	-		-	art. 9, II	

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

	performance superior a 12 (doze) meses + É vedada a aquisição de cotas de fundo de investimento com o sufixo "Investimento no Exterior" cujo regulamento não atenda à regulamentação para investidor qualificado nos termos estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários + Os fundos de investimento constituídos no Brasil de que trata o inciso II do caput somente poderão adquirir ativos financeiros emitidos no exterior mediante a aquisição de cotas de fundos de investimento constituídos no exterior, incluídas as cotas de fundos de índice.													
	Cotas dos fundos da classe "Ações – BDR Nível I", nos termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários.								-	-		-	art. 9, III	
Investimentos estruturados	Cotas de fundos de investimento classificados como multimercado (FIM) e em cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento classificados como multimercado (FICFIM);								até 10%	Até 15%	Até 15% ou Os regimes próprios de previdência social que comprovarem, nos termos do § 7º do art. 7º, o terceiro e quarto níveis de governança terão os limites e os critérios para aplicação dos recursos nos ativos de que trata este artigo acrescidos da seguinte forma, desde que em seu conjunto não ultrapassem 20% (vinte por cento) do total de recursos	Art. 14. Nos segmentos de renda variável, investimentos estruturados e fundos imobiliários, ficam os regimes próprios de previdência social sujeitos a um limite global de 30% (trinta por cento) da totalidade de suas aplicações, apurada na forma do art. 6º. Parágrafo único. Os regimes próprios de previdência social que comprovarem, nos termos do § 7º do art. 7º, o primeiro, segundo, terceiro e quarto níveis de governança poderão elevar suas participações nos segmentos de que trata o caput, respectivamente, até os limites globais de 35% (trinta e cinco por cento), 40% (quarenta por cento), 50% (cinquenta por cento) e 60% (sessenta por cento) em relação ao	art. 10, I	
	Cotas de fundos de investimento em participações **(FIP)**, constituídos sob a forma de condomínio fechado, vedada a subscrição em distribuições de cotas subsequentes, salvo se para manter a mesma proporção já investida nesses fundos + **o fundo de investimento seja qualificado como entidade de investimento**, conforme regulamentação específica da CVM + regulamento do fundo determine que o **valor justo dos ativos investidos pelo fundo**, inclusive os que forem objeto de integralização de cotas, **esteja respaldado em laudo de avaliação elaborado por auditores independentes ou analistas de valores mobiliários autorizados pela CVM +** a cobrança de								até 5%	Até10%			art. 10, II	

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

	taxa de performance pelo fundo seja feita **somente após o recebimento, pelos investidores, da totalidade de seu capital integralizado no fundo**, devidamente atualizado pelo índice de referência e taxa de retorno nele previstos **+ o gestor** do fundo de investimento, ou gestoras ligadas ao seu respectivo grupo econômico, mantenham a **condição de cotista do fundo em percentual equivalente a, no mínimo, 5% (cinco por cento) do capital subscrito do fundo**, sendo vedada cláusula que estabeleça preferência, privilégio ou tratamento diferenciado de qualquer natureza em relação aos demais cotistas; **+ as companhias ou sociedades investidas pelo fundo tenham suas demonstrações financeiras auditadas por auditor independente registrado na Comissão de Valores Mobiliários** e publicadas, no mínimo, anualmente + **não** sejam estabelecidos **preferência**, **privilégio** ou tratamento diferenciado de qualquer natureza **ao gestor e/ou pessoas ligadas em relação aos demais cotistas +** que seja **comprovado que o gestor do fundo já realizou, nos últimos 10 (dez) anos, desinvestimento integral de, pelo menos, 3 (três) sociedades investidas no Brasil por meio de fundo de investimento em participações**, observado o disposto no inciso I, ou fundo mútuo de investimento em empresas emergentes geridos pelo gestor e que referido desinvestimento tenha resultado em recebimento, pelo fundo, da totalidade do capital integralizado pelo fundo nas referidas sociedades investidas, devidamente atualizado pelo índice de referência e taxa de retorno previstos no											total de seus recursos aplicados.		

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://edoc.amazonas.am.gov.br/CFDF.335F.1684.1785/869AAE16
Código verificador: **CFDF.335F.1684.1785** CRC: **869AAE16**

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

	regulamento. Cotas de fundos de investimento classificados como “Ações - Mercado de Acesso”, conforme regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários.								até 5%	até 10%			art. 10, III		
Fundos imobiliários	Cotas de fundos de investimento imobiliários (FII) negociadas nos pregões de bolsa de valores. ==>> Os limites previstos nesta Resolução **não se aplicam às cotas de FII que sejam integralizadas, conforme regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários, por imóveis vinculados por lei ao regime próprio de previdência social.**								até 5%	Os regimes próprios de previdência social que comprovarem, nos termos do § 7º do art. 7º, o segundo, terceiro e quarto níveis de governança, terão, respectivamente, o limite de que trata o caput elevado para 10% (dez por cento), 15% (quinze por cento) e 20% (vinte por cento) do total de recursos.	-		art. 11		
Empréstimos Consignados	Empréstimos a segurados, na modalidade consignados (CONSULTAR ART. 12 DA RESOL CMN 4693/21)								até 5% (cinco por cento), para os regimes que não alcançarem os níveis de governança previstos no § 7º do art. 7º; OU até 10% (dez por cento), para os regimes que alcançarem ao menos o primeiro nível de governança	-	-	-	art. 12		

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
https://edoc.amazonas.am.gov.br/CFDF.335F.1684.1785/869AAE16
Código verificador: **CFDF.335F.1684.1785** CRC: **869AAE16**

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

								de que trata o § 7º do art. 7º.						
Outros não classificados	Imóveis doados ou transferidos ao RPPS e mantidos para uso ou aluguel													

Sobre os limites adicionais e outras exigências:

Art. 18**. As aplicações em cotas de um mesmo fundo de investimento**, **fundo de investimento em cotas de fundos de investimento ou fundo de índice <u>não podem</u>, direta ou indiretamente<u>, exceder a 20% (vinte por cento)</u> das aplicações dos recursos do regime próprio de previdência social**, exceto se as aplicações forem em títulos de renda fixa emitidos pela SELIC, ou lastreados neles.

Art. 19. O total das aplicações dos recursos do regime próprio de previdência social **em um mesmo fundo de investimento deverá representar, no máximo, 15% (quinze por cento) do patrimônio líquido do fundo**, observado o disposto no art. 16.

Trata-se de limite de percentual do PL no fundo investido. O RPPS não pode ter mais de 15% do total do PL de qualquer fundo, exceto se o fundo investir 100% em títulos de renda fixa emitidos pela SELIC ou lastreados neles.

§ 1º O limite de que trata o caput será de até 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido dos fundos de investimento de que trata o inciso V do art. 7º.

§ 2º Para aplicações em fundos de investimento em direitos creditórios efetuadas a partir de 1º de janeiro de 2015, o limite estabelecido no caput deve ser calculado em proporção do total de cotas de classe sênior e não do total de cotas do fundo.

Art. 20**. O total das aplicações dos recursos do regime próprio de previdência social em fundos de investimento e carteiras administradas não pode exceder a 5% (cinco por cento) do <u>volume total de recursos de terceiros gerido por um mesmo gestor ou por gestoras ligadas ao seu respectivo grupo econômico</u>**, assim definido pela Comissão de Valores Mobiliários em regulamentação específica. Para contabilizar este limite é fundamental declaração de volume de recursos totais geridos por cada gestor e instituição financeira devidamente cadastrada e validada como possível intermediário para investimentos.

O RPPS deve observar:

Art. 21. A gestão das aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social poderá ser própria, por entidade autorizada e credenciada ou mista.

§ 1º Para fins desta Resolução, considera-se:

I - gestão própria, quando as aplicações são realizadas diretamente pelo órgão ou entidade gestora do regime próprio de previdência social;

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

II - gestão por entidade autorizada e credenciada, quando as aplicações são realizadas por intermédio de instituição financeira ou de outra instituição autorizada, nos termos da legislação em vigor, para o exercício profissional de administração de carteiras; e

III - gestão mista, quando as aplicações são realizadas parte por gestão própria e parte por gestão por entidade autorizada e credenciada, observados os critérios definidos no inciso II.

§ 2º Os regimes próprios de previdência social somente poderão aplicar recursos em cotas de fundos de investimento quando atendidas, cumulativamente, as seguintes condições:

I - o administrador ou o gestor do fundo de investimento seja instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil obrigada a instituir comitê de auditoria e comitê de riscos, nos termos da regulamentação do Conselho Monetário Nacional;

II - o administrador do fundo de investimento detenha, no máximo, 50% (cinquenta por cento) dos recursos sob sua administração oriundos de regimes próprios de previdência social;

III - o gestor e o administrador do fundo de investimento tenham sido objeto de prévio credenciamento, de que trata o inciso VI do § 1º do art. 1º, e sejam considerados pelos responsáveis pela gestão de recursos do regime próprio de previdência social como de boa qualidade de gestão e de ambiente de controle de investimento.

§ 3º As aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social por meio de entidades autorizadas e credenciadas deverão observar os limites, condições e vedações estabelecidos nesta Resolução e deverão ser consolidadas na forma do art. 13 para verificação do cumprimento desta Resolução.

§ 4º A gestão dos recursos dos regimes próprios de previdência social por entidade autorizada e credenciada deverá observar os critérios estabelecidos no § 2º deste artigo e no art. 24, e aqueles definidos na forma do inciso IV do § 1º do art. 1º desta Resolução.

§ 5º A entidade autorizada e credenciada de que trata o § 4º deverá comprovar:

I - a adoção de política de gerenciamento de riscos:

a) consistente e passível de verificação;

b) que fundamente efetivamente o processo decisório de investimentos;

c) compatível com a política de investimentos do regime próprio de previdência social;

d) que considere, sempre que possível, os aspectos relacionados à sustentabilidade econômica, ambiental, social e de governança dos investimentos;

II - o cumprimento dos limites e requisitos previstos nesta Resolução e os parâmetros estabelecidos nas normas gerais de organização e funcionamento desses regimes;

III - que possui recursos humanos, computacionais e estrutura adequados e suficientes para prestação dos serviços contratados.

§ 6º Aplica-se o previsto no inciso III do § 2º deste artigo às instituições financeiras com obrigação ou coobrigação relacionadas aos ativos de que trata o inciso IV do art. 7º.

§ 7º Os requisitos previstos no inciso I do § 2º deste artigo somente se aplicam aos gestores ou administradores que receberam diretamente as aplicações do regime próprio de previdência social.

§ 8º Para fins de cumprimento do disposto no inciso I do § 2º deste artigo, admite-se que o gestor ou administrador esteja no escopo de atuação de comitê de auditoria e de comitê de riscos constituídos obrigatoriamente, nos termos da regulamentação do Conselho Monetário Nacional, por outra instituição autorizada integrante do mesmo conglomerado prudencial.

§ 9º Os requisitos de que tratam os §§ 2º e 8º deste artigo devem ser observados apenas quando da aplicação dos recursos pelo regime próprio de previdência social

Os artigos acima dependem de um trabalho de cadastramento e validação a ser realizado pelo RPPS. Com os dados obtidos, o RPPS deve então preencher a tabela abaixo. A tabela está com um exemplo de preenchimento para efeitos ilustrativos.

Gestora/Instituição	CNPJ	Histórico da gestora/instituiçã	Gestor responsáve	Histórico do gestor	Fundo	CNPJ	Histórico do fundo	Documentos auxiliares	Data de início de	Responsável

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

			o	l						cadastro	
1	Banco do Brasil	258.577.527-0001	Banco do Brasil (BB) é um banco brasileiro, constituído na forma de sociedade de economia mista,[7] com participação do Governo Federal do Brasil em 50% das ações.[a][8] É um dos cinco bancos estatais do governo brasileiro, tendo como acionistas, para além da União Federal (com 50,0%),[a] capital estrangeiro (23,1%), livre capital nacional (26,5%) e ações em tesouraria (0,4%).[5]. Ocupa posição de destaque no sistema financeiro nacional,[15] sendo o primeiro em ativos financeiros (R$ 1,572 trilhões), volume de depósitos totais (464 bilhões de reais), carteira de crédito (717 bilhões de reais), base de clientes pessoas total(62 milhões, clientes PF e PJ), câmbio exportação (28,1% do mercado), administração de recursos de terceiros (603 bilhões de reais, o maior da América Latina) e faturamento de cartão de crédito (12,3% do mercado). No ano de 2012 a instituição foi a 5.ª colocada em reclamações no ranking da área de assuntos financeiros,[16] e a	Hugo dos Santos	Gestor com larga experiência, ativo no mercado nacional com 15 anos de experiencia, com carteira estimada em 8 bi em 2024. Bom histórico de confiança, sem nenhuma condenação junto a CVM e legalmente habilitado	BB renda fixa PREV INFL	588.987.454-0001	Início em 15/03/2008. PL em 31/12/2023 de R$63,65 bi, com performance acumulada de 752% até 31/12/2023 e nos últimos 12 meses de -3,4%. O resultado se deveu, conforme explicações do gestor, pela piora na perspectiva de juros dos títulos longos, resultado em depreciação dos títulos em carteira. A premissa fundamental para investimento é a proteção da inflação com ganho real no longo prazo, com baixo risco de crédito, embora com alta volatilidade de preço.	Cadastro, questionário, aprovação pelo comitê de gestão	31/12/2015	Ana Maria da Silva, CPF 545.545.325-87 Gestor presidente do comitê de gestão do RPPS

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

			2.ª colocada em reclamações não atendidas.								

Para acompanhamento dos retornos dos ativos investidos, o RPPS deve preencher a tabela abaixo:

Ativo	CNPJ	Gestor	Classificação	Valor investido	Data inicial	Valor atual	Rentabilidade acumulada	Rentabilidade anualizada	Volatilidade anualizada
BB renda fixa inflação	100.222.354-0001	Banco do Brasil	RErenda fixa pós inflação	R$ 100.000,00	05/01/2023	R$124.000,00	24%	12%	35%

MODELO 35 - COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA COM FLUXO MENSAL A RECEBER

FLUXO DA COMPENSAÇÃO COM RPPS/RGPS					
Competência	Compensações Ativas	Fluxo Mensal (Receita xx)	Fluxo Atrasado (Receita xx)	Despesa*x	Total a Receber
Janeiro					
Fevereiro					
Março					
Total					
*x Não há Compensação Ativa em favor de RPPS.					

MODELO 36 - COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA COM FLUXO MENSAL A PAGAR

FLUXO DA COMPENSAÇÃO COM RPPS/RGPS					
Competência	Compensações Ativas	Fluxo Mensal (Despesa xx)	Fluxo Atrasado (Despesa xx)	Total a Pagar*x	Total a Receber
Janeiro					
Fevereiro					
Março					
Total					
*x Despesa referente a xx Compensações Ativas em favor do RPPS.					

MODELO 37 – RESULTADOS CONSOLIDADOS DA GESTÃO (dados em excel)

INDICADOR	RESULTADO
Receita Corrente Líquida	(R$)
Alcance da meta fiscal	%
% dos gastos com saúde	%

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

% dos gastos com educação	%
Ideb (apenas municípios)	Índice
% dos gastos com pessoal	%
Restos a pagar inscritos	(R$)
Restos a pagar pagos	(R$)
Total dos investimentos	(R$)
Números de obras paralisadas	Número absoluto
Resultado previdenciário (déficit/superávit)	(R$)
Dívida consolidada	(R$)

EDITAIS

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
SEGUNDA CÂMARA

Pelo presente Edital, na forma e para os efeitos do disposto no art. 71, da Lei n.º 2423/96 – TCE, e art. 97, I e § 2º, da Resolução TCE n.º 04/02, combinado com o art. 5º, LV, da CF/88, fica **NOTIFICADO o Sr. JÚLIO CESAR PIMENTA NERY,** para tomar ciência do **Acórdão nº 1676/2024-TCE-SEGUNDA CÂMARA**, exarado nos autos do Processo TCE nº **12.892/2020**, que trata da Prestação de Contas do Termo de Convênio nº 013/2012, firmado entre a SEPROR e a Associação Comunitária São Sebastião da Cabeceira do Lago do Janauacá, publicado no D.O.E. de 05/12/2024. Observo que, na forma da Portaria nº 939/2022-GPDRH, D.O.E. de 22/02/2024, as respostas aos Ofícios e Notificações desta Corte de Contas deverão ser enviadas pelo **Domicílio eletrônico de Contas – DEC,** o qual poderá ser acessado no portal do TCE no link: https://dec.tce.am.gov.br/dec/login.jsf ou pela Central de Ajuda no endereço: https://sites.google.com/tce.am.gov.br/central-de-ajuda-dec. Ressalta-se que a adesão ao DEC é obrigatória por parte de qualquer pessoa que for parte em processo de controle externo no âmbito do TCE, sob pena de aplicação de multa (art.9º da mesma portaria)

DIRETORIA DA 2ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 16 de dezembro de 2024.

RITA DE CÁSSIA PINHEIRO TELLES DE CARVALHO
Diretora da Segunda Câmara

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO ELETRÔNICA Nº 83/2024 – DIATV

Pelo presente Edital, na forma e para os efeitos do disposto nos arts. 20, 71, inciso III, 81, inciso III, da Lei nº 2.423/1996 e art. 97, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM combinado com o art. 5º, inciso LV, da CF/88, em cumprimento ao Despacho do Excelentíssimo Conselheiro Relator **Mario Manoel Coelho de Mello**, fica **NOTIFICADO** ao **Sr. AGNALDO DE PAZ DANTAS,** para no prazo de **30 (trinta) dias**, a contar da última publicação deste, apresentar justificativas que devem ser encaminhadas pelo Domicílio Eletrônico de Contas, via Portal TCE/AM no link: https://dec.tce.am.gov.br/dec/login.jsf, acerca das restrições e/ou questionamentos elencados na **Notificação Nº 943/2024 (fls. 1073/1074)**, emitida no bojo do **Processo TCE Nº 13849/2021**, que trata da Tomada

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

ANEXO II

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://edoc.amazonas.am.gov.br/CFDF.335F.1684.1785/869AAE16
Código verificador: **CFDF.335F.1684.1785** CRC: **869AAE16**

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

ANEXO II – NOTA TÉCNICA N.º 001/2025-UCI/FAPEAM

Quadro 1 – Comparativo entre as Resoluções N.º 04/2016 e N.º 15/2024 do TCE/AM

ITENS	REVOGADA	ATUAL
RESOLUÇÃO	**N.º 04/2016**	**N.º 15/2024**
JURISDICIONADOS	Generalizado: Autarquias, fundações e fundos especiais estaduais e municipais	Divididos por grupos: Governador, Prefeitos, Assembleias, Tribunais, Ministério Público, Defensoria, secretarias, autarquias, fundações, empresas estatais, sociedades de economia mista e consórcios públicos. **FAPEAM - grupo 08** **FUNECTI - grupo 03**
PRAZOS	Até 31 de março do ano seguinte, para todos os responsáveis	Até 31 de março do exercício subsequente (Governador, Prefeitos e demais gestores)
ENTREGA	Protocolo físico no TCE-AM, com recibo emitido pela DIEPRO	Exclusivamente digital, via sistema eletrônico do TCE-AM, com recibo eletrônico automático
ASSINATURAS	Gestor, ordenador de despesas e contador (com Declaração de Habilitação Profissional – DHP)	Assinatura digital (ICP-Brasil) do gestor em todos os documentos e, nas peças e demonstrações contábeis, também do contador responsável técnico.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://edoc.amazonas.am.gov.br/CFDF.335F.1684.1785/869AAE16
Código verificador: **CFDF.335F.1684.1785** CRC: **869AAE16**

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

ITENS	REVOGADA	ATUAL
RESOLUÇÃO	**N.º 04/2016**	**N.º 15/2024**
SANÇÕES	• Multa por entrega fora do prazo (art. 54 da Lei nº 2.423/96); • Tomada de contas em até 30 dias; • Improbidade administrativa em caso de omissão.	• Bloqueio automático do sistema em caso de inadimplência; • Multa por omissão (artigos 7º e 16 da Resolução nº 15/2024), entrega intempestiva e/ou infringência a qualquer das normas da Resolução; • Suspensão da Certidão de Adimplência; • Possibilidade de responsabilização do gestor precedente; • Sanções ao Controle Interno omisso.
RESPONSABILIZAÇÕES	Ordenador de despesa	• Gestor/Ordenador de despesa • Controle interno • Fiscais de contratos • Setor de patrimônio • Responsáveis por pagamentos
DOCUMENTOS EXIGIDOS	• Ofício de encaminhamento • Relação dos responsáveis • Certidões e nomeações dos ordenadores e responsáveis pelo controle interno, tesouraria, almoxarifado, patrimônio e fundos especiais • Parecer técnico conclusivo do controle interno	• Ofício de encaminhamento • Relatório do Controle Interno • Relação dos responsáveis e termo de responsabilidade assinado pelo gestor • Pronunciamento do gestor acerca das contas e do parecer do controle interno • Relação de todas as contas bancárias e suas conciliações

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://edoc.amazonas.am.gov.br/CFDF.335F.1684.1785/869AAE16
Código verificador: **CFDF.335F.1684.1785** CRC: **869AAE16**
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

ITENS	REVOGADA	ATUAL
RESOLUÇÃO	**N.º 04/2016**	**N.º 15/2024**
	• Balanço orçamentário, financeiro, patrimonial e variações patrimoniais • Balancetes, diários e razão contábeis • Demonstrativos de receitas, despesas, dívidas (flutuante, interna e externa), ativo permanente, passivo financeiro e restos a pagar • Comparativo da receita orçada x arrecadada e despesa autorizada x realizada • Relatórios de pagamentos e folhas de pagamento (quadro, tabelas e folhas extras) • Documentos do RPPS (memórias de cálculo e parecer atuarial) • Documentos relativos aos recolhimentos para o INSS e FGTS e demais tributos e contribuições • Licitações, contratos, convênios, auxílios e subvenções • Relação nominal dos adiantamentos concedidos • Inventários de bens e estoques • Extratos e conciliações bancárias	• Demonstrativo referente às Tomadas de Contas Especiais instauradas, em processo de instauração ou que foram concluídas no exercício da prestação de contas. • Mapa demonstrativo do inventário anual dos bens móveis e imóveis. • Mapa demonstrativo da movimentação do almoxarifado (material de consumo e permanente). • Relação da frota de veículos da entidade, tratores, máquinas e implementos agrícolas. • Balanços e demonstrações contáveis: balanços orçamentário, financeiro e patrimonial; demonstrações das variações patrimoniais, dos fluxos de caixa e das mutações do patrimônio líquido consolidada (quando aplicável); notas explicativas e balancete de verificação. • Licitações, contratos, mapa de processos licitatórios, atas de registro de preços, convênios, termos de parceria, contrato de gestão, contrato de repasse e congêneres • Demonstrativo das obras e serviços de engenharia contratados e suas alterações.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://edoc.amazonas.am.gov.br/CFDF.335F.1684.1785/869AAE16
Código verificador: **CFDF.335F.1684.1785** CRC: **869AAE16**
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

ITENS	REVOGADA	ATUAL
RESOLUÇÃO	**N.º 04/2016**	**N.º 15/2024**
	• Publicações do Diário Oficial (ato de fixação da remuneração e demonstrativos de pagamentos efetuados e publicação dos balanços e variações patrimoniais) • Declarações de responsabilidade e alterações estatutárias • Ato de Fixação da Remuneração e Demonstrativos dos Pagamentos efetuados aos presidentes, diretores e conselheiros • Declaração firmada pela autoridade competente, na qual reconhece e assume a responsabilidade pela veracidade das informações e dados remetidos ao Tribunal	• Relatório circunstanciado da gestão (desempenho, atividades, resultados e cumprimentos de metas). • Demonstrativo que evidencie os repasses de duodécimos recebidos, créditos adicionais abertos e valores inscritos em restos a pagar. • Identificação do responsável pela elaboração dos demonstrativos e escrituração contábeis (gestor e contador). • Relação dos Inquéritos e Processos Administrativos instaurados • Relação dos programas computacionais (softwares) utilizados • Relação de obras e serviços de engenharia de execução indireta e direta • Mapa demonstrativo de concessões e PPPs realizadas no exercício

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://edoc.amazonas.am.gov.br/CFDF.335F.1684.1785/869AAE16
Código verificador: **CFDF.335F.1684.1785** CRC: **869AAE16**
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

Quadro 2 – Documentos Exigidos – Resolução N.º 15/2024-TCE/AM

N.	DOCUMENTOS	GRUPO 3 FUNDOS ESPECIAIS	GRUPO 8 FUNDAÇÕES PÚBLICAS
1	Ofício de encaminhamento	✓	✓
2	Relatório do Controle Interno	✓	✓
3	Termo de responsabilidade do gestor	✓	✓
4	Pronunciamento do gestor acerca das contas e do parecer do controle interno	✓	✓
5	Balanço Orçamentário	✓	✓
6	Balanço Financeiro	✓	✓
7	Balanço Patrimonial	✓	✓
8	Demonstração das Variações Patrimoniais	✓	✓
9	Demonstração dos Fluxos de Caixa	✓	✓
10	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (quando aplicável)	✓	✓
11	Notas explicativas	✓	✓

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://edoc.amazonas.am.gov.br/CFDF.335F.1684.1785/869AAE16
Código verificador: **CFDF.335F.1684.1785** CRC: **869AAE16**
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

N.	DOCUMENTOS	GRUPO 3 FUNDOS ESPECIAIS	GRUPO 8 FUNDAÇÕES PÚBLICAS
12	Balancete de verificação	✓	✓
13	Relatório circunstanciado da gestão (atividades, metas, resultados)	✓	✓
14	Mapa de inventário anual de bens móveis e imóveis	✓	✓
15	Mapa de movimentação do almoxarifado (consumo e permanente)	✓	✓
16	Relação da frota de veículos, tratores e máquinas	✓	✓
17	Relação de todas as contas bancárias e suas conciliações	✓	✓
18	Licitações e contratos (convênios, termos de parceria, contratos de gestão etc.)	✓	✓
19	Demonstrativo de obras e serviços de engenharia contratados	✓	✓
20	Relação de obras e serviços de engenharia de execução indireta e direta	✓	✓
21	Demonstrativo de repasses de duodécimos, créditos adicionais e restos a pagar	✓	✓
22	Identificação do responsável pela escrituração contábil (gestor e contador)	✓	✓
23	Extratos bancários e conciliações	✓	✓

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://edoc.amazonas.am.gov.br/CFDF.335F.1684.1785/869AAE16
Código verificador: **CFDF.335F.1684.1785** CRC: **869AAE16**

Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.

N.	DOCUMENTOS	GRUPO 3 FUNDOS ESPECIAIS	GRUPO 8 FUNDAÇÕES PÚBLICAS
24	Demonstrativo referente às Tomadas de Contas Especiais	✓	✓
25	Relação dos Inquéritos e Processos Administrativos instaurados	✓	✓
26	Relação dos programas computacionais (softwares) utilizados	✓	✓
27	Mapa demonstrativo de concessões e PPPs realizadas no exercício	✓	✓
28	Execução consolidada da receita e despesa do fundo	✓	—
29	Relação de recursos vinculados e aplicação específica	✓	—
30	Demonstrativo de origem e aplicação de recursos do fundo	✓	—
31	Relação de contratos de gestão e relatórios de metas	—	✓
32	Relação de convênios e respectivas prestações de contas	—	✓
33	Declaração de repasses ou subvenções recebidas	—	✓
34	Demonstrativo de recolhimentos previdenciários (RPPS/RGPS), quando aplicável	—	✓

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://edoc.amazonas.am.gov.br/CFDF.335F.1684.1785/869AAE16
Código verificador: **CFDF.335F.1684.1785** CRC: **869AAE16**
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: ELLEN CAROLINE DA SILVA SEIXAS:892******* em 26/09/2025 às 17:26 utilizando assinatura por login/senha.
Documento CFDF.335F.1684.1785 assinado por: KNEF SANTANA REIS:015******* em 26/09/2025 às 17:19 utilizando assinatura por login/senha.